



**Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais**

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

**A influência da Comunidade Internacional no sistema político brasileiro: o legado para uma nova ordem mundial**

Natália Perdigão Grangeiro

Orientador(es) | Marco Martins

Évora 2023

---

---

---

---



**Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais**

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

**A influência da Comunidade Internacional no sistema político brasileiro: o legado para uma nova ordem mundial**

Natália Perdigão Grangeiro

Orientador(es) | Marco Martins

Évora 2023

---

---

---

---



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Evanthia Balla (Universidade de Évora)

Vogais | Irene Viparelli (Universidade de Évora) (Arguente)  
Marco Martins (Universidade de Évora) (Orientador)

## DEDICATÓRIA

*Dedico ao meu pai, Paulo Weimar Perdigão Magalhães que em sua trajetória de vida e militância política nunca abandonou seus ideais morais e éticos para batalhar pelo que é certo, e mesmo diante da escuridão política que atravessou, continuou a lutar por nossa família sem nunca perder a esperança de dar-nos uma vida melhor.*

## AGRADECIMENTOS

A realização deste mestrado foi uma conquista que ultrapassou todas as minhas expectativas e agregou muito mais do que conhecimento académico. Trilhar este caminho não foi inteiramente fácil, exigiu muita determinação, estudo, dedicação e perseverança, mas coletei toda ajuda que recebi ao longo do tempo e transformei em oportunidades que me levaria para mais próximo dessa conquista.

Foi com muita satisfação que o meu longo caminho até a conclusão deste trabalho contou com o apoio das melhores pessoas que preservo em minha vida e por isso, relato aqui primeiramente, o meu eterno agradecimento a minha família, em especial ao meu pai, Paulo Weimar e a minha mãe Edna Salgado, que acreditaram em mim (mais do que eu mesma), ensinaram-me a não desistir e a reerguer-me quando caísse. Que não mediram esforços e renúncias, e puseram toda fé em mim nessa jornada que atravessou o Oceano Atlântico; que mesmo com a distância, a saudade, as dificuldades financeiras, aos imprevistos na saúde, não mediram esforços para me ajudar da melhor forma possível e transmitir toda a sabedoria para esta etapa da minha vida.

Um enorme agradecimento às minhas irmãs, Isadora e Letícia, que com união e companheirismo torceram, vibraram com cada conquista, apoiaram minhas decisões e ainda, protegeram-me e motivaram-me a dar o meu melhor. Aos familiares que sempre estão de portas abertas para receber-me, em especial minha Tia Lucimar, que com muito amor, sempre está a zelar pelo meu bem.

É com muita honra que agradeço ao meu orientador, o Professor Dr. Marco António Batista Martins, que com expertise guiou meus passos e manteve-me em constante aprendizado durante todo o processo. Que confiou em mim para trabalhar em todas as informações sobre o tema e que me orientou impecavelmente em busca do melhor resultado.

A Universidade de Évora e a Escola de Ciências Sociais por toda estrutura de ensino, pela gama profissional e académica que norteou todo esse percurso; a coordenadora do curso de Relações Internacionais, Evanthia Balla, e aos professores José Caetano, Maria Saudade Baltazar, Isabel Camisão e Silvério Cunha, que com dedicação e profissionalismo, contribuíram para minha formação e me inspiraram a trilhar o caminho das Relações Internacionais.

Deixo aqui um especial agradecimento ao António Pedro, que ao estar ao meu lado, apoiou-me incondicionalmente com paciência e compreensão todas as etapas deste percurso e com sabedoria, encorajou-me a enfrentar os desafios da vida em outro país.

E por fim, agradeço aos meus amigos de longa data, que compreenderam a minha ausência, torceram por mim durante e mantiveram os laços do companheirismo e amizade mesmo com a longa distância. E aos meus novos amigos que Portugal me presenteou, tanto aos brasileiros quanto aos portugueses, que juntos, proporcionaram-me muitas risadas, alegrias, e mutuamente apoiaram-me, incentivaram-me e compartilharam momentos inesquecíveis, o que tornou esta trajetória muito mais agradável e revigorante.

*“Dê a uma pessoa uma verdade e ela vai pensar por um dia. Ensine a pessoa raciocinar e ela vai pensar por toda a vida.”*  
(Phil Plait)

## **A influência da Comunidade Internacional no sistema político brasileiro: o legado para uma nova ordem mundial**

### **RESUMO**

O presente trabalho tem como escopo as principais questões que abordam as políticas de interferência estrangeira, em especial, no Brasil. Ao abordar o período a partir da presidência de Lula da Silva, desde 2003, até os dias atuais, e passando por uma breve análise do contexto histórico, é incontestável a interferência das Relações Internacionais nas políticas internas do país.

Dessa forma, é imprescindível uma abordagem mais profunda sobre como as políticas económicas internas e externas, as divisões sociais, os fenómenos ideológicos e partidários tomaram e ainda tomam conta da vida política e como elas influenciam o cenário das políticas internacionais do país e o seu papel na Ordem Mundial.

A presente pesquisa enfatiza a importância de uma avaliação contemporânea que ultrapasse a ideia de autoridade e revela como a atuação brasileira é vista aos olhos da comunidade internacional.

**Palavras-chave:** Política. Relações Internacionais. Brasil. Ordem Mundial.

# **The influence of the International Community on the Brazilian political system: the legacy for a new world order**

## **ABSTRACT**

This dissertation sets its scope on the main issues regarding foreign interference policies, especially in Brazil. When we address the period starting from Lula da Silva's first term in 2003, up until present day, and analyzing the historical context, it's unquestionable that International Relations interfered in domestic policies.

As such, a deep dive is required on how domestic and foreign economic policies, social divisions, ideological and partisan phenomena have taken over, to this day, the political life in Brazil, and on how they influence the international political scenario of the country, and its role in the World Order.

This research highlights the importance of a contemporary evaluation that goes beyond the notion of authority, and reveals how the Brazilian performance is seen through the eyes of the international community.

**Keywords:** Politics. International relations. Brazil. World Order.



## **Glossário de Siglas**

AI - Ato Institucional

ALBA - Alternativa Bolivariana para as Américas

ALCA - Área de Livre Comércio das Américas

ANP - Agência Nacional do Petróleo

BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo

BRIC - Brasil, Rússia, Índia e China

BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CEDAE - Corporação Nacional de Tratamento de Águas e Efluentes

CEEE-T - Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul

CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos

CGT - Comando Geral dos Trabalhadores

CNI - Confederação Nacional das Indústrias

Codi - Centro de Operações de Defesa Interna

COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais

CPI - Comissões Parlamentares de Inquérito

CPRM - Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais

CSEC - Communications Security Establishment Canada

DESPS - Delegacia Especial de Segurança Política e Social

DOI - Departamento de Operações Internas

DOJ - Department of Justice

DOPS - Departamento de Ordem Política e Social

EC - Emenda Constitucional

ESG - Escola Superior de Guerra

EUA - Estados Unidos da América

FBI - Federal Bureau of Investigation

FCPA - Foreign Corrupt Practices Act

FEB - Força Expedicionária Brasileira

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FIESP - Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FMI - Fundo Monetário Internacional

GATT - Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio

IA - Iniciativa para as Américas  
IOF - Imposto sobre Operações Financeiras  
IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo  
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentarias  
MDB - Movimento Democrático Brasileiro  
MPL - Movimento Passe Livre  
NBD - Novo Banco de Desenvolvimento  
NSA - Agência de Segurança Nacional  
OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
OEA - Organização dos Estados Americanos  
OMC - Organização Mundial do Comércio  
OMS - Organização Mundial de Saúde  
ONU - Organização das Nações Unidas  
OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo  
OTAN - Organização do Tratado do Atlântico Norte  
PAC - Programa de Aceleração de Crescimento  
PIB - Produto Interno Bruto  
PL - Projeto de Lei  
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira  
PSI - Programa de Sustentação de Investimento  
PT - Partido dos Trabalhadores  
PTN - Partido Trabalhista Nacional  
R\$ - Real  
RENCA - Reserva Nacional de Cobre e seus Associados  
SABESP - Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo  
SNI - Serviço Nacional de Informação  
STF - Supremo Tribunal Federal  
TCU - Tribunal de Contas da União  
TSE - Tribuna Superior Eleitoral  
UNASUL - União das Nações Sul-Americanas  
UNE - União Nacional dos Estudantes  
URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
ZHLC - Zona Hemisférica de Livre Comércio

## Índice

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>1</b>
<b>1 Estado e Política.....</b>	<b>4</b>
1.1 Capitalismo e Socialismo.....	7
1.2 Liberalismo e Fascismo.....	12
<b>2 Imperialismo Americano.....</b>	<b>17</b>
2.1 Doutrina Monroe e Doutrina Truman: seus reflexos na ordem mundial.....	20
2.2 Guerra Fria e Comunismo.....	24
2.3 Análise do papel norte-americano na Ditadura Militar do Brasil diante da conjuntura doutrinária de sua intervenção.....	28
<b>3 A década perdida e a chegada de Lula - A transformação política rumo a uma independência económica.....</b>	<b>36</b>
3.1 Os novos ajustamentos políticos e económicos da Era Lula - impactos internos e externos.....	41
3.2 A crise internacional de 2008 - uma adaptação económica necessária.....	45
3.3 O Brasil como parte do BRICS - mais um passo de independência.....	48
<b>4 Governo Dilma Rousseff - o início do fim.....</b>	<b>52</b>
4.1 O petróleo brasileiro e a Petrobras: Os alvos de muitos interessados.....	57
4.2 Operação Lava Jato como instrumento político.....	62
4.3 Espionagem e os Serviços de Inteligência estrangeiros e sua atuação no Brasil.....	70
4.4 Impeachment ou Golpe? A deposição do Governo Dilma e os que se beneficiaram.....	75
<b>5 Governo Michel Temer - a era temerosa.....</b>	<b>80</b>
5.1 Privatizações.....	86
5.2 Venda das reservas do pré-sal.....	89
<b>6 Relações entre o Brasil, a China e os Estados Unidos - novas transformações.....</b>	<b>93</b>
<b>7 Amazônia - a herança do Brasil para o mundo.....</b>	<b>98</b>
<b>8 O Brasil pós-eleições 2018 e o legado para a Ordem Mundial.....</b>	<b>103</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>113</b>

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação aborda sobre as principais questões referentes a políticas de interferência estrangeira na América Latina, com ênfase no Brasil. Desta forma, trata-se desde a Era Lula, em 2003, até a atualidade, e perpassa pelas transformações políticas, pelo desenvolvimento econômico e social. O trabalho ainda faz uma análise sobre os fenômenos partidários e ideológicos que permeiam a vida política brasileira e que acabam por influenciar o cenário das Relações Internacionais.

A pesquisa foi realizada ao reunir dados qualitativos, para gerar resultados concretos que auxiliem na compreensão dos fenômenos políticos, econômicos e sociais através da coleta de informações históricas e atuais. Dessa forma, é possível clarificar o cenário de impactos que tais interferências podem apontar para o próprio Brasil e para os rumos da Ordem Internacional.

O objetivo geral é demonstrar a interferência das Relações Internacionais na política interna de um país e como as decisões de seu líder pode impactar nas mais variadas esferas de governança, tanto nacional como internacional, e envolver as grandes potências. Faz-se necessária essa análise para ressaltar a importância do equilíbrio nas relações estrangeiras, para melhor funcionamento tanto do sistema político quanto para manutenção do sistema econômico-social, com foco em garantir o bem comum e o trato de países envolvidos.

Na primeira parte é esclarecido o conceito de Estado e Política como fundamentação para nortear os sistemas políticos que serão tratados: Capitalismo e Socialismo. Por seguinte é abordado como consequência destes sistemas o Fascismo e o Liberalismo, como movimento político filosófico com intuito de imperar as convicções de uma raça sobre os valores individuais.

Na segunda parte está discorrido sobre o Imperialismo Americano, ao expor a forma como os Estados Unidos exercem influência política e econômica mundialmente. Desta forma, será aludido uma análise sobre a Doutrina Monroe e a Doutrina Truman e seus reflexos na Ordem Mundial. A vista disso, ainda neste capítulo será abordado a Guerra Fria e como este conflito conseguiu polarizar o mundo em dois seguimentos de sistemas políticos.

Ao destacar o cenário da Guerra Fria, perceber-se que é tratado sobre as Ditaduras Militares implantadas nos países da América Latina, em especial no Brasil,

e a conexão desse contexto histórico com a influência política dos Estados Unidos no período pós-guerra, na tentativa de enfraquecer os movimentos de esquerda através da implantação do conservadorismo militar.

Na terceira parte, é introduzido o cenário político brasileiro que aborda a Era do governo Lula bem como o cenário econômico internacional e traz para a discussão, as marcas das relações internacionais brasileiras. Nesse sentido, trataremos da Crise de 2008 e como este acontecimento repercutiu na perda das principais ajudas externas para o Brasil.

Ainda é tratado sobre o Brasil no BRICS, que é o agrupamento de cinco países emergentes, sendo estes: Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, unidos em 2001 com objetivo de direcionar quais seriam os países que englobariam as cinco maiores economias do mundo do século XXI.

Na quarta parte, está exposto o encerramento da Era Lula e o início do Governo Dilma Rousseff, sua sucessora. Para isto, é tocado em temas sensíveis ao seu governo, como a divisão social ideológica, os conflitos e protestos no ano de 2013, a corrupção na Petrobras e principalmente os casos de espionagem internacional. Com destaque para a Operação Lava Jato e suas consequências no combate a corrupção, que muda por completo os rumos de seu governo. Já na quinta parte, o trabalho traz os feitos do governo de Michel Temer e a mudança radical de governança nacional e internacional e de como a presença estrangeira tratou de seus interesses mais relevantes.

Com a volta do calendário eleitoral regular, na sexta parte e sétima parte, foi escolhido tratar sobre a relação do Brasil com a China e com os Estados Unidos e sobre os interesses estrangeiros na Amazônia, respectivamente, no aspecto amplo dos três principais governos da atualidade.

Na sexta parte, o tema expõe os reflexos das mudanças políticas domésticas e internacionais no tocante as relações diplomáticas e econômicas com os Estados Unidos e com a China. É evidenciado como estes países tem interesses semelhantes de fortificar a economia nacional e articular os fluxos de investimentos e comércio não somente do Brasil, mas também da economia global.

Já, na sétima parte, fez-se importante destacar a importância da região Amazônica no contexto político-econômico internacional e como isso pode ser importante para a credibilidade brasileira. Por isso, o capítulo trata a respeito da facilitação da exploração de áreas verdes para empresas, com a flexibilização de

normas do desmatamento e de como esta flexibilidade impactou (positiva e negativamente) os investidores nacionais e estrangeiros, mas que também gerou conflitos diplomáticos e cobranças para proteção do meio ambiente.

Na oitava parte, mas não menos importante, é abordando sobre as Eleições de 2018 no Brasil e a chegada do “Bolsonarismo”. É discutido os impactos de um Presidente conservador para o Brasil e para o cenário internacional, e de que forma este líder brasileiro ameaça o prestígio internacional do país e quais os reflexos nas negociações diplomáticas, políticas, econômicas e sociais, principalmente no que diz respeito àquelas direcionadas a proteção de direitos. Esta análise traz a tona a mudança de legado do Brasil para a Ordem mundial, e que nos últimos 4 anos o que restou transmitido as grandes potências internacionais, foi uma política externa apontada pelo afastamento do multilateralismo, pela desconstrução das estratégias de diplomacia e por pronunciamentos que deixaram o Brasil cada vez mais afastado de sua tradição sensata e mais próximo da diplomacia de países teocráticos do Oriente Médio.

No total, é percebido o status do Brasil no cenário global e como o país tornou-se protagonista de um movimento de involução, afastando a presença internacional de sua política devido à perda da capacidade de senso crítico em temas extremamente relevantes, como o do meio ambiente, cultura e dos direitos humanos.

A reflexão proposta por este trabalho é a apresentação de uma visão crítica ao promover reflexões sobre relações internacionais, interferência estrangeira, sistemas políticos e políticas internas, através da necessidade de coerência entre países que selam acordos considerados imprescindíveis para as relações internacionais. E isso vai muito além das discussões teóricas contidas no meio acadêmico.

É preciso lidar com a realidade vivida e com os impactos provocados por posicionamentos de líderes mundiais e sistemas políticos. A proposta de princípios e garantias dos acordos internacionais e a proposição de uma legislação protetiva da soberania que possa também ser incorporada na política interna, a fim de garantir que políticas sócio-econômicas sejam bem sucedidas, é essencial para a reafirmação e o fortalecimento da democracia.

## 1 Estado e Política

No que diz respeito a geopolítica, o qual é um conjunto de práticas realizadas na alçada do poder diplomático de um país, um dos conceitos mais importantes é o conceito de Estado. O Estado é um dos protagonistas do cenário internacional e também é um indispensável agente de produção.

O Estado é um agrupamento de instituições no âmbito político e administrativo que norteia uma nação e seu respetivo espaço. Nesse sentido, para haver um Estado, é necessário haver um território e autoridade para exercer sobre este, a sua soberania. Conforme Sahid Maluf (2019), o Estado é o órgão que faz cumprir a soberania nacional considerando a Nação como um direito natural.

Todavia, para que fosse alcançado entendimentos considerados tão contemporâneos sobre Estado e seu alinhamento com a política, foi preciso analisar o processo histórico de transição entre o Estado Absoluto e o atual Estado Democrático de Direito. O Estado Absoluto correspondente a Idade Moderna teve caráter ambíguo que refletiu a transição de um período feudal com a forte presença de uma burocracia administrativa dominada por Senhores Feudais e de outro lado uma dinâmica mercantil tentando unificar mercados e quebrar barreiras internas de comércio (Vicentino, 2004).

Nesta época influências como a de Nicolau Maquiavel eram cruciais para a criação de uma ideologia política típica do período, e os intelectuais que exaltavam sua mentalidade medieval eram bem quistos. Publicações como *O Príncipe*, escrito por Maquiavel, indicava a prevalência dos interesses do Estado sobre as considerações morais e sobre a autonomia política. Segundo Maquiavel, “os fins justificam os meios” e este é o fundamento para o Estado sobrepor-se a tudo, quando o foco for o bem-estar do país (Chevalier, 1980). Tal pensamento foi definido por outros, como Thomas Hobbes que também definiu a ideologia absolutista do Estado como o todo-poderoso capaz de dominar a todos os cidadãos, para que desta forma seja firmado uma proteção contra violência e caos. Já, Jacques Bossuet, criou o princípio do poder divino dos reis, ou seja, o poder como direcionamento de Deus aos reis para tal autoridade ser concedida na terra como representante do Divino.

Desde o momento em que as sociedades se viram diante da necessidade de formar uma entidade incumbida de poder para regulamentar e gerenciar a

formulação de regras em torno da vida social, foi então possível o surgimento do termo “Estado”. Com o passar do tempo, a medida que as relações sociais se tornavam mais e mais complexas, a formação dos Estados também acompanhou essa complexidade, e para Marx Weber, o Estado só tomou forma e iniciou seu desenvolvimento a partir do Século XVIII, pois antes disso, o mundo se encontrava ainda em um emaranhado de relações formadas entre poder e subordinação.

Sobre o surgimento do Estado, os historiadores não têm um consenso quanto a época de sua formação, mas nota-se que a maioria deles consideram o século XVI como marco inicial de sua formação.

Para o Estado poder materializar-se, primeiro de tudo, foi preciso um poder. Esse poder, antes de tudo, tinha que ser central, dado a alguém ou a um grupo de pessoas que se responsabilizassem em cumprir, o que foi chamado por Hobbes e Locke, o contrato social firmado com a sociedade consciente, que renunciou a algum outro poder para que fossem regulados e administrados por uma entidade soberana, organizada e estruturada que trabalhasse em torno de suprir as necessidades e os interesses sociais.

Esta breve explanação histórica remete a uma constatação de como o conceito de Estado está atrelado a uma ideia de poder centralizado nas mãos de um representante escolhido às vezes pelo povo e/ou dito que foi escolhido por Deus. Ideais misturados como política e religião estavam sempre a frente para dominar a sociedade, e a coação era usada indiscriminadamente, com intuito exclusivo de influenciar a crença da necessidade de um Estado para gerir uma nação.

O passar dos anos sucedeu-se com diversas transformações políticas, culturais e religiosas que foram capazes de reconfigurar o funcionamento das sociedades que desenvolviam-se paralelamente consoante a formação e o desenvolvimento do sistema económico. A partir daí, foi possível detectar um gradual desenvolvimento de ações absolutistas destinadas a aumentar o controle desses novos fatores políticos, económicos, sociais e religiosos para que estivesse não somente centralizado, mas também concentrado nas mãos daquele que viria ser o chefe de todo esse conjunto.

Tendo isso concretizado, o conceito de Estado tornou-se uma peça fundamental na política moderna, mas ainda não ficou livre das diversas modificações imputadas ao longo do tempo para chegar ao que se conhece hoje. Max Webber foi quem melhor conseguiu criar uma definição de Estado e hoje, é este



conceito que permeia as ações políticas. Considerou que o Estado não era uma pessoa e nem mesmo um sistema, mas sim uma associação política dotada de poder, representada por um ser ou um grupo de pessoas, em que todo o conjunto de ações feitas, fossem para regular a vida em sociedade, bem como para se correlacionar com as políticas internacionais que ditavam as regras entre os diversos Estados-Nações.

Assim realizado, surgiu o Estado também como gestor de sua população através do domínio das políticas internacionais e internas e colocou na mesma seara a importância da delimitação de sua política diante um território que lhe gerasse capital suficiente para a manutenção de seus privilégios. A delimitação dessas políticas ao longo da história ajudam a interpretar o cenário atual, sem necessariamente descartar a influência histórica dos religiosos, dos militares, dos pensamentos conservadores que por séculos guiaram as nações, etc.

Dado o fim do denominado Antigo Regime, a idade contemporânea chega com o alicerçamento dos Estados Nacionais e com o surgimento de novas exigências da sociedade mercantilista, marcada no século XVIII pela Revolução Industrial. As mudanças significativas na ordem econômica e social trazidas pela Revolução Industrial foi um dos maiores marcos na concretização da instituição Estado e todos estes eventos de transformações, colaboraram para mudanças na mentalidade intelectual das camadas políticas e sociais que passaram a compor novas ideias da ciência moderna. Muitas dessas ideias eram em torno das novas formas de produção e de trabalho, que juntamente com a ascensão do capitalismo, colocou em debate o papel do Estado no tocante ao enriquecimento individual e nas lutas de classes.

Incumbe destacar que com o fator das transformações sociais em jogo, o conceito de Estado acaba por resumir-se em três elementos: território, população e governo. O debate sobre o conceito de Estado evidencia diferentes vertentes teóricas e factos históricos que influenciam na sua concepção, e a atenção dada aqui é para definir a instituição do Estado enquanto instituto construído a partir das relações com a sociedade civil, que se encontra em uma esfera conflituante de interesses das mais diversas classes sociais.

Neste sentido, na conjuntura capitalista, o Estado consiste em ser um campo acidentado e contraditório, no qual sua função é baseada por diversas contraposições entre interesses dos trabalhadores e interesses do capital financeiro.

Essas contraposições muitas vezes impedem ações mais delimitadas e concretas do Estado e isso traduz-se em ineficiência na promoção do desenvolvimento econômico e do bem-estar social. O desenrolar deste conflito muitas vezes coloca a hegemonia do capital a frente dos interesses das classes trabalhadoras e o povo acaba por ficar em um permanente processo de luta para garantir seus direitos sociais ou ampliar os direitos que já foram adquiridos.

No entanto, ao buscar ampliar a compreensão da relação entre Estado e política, contextualizar o processo histórico de sistemas e revoluções faz-nos compreender que a política está abarcada ao Estado, e torna esta a causa e a força para dominação de uma sociedade. É inegável o papel do Estado na garantia de direitos e, através das relações que estabelece com a sociedade, é possível que o Estado também execute os papéis de dominação e coerção para buscar alternativas consensuais para atender as demandas coletivas. Nesse sentido, o Estado é política e política é o povo, e ao haver interesses comuns, será inevitavelmente fomentado novas políticas e por consequência influenciará na direção de uma sociedade e refletirá na construção, na manutenção e transformação de um Estado.

## **1.1 Capitalismo e Socialismo**

Como já defendido por diferentes perspectivas, a existência do Estado, além de ser aliado ao poder, também está ligado com o capital e o capitalismo. Ao analisar a sociedade de hoje, é possível notar que ela diz muito sobre o então sistema capitalista e com um olhar aprofundado para os mais diversos pontos de vista, pode-se dizer que o capitalismo passa por profundas dinamizações desde o seu início.

No geral, os diversos sistemas econômicos que se fizeram presentes na história das civilizações como o escravismo, feudalismo, etc., de certa forma influenciaram as condições de formação social, política e econômica, que tiveram destaque nos principais fatos históricos ocorrido ao longo dos anos.

É válido destacar que a evolução do capitalismo iniciou-se mais ou menos a partir do século XIII, foi uma transformação fundamental na história da humanidade, tão importante quanto a transição das sociedades nômades para serem sociedades fixas, quanto o surgimento da agricultura e ainda igualmente importante quanto a

organização das primeiras civilizações em impérios. No entanto, ao considerar o contexto histórico que permitiu a concretização da atual realidade, e ao aprofundar a análise desses fatos históricos relevantes e ainda dos diversos pontos de vista, pode-se notar que o capitalismo como sistema também foi fator crucial para o surgimento dos Estados assim como também é hoje o sentido de existência deles. Uma abordagem sobre esses sistemas pode vir a tornar construtivo para compreensão do funcionamento dos Estados, bem como para o entendimento do contexto internacional dos arranjos políticos, sociais e econômicos.

É notável que o capitalismo ganha força principalmente no século XIX, com a densa transformação das formas de trabalho, o êxodo rural que causou um aumento das cidades e o conseqüentemente o aumento da população, a ocorrência da mão de obra feminina e até do trabalho infantil. Isso e diversos outros fatores fizeram deste sistema, um sistema marcado por desigualdades e exploração. Em verdade, o que se constata é que ao se falar em capitalismo, é importante salientar que este vai muito além da acumulação de riqueza pela força do trabalho e ainda muito além da obtenção do lucro pelos meios de produção. Se considerar que o capitalismo pode ser dividido em duas etapas, teremos o capitalismo clássico que vai desde seu início, mais ou menos a partir do século XIII até o século XIX, e o capitalismo atual, que acompanha desde o século XIX até os dias atuais, e ainda pode ter vários nomes, dependendo da análise de seus fatores.

Para uma simplificada caracterização de suas etapas, convém destacar que o capitalismo clássico tem como pilar de desenvolvimento a industrialização das produções. A primeira e a segunda revolução industrial deram luz a uma série de características que lapidaram o sistema capitalista e materializaram o surgimento do capital, o que levou as relações comerciais a expandirem-se significativamente e territorialmente com a abertura de novos mercados e alterarem para sempre o principal meio de obtenção de produtos através da compra e venda, para deixar de lado a troca, o escambo e a permuta; o mesmo possibilitou ainda o surgimento do trabalho assalariado, o que tornou-se o motor de combustão dos meios de produção e também da indústria que surgia na época, colocando este como sendo o sustento de sua existência.

E foi assim que o trabalho assalariado também mudou para sempre o plano social, permitiu surgir uma nova categoria de classificação social, bem como mudar drasticamente o estilo de vida da nobreza que em determinada altura, viu o surgimento do protagonismo de uma nova classe social que além de alterar os rumos da economia, alterou também as raízes políticas das sociedades, que agora rumavam para a formação de um Estado democrático Liberal e colocava em declínio a era dos absolutismos.

Mesmo que tivesse seu ápice no século XIX, o capitalismo trouxe para a composição do sistema social dos Estados, marcas da colonização e do sistema escravocrata, acrescido de novas práticas de políticas mercantilistas. Por conta disso, as desigualdades ficaram demarcadas por uma linha invisível, que era composta pelo cumulativo poder financeiro e por isso foi possível separar a burguesia e o proletariado, sem impedir o surgimento de uma nova segregação que marginalizava aqueles que não conseguiam ser nem burguês e nem proletariado — o pobre com salário baixo e o pobre sem salário nenhum.

A partir da floração desse novo sistema financeiro, o que ocorreu foi uma clara reconfiguração das instituições políticas nessas sociedades. Com o passar dos anos, essas transformações incumbiram em uma auto-expansão em escala global e a medida em que os Estados-Nações surgiam, as adaptações eram feitas para visar o melhor desempenho político e econômico, e por isso elevou o nível do sistema capitalista. De forma igualmente significativa, a partir do século XX a dinamização do capitalismo ultrapassou o processo industrial. Era necessário um avanço muito maior e para isso, o foco agora tinha que ser o desenvolvimento tecnológico, o aperfeiçoamento da produção, dos produtos e dos serviços, bem como a globalização não somente do comércio e dos mercados, mas também do controle da produção e de todos os trâmites de sua expansão, que a partir de agora, além de visar a elevação máxima dos lucros, também objetivava o domínio e a liderança global das relações econômicas, políticas e financeiras diante dos demais países.

Já, no que concerne sobre o Socialismo como sistema econômico, é válido considerar o Manifesto Comunista escrito por Karl Marx e Friedrich Engels em 1848 como o marco inicial para a disseminação dos ideais socialistas é de suma importância salientar as palavras de Luiz Augusto Carrate de Mesquita em seu artigo

“Socialismo em Karl Marx” (pag. 3) que o documento é: “um apelo ideológico à ação direta, em franca oposição às teorias que, acima das classes proletárias, pretendiam falar em nome delas.”. E ainda: “é, antes de tudo, uma repulsa das soluções parciais, por meio de emendas e reformas.”.

As condições de realidade daquela época contribuíram para o desenvolvimento das doutrinas socialistas por toda a Europa e assim, movimentos revolucionários foram surgindo e a luta de classe, previsto por Karl Marx foi inevitável. Era fato que o rumo político dessas lutas somente poderiam render bons frutos se o coletivo fosse capaz de conhecer a pluralidade dos seres, bem como os contraditórios anseios da sociedade, que colocavam em xeque as capacidades humanas e o determinismo das ideias propostas. Para Carlos Nelson Coutinho, em sua obra intitulada como “A Democracia como Valor Universal”, era necessário que essas ideias saíssem da teoria e fossem colocadas no âmbito da prática, dando-lhes vida condizente com as particularidades e complexidade real da época.

Nos mais diversos estudos realizados por ambos os escritores, tanto Karl Marx como Friedrich Engels pautaram em trazer para suas investigações, reflexões sobre o Estado capitalista de uma forma mais sistematizada ao expor o seu caráter contraditório. O que diferencia Marx e Engels de Thomas Hobbes, Nicolau Maquiavel e John Locke é que todos estes autores trouxeram conceitos de Estado, mas somente os dois primeiros preocuparam-se em avaliar as condições estabelecidas nas sociedades sob a perspectiva das divisões de classes sociais. E restou constatado que para existência de um sistema socialista é fundamental que se instrumentalize o movimento da ação política da classe e de consciência proletária.

No entanto, em meio as transformações globais ocorridas ao longo do tempo, o socialismo ficou conhecido como utópico na sociedade no século XIX, principalmente nas percepções que reconheciam a incoerência entre as classes burguesas e proletárias neste tempo. Era necessário perceber que para pôr em prática as ideias socialistas, era importante realizar toda uma reestruturação dos valores não somente sociais, mas também políticos (Nogueira, 2013)

Ausente a possibilidade de lidar com as antigas relações de produção, as forças produtivas sofreram transformações e revoluções sociais que acirraram ainda

mais as lutas de classes. Ocorre que a ordem social também é influenciada pelo modo de organização e produção capitalista e nesse sentido, o socialismo proposto por Karl Marx e Engels refletia uma imagem de uma sociedade sem hierarquização das classes que viveria em um sistema econômico amplamente estatizado. Argumentavam ainda que, com a falência do capitalismo, o socialismo seria logo imediatamente implantado, algo que mostrou-se completamente infundado ao longo dos anos já que, na prática, não foi bem isso que aconteceu se tomarmos como exemplo os países que se autoproclamaram socialistas após a Segunda Guerra Mundial. Regimes caíram, outros se mantiveram, mas o socialismo não sucedeu o capitalismo e isso ainda parece longe de acontecer, mesmo que o atual sistema mostre-se cada vez mais falho e com diversas problemáticas. Como analisa Luiz Carlos Bresser Pereira em sua obra “As duas fases da história e as fases do capitalismo”, destaca que: “A história do século XX mostrou que o socialismo não é nem será ainda por muito tempo um modo de produção competitivo com o capitalismo.” (pag. 186). E isso só expôs uma série de contrapontos nas ideias de Karl Marx que mostra os socialismos tentados ou implantados, tiveram uma série de contradições que não representavam sua essência, e tomando como exemplo o ocorrido na União Soviética (URSS):

“Para Marx o socialismo sucederia diretamente e em breve o capitalismo. Foi esta perspectiva que levou os socialistas à revolução bolchevique de 1917 e às demais revoluções comunistas deste século. Mas em nenhum dos países em que foi extinta a propriedade privada dos meios de produção instalou-se o socialismo previsto por Marx, ainda que os novos governantes pretendessem seguir suas ideias. A sociedade sem classes, a remuneração segundo os méritos de cada um, o domínio da classe operária, ou mesmo dos “soldados, operários e camponeses”, a tendência de uma liberdade cada vez maior — nada disto ocorreu. Muito pelo contrário, tomando-se como modelo a União Soviética, o que ocorreu foi a instalação de um sistema totalitário de governo no tempo de Joseph Stalin, no qual as liberdades mais elementares dos indivíduos foram negadas; foi o estabelecimento de um sistema econômico baseado nos privilégios: foi o domínio político e econômico de uma tecnoburocracia estatal apoiada no Partido Comunista e na alta administração pública e na direção das empresas estatais; foi a montagem de uma sociedade e de um Estado que são um dramático e vivo testemunho de que o socialismo não é a etapa histórica imediatamente posterior ao capitalismo.” (pag. 186)

Isso deixa claro que no ocidente, representado principalmente pelo caso da União Soviética, a sua implantação encontrou limites colocados pelo que se entendia sobre democracia; o que foi ocorrido de forma completamente diferente no oriente. Tomando como exemplo o socialismo chinês, este aderiu ao totalitarismo, o que fez com que o Estado chinês rumasse para o lado do Comunismo e consequentemente fez sumir quaisquer vestígios de ideais democráticos.

No entanto, as experiências vivenciadas principalmente pela URSS e China, mostram que a ideia de uma sociedade estruturada nos ditames socialistas de equidade, é de então pouco realista. A pluralidade de doutrinas (sejam elas religiosas, filosóficas, sociais, morais, etc.), ideias e principalmente de seres humanos que naturalmente podem ser incompatíveis entre si, preparou o contexto da realidade para novas problemáticas que vieram à tona principalmente após a Segunda Guerra Mundial. Nessa pluralidade já se começa a falar em liberalismo, fascismo, neoliberalismo, constitucionalismo, dentre outras e que com o passar do tempo orientará a realidade para vivenciar outras experiências.

## **1.2 Liberalismo e Fascismo**

Na Europa a partir do século XVIII, com a formação de uma sociedade capitalista voltada para a industrialização, foi inevitável também a formação de uma burguesia econômica que com o passar do tempo, elevou-se ao nível dominante. No início do século XIX, doutrinas surgiram em busca de justificar e/ou reformar a ordem capitalista que se formou com a ascensão da burguesia. Uma delas é a doutrina liberal. As bases da doutrina liberal vieram junto com o Iluminismo, contestando o mercantilismo e defendendo ideias da burguesia, como o individualismo econômico, a propriedade privada, a liberdade de contrato de trabalho sem interferência do Estado, etc. Em se tratando do papel do Estado, este somente teria a responsabilidade por garantir a ordem e a propriedade.

Norberto Bobbio, acredita que as ideias liberais são muito semelhantes às ideias de democracia já que para os dois fenômenos, existe “um ponto de partida comum: o indivíduo” (Bobbio, 2000. Pag: 45). No entanto, no conceito de liberalismo cunhado por Andrew Heywood, o autor soma a essa ideia de Bobbio, a idealização de que, um indivíduo unido a outros indivíduos, ou seja, uma sociedade, podem

garantir o direito a liberdade, pois sem liberdade a humanidade nunca seria unida e nunca seria capaz de alcançar um completo contentamento moral e económico. Esta liberdade tornou-se tão atrativa quando trouxe à luz o entendimento de que defender o liberalismo significava garantir aos indivíduos o direito de fazer suas próprias escolhas e construir sua própria condição económica (Heywood, 2010. Pag: 42). No entanto, como forma de controlar o ritmo desse entendimento, o liberalismo não afastou o Estado como garantidor desta liberdade, principalmente com a expansão do capitalismo-imperialismo que sustentava a ideia que o Estado exercia suprema autoridade conforme os princípios e garantias predeterminadas por ele próprio e por isso, apesar do discurso de livre-arbítrio e autodeterminação a condição económica dos indivíduos acabou por ganhar espaço dentro do liberalismo. Nesse contexto, incumbe ressaltar que para essas práticas, os mais importantes ideólogos elitistas liberais, foram precursores do sufrágio censitário: concessão de direito baseado na renda, e do sufrágio qualificado: concessão de direito ao povo fundamentado na educação formal e função social de poder. Ambas ideias traduziram-se como libertárias, mas arrojavam a segregação das classes populares nos contextos políticos e sociais.

Para fins de teoria constitucional, de modo geral, o liberalismo em seu conceito simples e cru, baseia-se na liberdade (como o próprio nome já diz). John Locke como sendo o precursor do liberalismo, fala em contrato social entre povo e governo e que por isso os governos devem zelar para garantir o direito natural de liberdade e propriedade de cada um de seus cidadãos. Isso tornou-se notório no período do Iluminismo europeu e aderido não somente por filósofos, mas também por economistas que defendia uma visão mais capitalista do sistema econômico e um governo limitado. Além disso, a ideologia veio a luz com a intenção de contestar as diversas normas daquela época, colocando em cheque principalmente os privilégios hereditários e as monarquias absolutistas, por exemplo. Para muitos pensadores do Liberalismo, era preciso ainda que fossem encerradas as políticas mercantilistas, os monopólios e também outras barreiras comerciais, pois só assim, era possível iniciar a era do livre comércio, do lucro e da livre concorrência.

Conquistado pela burguesia, o liberalismo teve seu primeiro passo significativo já na Revolução Francesa e logo em seguida na Revolução Americana e nessa época, iniciara o florescimento dos primeiros ideais (mesmo que fraco e limitado)



sobre direitos humanos. A partir daí, no contexto político do século XIX, o liberalismo alastrou-se pelas vias académicas, políticas, filosóficas e económicas, influenciando diversos movimentos de libertação nacional principalmente na Europa e nos movimentos de independência da América Latina e assim conseguiu conquistar uma posição predominante no ocidente e que se estendeu até a Primeira Guerra Mundial e reformulou-se após a Segunda Guerra.

Foi nesse período pós-segunda guerra que o liberalismo (re)surge com sendo neoliberalismo, resultado principalmente das principais mudanças do sistema capitalista e da reestruturação produtiva do sistema, ocorridas especialmente nos anos 60 e 70. De forma muito simples e clara, Perry Anderson (1995) em sua obra “Balanço do neoliberalismo. Pós neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático.” conceitua o neoliberalismo como sendo “uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar.” (pag: 9). Isso era traduzido principalmente pela ideia de intervenção mínima do Estado na economia. Para os neoliberais, a auto regulação da ordem economia global consequentemente regularia a ordem política e a atuação do Estado somente seria necessário apenas como componente inibidor social.

A difusão do neoliberalismo veio carregado com diversos fatores que de fato provocariam mudanças significativas nas principais nações do mundo, como veremos ao longo deste trabalho. Mas também não veio como fator impeditivo do surgimento de outras novas ideologias, e nem como solucionador definitivo das problemáticas do sistema capitalista. Ainda existiam outras ideologias que ao longo do tempo, também foram sendo fortalecidas e mesmo hoje, tem sua visibilidade nas transformações políticas das nações a medida que a ordem mundial e económica estão a dinamizar-se.

Nesse sentido, é imprescindível falar sobre o fenómeno fascista. Robert Paxton e Michael Mann tiveram grande visibilidade em seus estudos, ao dispor análises consideradas importantes para definição do conceito e de suas particularidades, bem como outros fenómenos em geral. Os dois tinham como intenção explicar o nascimento do fascismo, as suas origens e como este movimento alcançou o poder, em busca de uma explicação que abrangesse diferentes países como Itália, Alemanha e demais comparando os contextos históricos selecionados.

Através da análise sociológica, em sua obra intitulada “Fascistas” (2008), Michael Mann buscou a identificação dos apoiadores do movimento fascista nas disputas de poder, envolvendo detalhes de quais grupos e de quais camadas sociais colaboraram com os partidos fascistas para que estes viessem conquistar poder em seus respectivos países (Mann, 2008. Pag: 40).

Já, através da análise histórica, a definição do fenómeno fascista fica a cargo de Robert Paxton, em sua obra “Anatomia do Fascismo” (2005). Neste estudo, o autor fornece estatísticas de uma composição partidária fascista anterior à sua chegada ao poder com intuito de comprovar a dominância de classe, e por isso, expõe que a mutabilidade do conceito de fascismo mostra que tanto o discurso quanto a política sofreram alterações em sua formação e em seus governos. Nesse sentido, ao longo de sua obra, o autor estabeleceu estágios ao fascismo a fim de que ficasse evidenciado as contradições e as inconsistências nas suas práticas e em seus pressupostos ideológicos. Logo, a partir de uma análise histórica, ressaltou que as atitudes de um governo fascista adequadas a uma utilidade imediata e voltado para constantes alterações de orientações, gerou uma dinâmica que foi capaz de movimentar as massas, facto este que acabou por se tornar importante na melhor compreensão da questão. O autor refere-se ao ‘movimento das massas’ como uma participação da população, caracterizado por um número elevado de indivíduos que se envolveram ativamente nos assuntos governamentais da época. Nesta alínea, sustenta-se que o controlo do Estado era dominado por uma elite, burguesa ou aristocrática, mas que perdeu espaço para grupos sociais que ao poucos obtiveram força e influência (Monteiro, 2018. Pag: 66).

Afastando a teoria de classes, ambos os autores evidenciam o movimento fascista como um movimento de massa (Monteiro, 2018. Pag: 63), constituído de diferentes grupos e setores sociais, sendo este, portanto, a diferença entre partidos ou ideologias políticas. É válido simplificar para este trabalho, que os respectivos autores consideram o fascismo não como uma ideologia política, mas como um movimento/revolução social. Nesse sentido, outros autores tratam do assunto debatendo principalmente as contradições acerca do fascismo. Hobsbawm (1995. Pag: 121) afirma: “Os fascistas eram os revolucionários da contra-revolução”. O autor traduz a ação dos fascistas, com uma frase antagónica, ao negar que o fascismo protagonizou uma revolução. É neste segmento, que o nazismo, tendo

surgido na Alemanha pós-guerra, e o fascismo que conquistou poder na Itália e em outros Estados, foram considerados contrarrevolução, baseado no argumento de que os movimentos recebiam apoio de uma burguesia provida de grande capital para patrocinar uma forte oposição às revoluções socialista, bem como a Revolução Bolchevique e a Revolução Alemã que chacoalharam a Europa e disparou diversos outros movimentos sociais revolucionários nas capitais e nas grandes cidades europeias. (Rolleberg, 2017. Pag: 359)

Essas contrarrevoluções ocorridas na Europa no decorrer do século XX, desconstruíam o pensamento de uma reconstrução nacional-socialista, no entanto, o nazismo, por exemplo, não tinha a finalidade de reconstruir qualquer ordem ou pensamento, nem sequer tinha o propósito de recuar, mas sim de prosseguir, desenvolver e prosperar. Por isso, observou-se que os movimentos sociais antidemocráticos deixaram de lado o conceito do que é revolução, pois movimentos como o nazismo e fascismo, distorceram a interpretação do fenómeno de forma que fosse gerado uma imagem positiva, que fosse indicativa de aprovação e de legitimação. A partir daí, muitos estudiosos, principalmente aqueles do seguimento socialista de Marx, desconsideraram usar o conceito de revolução para referir-se aos movimentos históricos, que por diversas vezes acabaram por se transformarem em regimes políticos (Rolleberg, 2017. Pag: 359).

Independente do debate a respeito do fascismo ser ou não ser ideologia, ou movimento, é importante esclarecer que seu conceito foi e é ainda mutável. Pelo que historicamente o fascismo esteja atrelado a ascensão de Mussolini ao governo italiano na época da Primeira Guerra Mundial, este período inaugurou profundas mudanças políticas em todas as ordens (principiológicas, sociais, económicas, militares, culturais, religiosas, etc.). A crise política desse período deu espaço para a super valorização do nacionalismo como forma de luta pelo domínio da ordem política e económica vigente na época e para que isso fosse feito a todo custo, o fenómeno do ultra nacionalismo devia ser composto principalmente por aspectos totalitários e de extremo autoritarismo do Estado. Era imprescindível que esse autoritarismo marcasse a fundo uma forte arregimentação da política interna, da formação e construção do sistema social e do desenvolvimento económico; fazia-se necessário ainda que a imperatividade do fenómeno fosse liderada principalmente por um governante que fosse capaz de manter a ordem, a estabilidade e a união

nacional.

Pela disciplina exigida para o fascismo, foi e ainda é muito comum associar o fascismo com o militarismo. É principalmente por isso que ao longo dos anos, os governos ditos e/ou considerados fascistas foram, ou são largamente comandados por militares. Não que seja uma regra, mas é um fator que muitas vezes favorece ou introduz a ascensão do fenômeno na esfera política. Essa associação influencia até hoje a adaptação do fascismo para a atual realidade da ordem mundial e muito diz sobre a estrutura, formação e desenvolvimento político de uma nação.

## **2 Imperialismo Americano**

Atualmente, o imperialismo norte-americano tem o condão de produzir as mais diversas reações dos Estados dominados, reações estas que não se dizem respeito somente à economia e/ou à política, mas também há reações que visam ainda combater até mesmo a influência cultural e científica.

Diversas mudanças ocorreram principalmente na virada do século XIX para o século XX, a modernização chegou para a nação e mesmo com os problemas sócio-econômicos, isso não impediu o crescimento populacional, bem como não deixou de existir a pobreza, racismo e a necessidade de avanço dos direitos das minorias. Não é difícil perceber a predisposição e a habilidade dos Estados Unidos em ser uma potência econômica, já que seu interesse em criar grandes corporações comerciais e econômicas permeavam o objetivo de produzir bens e serviços, fornecer matéria-prima e obter mercado consumidor. Mas para que esses interesses fossem concretizados, de modo a alcançar o foco imperialista, fazia-se necessário um subterfúgio para os seus avanços expansionistas. Ao ilustrar como um exemplo, destaca-se o conflito cubano pela independência do domínio espanhol: o naufrágio de um navio norte-americano no porto da capital cubana foi um dos fatores cruciais para os americanos culparem os espanhóis pela tragédia e assim justificassem sua entrada no conflito de independência e no apoio a Cuba (Melandri, 2002). A real intenção americana era, principalmente, prejudicar a atuação dominante dos espanhóis na ilha caribenha e por fim, concretizar seus interesses econômicos, políticos e estratégicos na região, mas que fosse de uma forma maquiada pelo discurso de liberdade aos cubanos.

Ao observar este e outros contextos políticos durante a história dos EUA, é impreterível afirmar que a posição dos americanos como potência-império tornou-se definitiva e fortalecida, principalmente na aplicação direta da Doutrina Monroe através do Corolário Roosevelt (Moniz, 1998. Pag: 61-62). Neste diapasão importa ressaltar que a implantação da política externa dos Estados Unidos para a América Latina tinha o intuito de decrescer a interferência das potências colonialistas da Europa no século XIX, sendo Cuba apenas um dos diversos pontos políticos-estratégicos que eram almejados pelos Estados Unidos e que afirmava mundialmente o famoso ditado de James Monroe “América para os americanos”.

A ilha cubana ficou sob poder dos norte-americanos por um espaço de tempo considerável, e os mesmos aplicavam as normas postuladas pela Doutrina Monroe quando assim o beneficiassem. Todavia, no decorrer da Diplomacia do Dólar da política americana fez-se necessário a intervenção direta na ilha cubana, ao romper a estrutura política interna de Cuba e declarar o país como protetorado norte-americano à vista de auto beneficiar-se na ocorrência de eventuais conflitos armados com países europeus. Por isso, no quesito armamentista/militar, a grande potência norte-americana, possuía bastante investimento e por isso as ocupações norte-americanas no geral, nunca entraram em conflito diretamente armado na região central e sul do continente até findar a Primeira Guerra Mundial. Nesse sentido, a Diplomacia do Dólar aliado aos fundamentos na Doutrina Monroe, se mostrava eficiente para conduzir os rumos da política externa da ilha, porém, com a ascensão do governo Roosevelt, este preferiu moderar e fazer uso da política da boa vizinhança e levar adiante para as regiões próximas.

Existem diversos fatores que podem explicar a razão cerne do imperialismo americano na América Latina e no mundo ao analisar as estratégias políticas norte-americanas. Essas estratégias políticas tiravam os EUA da posição de ator neutro, e levava para a posição de ator imperialista, de forma que sua influência fosse reconhecida internacionalmente. Isso aconteceu principalmente devido ao surgimento de novas nações que também tinham como foco o expansionismo político e econômico ao longo do século XIX, como era o caso de países como Alemanha e Japão, que projetavam-se nesse sentido e ameaçavam os interesses americanos. Por isso, outra explicação acerca do imperialismo americano se fundamentava em fatores econômicos, que foram uns dos motivos mais abordados pela variedade de explicações. Há quem afirma que o imperialismo americano, no

que diz respeito a política externa em florescer desde o século XIX, foi um ajustamento ao poderio econômico que lhe foi conquistado no decorrer da história. As exportações elevadas colaboravam para que os líderes do governo se interessassem ainda pelo aperfeiçoamento das relações exteriores para que pudessem manter esse nível de desempenho. Neste mesmo pensamento, há também quem defenda que o surgimento de projetos neocolonialista vieram se afirmar com a Conferência Pan-Americana de 1889. Ao consumir o crescimento interno e fincar o reconhecimento de ser uma grande potência, a consequência natural foi a realização destes projetos ano após ano, para reproduzir e perpetuar esses efeitos econômicos. Além disso, o expansionismo se colocava como componente medular dos estadunidenses desde a época colonial e que desde então os Estados Unidos já se comportavam como grande potência mundial.

Para uma melhor compreensão dessa visão, incumbe pontuar outro fator importante que se fazia vigente na época colonial: a existência do Destino Manifesto, documento este que se constituía de princípios que basearam os expansionistas americanos, tornando já nítido o desejo dos estadunidenses em ampliar-se territorialmente para o oeste e também para mais além, como pela América Central e América do Sul. O termo “Destino Manifesto” criado por John O’Sullivan em 1845 designava a ordem de expandir domínio por todo continente com intuito de buscar maior desenvolvimento desprendido dos que já obtinham anualmente, e o fenômeno era amparado por três principais ideais: o primeiro, era o ideal religioso e que afirmava que Deus caminhava ao lado do expansionismo americano traçando o ato como obra e vontade divina; o segundo ideal fazia a ênfase ao desenvolvimento livre, que consistia em expandir o regime americano; e o terceiro ideal visava o aumento de território em virtude do crescimento da população (Mendes, 2005). O expansionismo afirmava de forma muito clara a hegemonia da nação ao dar margem a interpretação de que o imperialismo americano retratou-se por uma reviravolta política interna e externa que inicialmente foi uma incrementação ao expansionismo interno. E foi com base nisso que o Destino Manifesto deu início aos primeiros passos externos dos estadunidenses enquanto nação imperialista.

No entanto, o que ocorre é que o reflexo histórico disto permeia até hoje quando se trata da América Latina. Ao considerar que muitos dos países da região ainda hoje possuem vestígios ditatoriais devido às políticas expansionistas americanas somado às atitudes de submissão dos países latinos, é perceptível que o

resultado desta soma pode, dependendo do contexto, caracterizar a prática de políticas anti-democráticas e conservadoras. Estas práticas podem ressoar por todos os países até hoje, principalmente no que diz respeito às políticas para a economia e para o âmbito social nos países da América Latina que ainda lutam para combater um conjunto de consequências causadas por esses vestígios.

## **2.1 Doutrina Monroe e Doutrina Truman: seus reflexos na ordem mundial**

Os Estados Unidos, ao visar certificar-se de que nenhuma nação fosse recolonizada e com o intuito de sobrepor sua soberania perante as potências europeias, criou a Doutrina Monroe, que não apenas regrou a Europa para que não interferisse em seus negócios como também estabeleceu limites para a autonomia econômica de determinados Estados. Este método prosperou a quantidade de líderes que enxergavam lucro na ampliação econômica do país, e por isso, foi preciso que o apoio às nações latino-americanas pudessem surtir efeitos nos interesses econômicos.

Para alguns autores, o plano americano era irrealista, a ideia disseminada no pós-guerra sobre a ideia de livre comércio e livre mercado sob o domínio dos EUA, trazia motivos para outras potências adentrarem para contestar a autoridade americana. A exemplo disso, teve a União das Repúblicas Socialistas Soviética (URSS) que contra balanceou o controle americano na Europa, e o Japão que contra balanceou o controle americano na Ásia, desestabilizando o poder do dólar nessas regiões. Havia também a ascendência das ideias keynesianas, durante os anos de 1950 e 1970, época esta taxada como Era de Ouro (Hobsbawm, 1995. Pag; 316). A disposição energética da América Latina e Estados Unidos sempre foi ponto-chave nas relações diplomáticas, mas o primeiro contratempo veio quando os norte-americanos perceberam as fortes diferenças religiosas presentes entre o norte que era predominantemente protestante, e o sul que era predominantemente católico e mestiço. Mesmo assim, em 1823, o presidente James Monroe, requereu para seu domínio o Hemisfério Ocidental, afastando a possibilidade de qualquer pretensão europeia o que colocava em evidência o imperialismo americano ao ecoar seu poder de interferência em qualquer ato recolonialista europeu perante a América Latina. Para muitos estudiosos, esse fenômeno ficou conhecido como Doutrina Monroe.

Salienta-se ainda que a Doutrina Monroe foi pensada como uma forma de proteção aos Estados Unidos contra a ameaça de invasão em seu território, principalmente a ameaça europeia, o que era uma realidade no século XIX (Kuhn & Arévalo, 2016). Marcelo Santos (2007), autor de 'O Poder Americano e a América Latina no pós-Guerra Fria', traduz a época que os Estados Unidos tinham como prevalência garantir a defesa de seu território e isso pôs em prova sua autoridade em uma política territorial isolacionista, mas que no decorrer do tempo expandiu a política econômica e fincou sua hegemonia. Neste momento, o caráter imperial é intrinsecamente atrelado a Doutrina Monroe (Santos, 2007. Pag: 22). Os países da América Central e do Sul, não tiveram de fato uma política que não fossem baseadas em enunciados e doutrinas norte-americanas. A interpretação americana do Destino Manifesto, fora crucial para criar as ambições imperialistas que ganhavam força com a vitória americana na guerra contra o México. Era uma crença real de que incorporar o território mexicano ao território americano seria uma causa nobre, haja vista que era dominado por um povo julgado como incapaz, de raça degenerada e que precisavam ser salvos, e sob esse pensamento, os americanos também carregavam consigo razão de cunho religioso, ao afirmar que o seu país era eleito por Deus para reestruturar o mundo e propagar um sistema de governo que todos deveriam seguir, pois este era considerado o ideal e o melhor que existia (Kuhn & Arévalo, 2016).

A América Latina se sobressai como fornecedora de produtos primários no século XIX em meio ao avanço industrial do Ocidente. Em seguida, a região ganha destaque como consumidora de produtos industriais e capitais de empréstimo, pois para financiar as maiores obras de infraestrutura visando desenvolvimento urbano, estes Estados independentes precisaram efetuar vultuosos empréstimos. Logo no fim do século XIX, surgem os primeiros problemas econômicos, o abastecimento básico entra em crise, o consumo interno perde suas forças criando dependência internacional de diversos setores para obtenção de produtos primários (Ayerbe, 2002. Pag: 48-49). Os Estados Unidos sentiram que era imprescindível reformular sua política para com esses países e no período entre 1929 a 1933, as mudanças vieram no Governo Hoover, quando foi possível notar uma forte rejeição à hegemonia americana, principalmente nos quesitos econômicos, políticos militares com uso das forças armadas. O evento que marcou a nova fase, sem dúvidas foi a Segunda Guerra Mundial, o expansionismo alemão demonstrava seu interesse no



hemisfério norte ameaçando os interesses americanos naquela região e obrigando os americanos a voltar seus olhos também para o hemisfério sul continental. Segundo Antônio Tota (2000), o presidente Roosevelt, entendia que para se transformar as Américas em grandiosidade era necessário garantir a segurança da política externa americana (Tota, 2000. Pag: 47).

“A miséria resultante do atraso econômico dos países latino-americanos poderia propiciar revoluções lideradas por nacionalistas, socialistas ou simpatizantes do nazi-fascismo, movimentos que punham em xeque os interesses dos Estados Unidos. Em meados deste ano, formou-se a Comissão Interamericana de Desenvolvimento, com o objetivo de promover as potencialidades econômicas das “outras Repúblicas americanas”. Aos olhos dos estrategos norte-americanos, a fraqueza – não só econômica e social, mas também militar – dos países da América Latina era uma ameaça direta aos Estados Unidos” (Tota, 2000. p: 47).

A legitimação das intervenções militares era o objetivo do Corolário Roosevelt, pois este não enfatizava adquirir territórios, mas sim, direcionava seu foco para a preservação da ordem, como medida preventiva e defensiva, alegando olhar para o progresso e estabilidade da nação.

Em 1980, conforme Ayerbe (2002. Pag: 10), ocorreu a liberalização econômica e política na América Latina, ou seja, setores que eram favoráveis às regras do mercado global e da iniciativa privada ganharam força, e, ao mesmo tempo, a relação com os Estados Unidos se afunilavam como nunca visto anteriormente. Todavia, tanto no corolário Roosevelt como na Doutrina Monroe, a liberalização econômica mesmo para a esfera privada, aparece trazendo a tradicional consequência que autorizava os EUA, com força de polícia internacional, fazer-se cumprir os objetivos em questão caso houvesse qualquer perturbação da ordem ou desrespeito aos contratos firmados em qualquer parte do Hemisfério Ocidental. Em outras palavras, as nações consideradas estáveis politicamente, mas que eram devedoras dentro da área de respaldo norte-americano estavam protegidas das intervenções europeias, em contrapartida, poderiam ser objeto da ação militar americana. Isto posto, o objetivo era, senão um: controlar as políticas na América Latina, ao conter os avanços da URSS e claro, do Socialismo.

No Brasil, o estabelecimento de um Estado de Segurança Nacional foi o início de um sistema que visava conter o comunismo de subversão, que ao aliar-se ao

autoritarismo e a intervenção do Estado, foi possível institucionalizar princípios e práticas repressivas de violação de direitos humanos, políticos e fundamentais. Todavia, o país já experimentava a disseminação de algumas das ideias anticomunistas desde 1930, mas foi em 1933 que com a criação da Delegacia Especial de Segurança Política e Social, (DESPS), que os discentes comunistas foram fortemente reprimidos. Influenciados pelas ideias de combater as conspirações comunistas, este ato pôs Getúlio Vargas no poder em 1937, que iniciou, portanto, uma série de leis que definiam o que era crime de afronta política e dessa forma, as classificaram como leis de segurança nacional. Promulgada em 1953 ainda por Getúlio Vargas, uma nova lei alinhada as ideologias da Guerra Fria sofreu reformulações nos anos seguintes, mas tinha como base maior conter o poder de avanço e domínio das elites, ao embutir nos discursos populistas a atribuição da participação popular. Ao criar um caráter emergencial para a implantação da Lei de Segurança Nacional, foi mais fácil prever a sua aceitação e assim construir a imagem internacional de um país política e socialmente estabilizado.

A Doutrina de Segurança Nacional brasileira era embasada por quatro elementos cruciais: o poder nacional, a segurança nacional, os objetivos nacionais e a estratégia nacional. A influência americana na Doutrina brasileira vinha de forma explícita no seu conceito de segurança para a abertura da influência externa, já que havia exaltação aos Estados Unidos. Essa exaltação deveu-se principalmente ao que foi ideologizado na Escola Superior de Guerra (ESG) que teve a sua criação e o seu propósito inspirado no modelo americano para estimular o combate ao comunismo dentro e fora do país, já que a Escola formou oficiais da Força Expedicionária Brasileira (FEB) para que também participassem da Segunda Guerra Mundial. Dessa forma, a ESG moldou os seus interesses militares na tentativa de igualar-se aos Estados Unidos, buscando os mesmos métodos que este país utilizou para tornar-se uma potência internacional. O foco era observar e estudar sobre defesa nacional como forma de influenciar a política e a sociedade e assim poder consolidar a soberania nacional e sustentar a integridade do território nacional.

O Brasil não negou seu interesse pelo desenvolvimento nacional e principalmente, reaparelhamento das Forças Armadas, colocando em xeque o poder bélico e elevando as negociações entre o Brasil e EUA, e conseqüentemente entre o Brasil e os demais aliados. O resultado foi uma concessão de créditos,

financiamentos e claro, o reaparelhamento militar, tudo isto foi pago com o fornecimento de materiais estratégicos e abertura para as tropas militares estadunidenses estacionarem no Nordeste do país. Sendo assim, a Doutrina de Segurança Nacional de Contenção não foi quem instaurou o regime militar no Brasil, mas sim aquela que fez contribuições para que se valorizasse a instituição militar a fim de firmar o seu papel como imprescindível para a estabilidade socioeconómica e institucionalização de princípios e métodos no dia a dia político-militar brasileiro.

## **2.2 Guerra Fria e Comunismo**

Os Estados Unidos teve um desempenho económico de sucesso com a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, e a partir dos anos 50 a economia da URSS se desenvolvia de forma também satisfatória. Ambos os países saíram vitoriosos no fim da Segunda Guerra Mundial, inclusive lutaram lado a lado como aliados para combater o nazismo e o fascismo espalhado pela Europa. Todavia, o elo dessa aliança era único e tinha apenas um objetivo: derrotar os seus inimigos em comum. Com o desenvolvimento económico era necessidade de expandir os seus mercados consoante as suas próprias regras e com essas regras sendo ideologicamente diferentes, a aliança que nasceu durante a Segunda Guerra não tinha um consenso no campo económico e por isso, foi inevitável que os dois países disputassem o poder hegemónico global logo após terem alcançado com sucesso o combate contra o nazismo.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo tornou-se polarizado, representado por duas potências económicas e militares de ideologias completamente opostas: de um lado os EUA, representando o capitalismo e do outro lado a URSS, representando o socialismo. Os países iniciaram uma intensa disputa de poder que obrigou o restante dos do mundo a escolher um dos lados para fazer uma aliança em busca de desenvolvimento e proteção. Deste modo, as duas superpotências almejavam adquirir áreas de influência por meio de estratégias políticas e económicas, para provar que desempenho de suas ideologias era o mais correto e ideal. Eram objetivos similares que baseavam-se em dois pontos de vista diferentes na busca de fincar-se como maior potência do globo terrestre, e para isso, era imprescindível um pesado investimento económico principalmente nos setores bélicos e tecnológicos que significou o início de uma desenfreada corrida

armamentista, em que um, tenta superar as armas do outro, para uma eventual guerra que ainda era iminente, mesmo após a Segunda Guerra Mundial.

Para Joseph S. Nye Jr. em sua obra “Compreender os Conflitos Internacionais” (2002. Pag: 137-139) o cientista político norte-americano explica que existem três linhas de pensamento a debater sobre quem, de facto, iniciou a Guerra Fria: o pensamento conservadorismo/tradicionalismo, o pensamento revisionista, e o pensamento pós-revisionista. Conforme a primeira linha, os estudiosos do pensamento conservador/tradicional defendem que o início da Guerra Fria veio de iniciativa da URSS, uma vez que após a Segunda Guerra Mundial, os EUA recolhiam suas tropas ao redor do mundo, como forma a construir uma ideia de segurança coletiva na cultura política do país. No entanto, os soviéticos ainda adotavam um comportamento conflituoso para manter-se no domínio principalmente de países como Irão, Polónia Alemanha Oriental e Coreia do Norte, e para dominar novos territórios, principalmente nos países do leste europeu como, por exemplo, a República Checa.

A segunda linha, os revisionistas, se subdivide em revisionistas moderados e revisionistas duros. Mas o que vale destacar é que, em geral, os revisionistas defendem que o combate foi dado início em virtude do desejo de expansão norte-americano. Acreditam que quando a Segunda Guerra acabou, o mundo não estava necessariamente polarizado, pois ainda havia uma grande diferença de desempenho económico e de potencial bélico entre os dois países, e por isso Estaline ainda possuía objetivos moderados para o expansionismo da URSS, enquanto os EUA intimidavam o país e o mundo com suas potentes armas nucleares. Quem crê nesta segunda linha de pensamentos, acredita que os Estados Unidos iniciou seu processo de expansão não somente por questões económicas. A questão ideológica tinha um peso considerável, e com a chegada de Truman ao poder em 1945 e a partir desse específico momento, o objetivo de levar a adesão do capitalismo ao maior número de país possível, repercutiu na postura do presidente Truman que passa adotar uma rigidez contra qualquer comportamento comunista.

Na terceira linha de pensamento, os estudiosos pós-revisionistas defendem que, a qualquer momento, seria inevitável a Guerra Fria, e isso se justifica em virtude da inevitável estrutura bipolar que se formou na ordem mundial daquela época. No pós-Segunda Guerra, diante da fragilidade das economias europeias destruídas pelos conflitos causados, o que restou foram duas superpotências, que

viram uma oportunidade de domínio de novos territórios e possuíam objetivos conflitantes: os EUA tinham objetivos mais audaciosos e pretendiam conduzir os rumos da política internacional, a URSS tinha um foco mais palpável nos contextos territoriais, sociais e económicos. No que tange a essas divergências, percebe-se que era inevitável o conflito e que suas proporções poderiam, no mínimo, serem gigantesca, já que para os pós-revisionistas, os dois países não somente queriam expandir, os dois tinham a necessidade de expandir-se (Nye, 2002. Pag: 139).

A Guerra Fria foi um conjunto de confrontos que abrangeu diversas questões de natureza política, económica, social e ideológica, e tinha como causa central a expansão político-económica do capitalismo e socialismo, sistemas económicos antagônicos com propostas económicas opostas, com base em princípios que norteiam para direções diferentes a organização da política, da economia e da sociedade. Uma das diferenças pontuais se apoia no direito à propriedade, seja ela privada ou coletiva; tendo o sistema capitalista a arrima no direito à propriedade privada, esta dá permissão aqueles que detém o meio de produção concentrar a mais-valia, e por isso, defendem assiduamente o livre mercado, a livre concorrência e limita o Estado para apenas proteger algumas garantias individuais sem que haja intervenção na economia. A mesma tece críticas ao socialismo pela ausência de liberdades individuais e pelo não incentivo ao enriquecimento individual. Já o sistema socialista, se ancora coletivização dos meios de produção e na busca pela equidade na distribuição das riquezas, ao dar total liberdade ao Estado para que este possa elaborar, reger e interferir de forma direta na economia, a fim de que se garanta a igualdade de oportunidades e que a riqueza seja distribuída de forma equivalente e constante, sendo então notável o incentivo ao coletivismo e a solidariedade social. O mesmo também tece críticas ao capitalismo pela exploração da classe trabalhadora que, subordinada aos donos dos meios de produção, direcionam os resultados de produção para benefício pessoal ou lucrativo, como forma de acumular riquezas e tornar invisível as demandas dos mais dependentes. Durante a Guerra Fria, essas divergências tornaram-se bem claras quando tratava-se das atuações americanas e soviéticas. Todavia, nas guerras periféricas, as duas grandes potências eram semelhantes em suas buscas e conquistas e mesmo sem ter tido um confronto direto entre os protagonistas, os Estados Unidos e URSS estiveram no comando de muitas guerras, golpes e intervenções em diversos países do globo.

Tais guerras permitiram que as grandes potências medissem suas capacidades, dentre elas as capacidades tecnológicas e militares, e para os capitalistas a disseminação de medidas contra a insurgência comunista era necessário principalmente no meio militar. Na América Latina, o principal difusor dessas medidas era a Escola das Américas - localizada no Panamá, que treinou vários militares (incluindo mais de 60 mil militares brasileiros, chilenos, argentinos e demais países) com o intuito de formar um alinhamento geopolítico entre as instituições militares de todos os países do continente. A Escola das Américas conseguiu formar futuros ditadores de alguns países latinos e ainda foi espelho para diversas outras instituições congêneres que nasceram principalmente no cone-sul do continente. Por consequência, o esforço para firmar-se como grande potência detentora de armas, tecnologia e exército, teve um alto orçamento para os EUA e estimulou ainda mais a competição com a URSS, que como resposta, investia de forma acelerada no desenvolvimento de tecnologia nuclear bélica.

No polo asiático, também sobre a alçada da Guerra Fria, a China comunista de Mao Tsé-Tung que comandava o Exército Vermelho em 1949 venceu o nacionalista Chiang Kai-Chek que tinha seu exército apoiado pelos Estados Unidos, e essa vitória socialista rendeu a fundação da República Popular da China. Porém, o rompimento das relações diplomáticas entre a China e URSS em 1958, fez Mao lançar uma campanha para estimular o crescimento econômico e tornar a China um país economicamente desenvolvido a ponto de competir com as potências da época, todavia não alcançou com sucesso este objetivo naquele momento e o crescimento econômico só conseguiu vir à luz após a abertura econômica do país a partir dos anos 70.

O que se sobreveio com o fim da Guerra Fria foram as reformas radicais no bloco soviético, as políticas reformistas de transparência e reestruturação que, lançadas por Gorbachov, implementaram a descentralização da política interna e a abertura da política externa para estimular a economia e trazer empresas privadas para o seu círculo econômico e assim, obter capital estrangeiro. Os efeitos disso no cenário internacional, destacou o esforço do líder soviético em priorizar a paz, defender o desarmamento e anunciar também o fim dos testes nucleares da URSS. Este cenário representou uma virada política para a União Soviética em 1989, e sem haver muita resistência, levou à extinção diversos regimes socialistas, como foi o caso de países como a Polónia, Roménia e Hungria. Estes e inúmeros outros

fatores, inevitavelmente, vieram influenciar também o fim do regime na Alemanha, com a queda do muro de Berlim e finalmente, o vieram desempenhar um dos fatores decisivos para desmembramento e extinção definitiva da URSS em 1991. Para muitos a Guerra Fria significou a ascensão e fixação do Capitalismo e a derrubada do socialismo. E hoje, ainda há quem acredite no retorno de uma nova bipolaridade, quando se trata dos EUA e China, já que atualmente essas são as duas maiores economias mundiais que contam com a forte capacidade de influenciar os caminhos para a nova ordem hegemónica mundial.

Ora, em resumo, resta incontestemente que Guerra Fria fora uma batalha ideológica, entre Estados Unidos e URSS, até 1991, que tinha como objetivo central a polarização da geopolítica global, mas que teve como consequência uma extensa geração de conflitos que deixou suas marcas na dinâmica das relações internacionais, na formação dos novos Estados e na reestruturação das sociedades. Além de haver duas grandes potências que tentavam afirmar-se e, ao mesmo tempo, firmar-se, havia ali interesses económicos e territoriais, capazes de sobrepor ao tempo, e ter nas suas consequências efeitos sentidos até os dias atuais.

### **2.3 Análise do papel norte-americano na Ditadura Militar do Brasil diante da conjuntura doutrinária de sua intervenção**

Conhecido também como Golpe de 1964, a ditadura expôs uma faceta inescrupulosa da política nacional brasileira, e mesmo hoje, insta ser de suma importância aceitar que os autores do golpe eram políticos brasileiros, representantes de seu povo, que faziam parte do sistema político, mas se aproveitavam do protetorado e dos poderes de seus cargos para agir de má-fé em prol de seus interesses e privilégios. Armados com a ideia do que hoje pode ser chamada de Terrorismo de Estado, esses políticos atingiram a própria sociedade quando compactuaram com os retrocessos, repressões e conservadorismo como forma de extinguir os valores essenciais para a promoção e o exercício da democracia.

No contexto internacional da época, esse terrorismo de Estado era usado muitas vezes pelos EUA como forma de inibir a propagação do comunismo, principalmente nos países de terceiro mundo, que, economicamente mais fracos, eram suscetíveis às instabilidades políticas. Esses países ficavam vulneráveis ao

domínio soviético e conseqüentemente atrapalhavam o interesse americano no seu expansionismo económico e no controlo da ordem económica global. Para evitar essas instabilidades na América Latina, os Estados Unidos estavam armados com os preceitos da Doutrina Monroe e com as diretrizes da Doutrina Truman e a sua influência política na região, tornou-se mais forte do que se pensa. Dessa forma, ao longo do século XX, o país patrocinou uma gama de Ditaduras Militares na região como resultados da aplicação dessas doutrinas, e diferentes países tiveram o desprazer de experimentar o amargor dos regimes ditatoriais.

A citar um dos vários golpes apoiados pelos EUA na América Latina, foi a Ditadura Militar no Brasil instaurada em 1964, que os americanos financiaram os adversários e ajudaram os conspiradores para a instauração do regime, mas não o planejaram de facto. A fim de clarear o contexto histórico, é interessante destacar a obra de Phyllis R. Parker, "O papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março." (1977) que de forma muito bem elaborada traz aprofundadamente todo o contexto desse fato histórico. Inicia ao reportar que em 1960, aconteciam as eleições diretas para a sucessão presidencial e o candidato pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), Jânio Quadros, venceu as eleições com 48% dos votos. Inicialmente, Jânio Quadros deixou claro o seu autoritarismo, comandando ordens aos seus Ministros e tendo uma relação tensa com o Congresso Nacional. Entrou para governar prometendo o fim da corrupção, mas ocupou-se com pormenores insignificantes como decretos que proibiam brigas de galo, funcionamento de jôqueis e biquínis nas praias. Através de ações moralizadoras, Jânio atingiu também a administração pública com regras e pormenores que não faziam parte de nenhuma pauta trabalhista e por isso, Jânio Quadros foi levado ao isolamento, rompendo relações com o Congresso.

No ano seguinte, a promessa mudou para conter a inflação e os gastos públicos e Jânio Quadros cortou os subsídios financeiros para a produção de trigo e de petróleo. Porém, o efeito que surtiu foi totalmente contrário: a inflação saltou a passos largos e fez subir a 100% o preço do pão e ser necessário congelar salários. A postura de Jânio Quadros, porém, gerou confiança do Fundo Monetário Internacional (FMI), que renegociou a dívida externa do Brasil, mas isso não impediu de provocar uma enorme recessão económica e conseqüentemente o aumento do desemprego, fato este que destruiu ainda mais a popularidade do Presidente. Para a política interna manteve uma postura conservadora, mas para a política externa



adotou uma condução independente, com discurso crítico aos Estados Unidos e fomentando a independência económica do país. Se solidarizou com os movimentos de independência que se iniciavam em Angola e Moçambique, provocando a ira americana que enxergava os movimentos de independências como uma abertura irresponsável para o comunismo, e demonstrou apoio a Cuba ao condecorar o Ministro cubano e Ernesto Che Guevara com a mais nobre honraria do Estado. Principalmente esta homenagem, desencadeou uma reação no exército conservador entre oficiais que acusaram o Presidente de compactuar com os comunistas e agir como um ditador. Após este episódio, ainda em 1961, a renúncia de Jânio tornou-se inevitável.

A renúncia de Jânio foi o ápice para se instalar uma crise na política brasileira. Seguindo a Constituição, João Goulart assumiu o cargo, mas diante da grande proporção da crise política e económica, enfrentou a forte oposição de grandes empresários estrangeiros e Ministros que incentivaram uma mudança de regime político no país e tentaram impor, sem sucesso, um regime parlamentarista.

Atentos ao que se passava no Brasil, especialmente após as acusações de pacto entre Jânio e os comunistas, o governo americano faz questão de escolher o diplomata 'linha dura' Lincoln Gordon para ser o embaixador dos EUA no Brasil. Gordon ficou famoso na história do Brasil pelas denúncias de corrupção que o acusavam de oferecer dinheiros para diversos militares e políticos em troca da aprovação de diversas leis nacionais que beneficia os negócios americanos no país. Politicamente, o embaixador esclarece aos EUA que o mais novo presidente do Brasil tinha uma forte tendência comunista capaz de transformar o país em uma nova China sul-americana<sup>1</sup> e por isso, o governo americano acaba por patrocinar uma intensa campanha contra Goulart nos veículos de médias nacionais, através do IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), criado a partir de um grupo de empresários nacionais, oficiais militares brasileiros, jornalistas, intelectuais e empresários internacionais, que se uniram para fortalecer uma ideologia anticomunista em suas relações com o governo nacional, com as médias e com governos internacionais. O grupo era financiado principalmente por empresas e entidades bancárias, tanto nacionais, como internacionais. O patrocínio internacional

---

<sup>1</sup> Ver site <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB118/>>, item 2) State Department, Top Secret Cable from Rio De Janeiro, March 27, 1964. Pag. 8. § 11. <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB118/bz02.pdf>>

era recebido pelo IPES através de um fundo criado pelos americanos para financiar suas operações no país. O dinheiro para esse fundo vinha principalmente do Departamento de Estado norte-americano, da Câmara de Comércio da América (American Chamber) e também de outras corporações estrangeiras originária da Alemanha e Suécia.

Com a morte de John F. Kennedy em 1963, os EUA temiam a deterioração das políticas externas para o combate ao comunismo, e Thomas Mann, novo Secretário de Estado para Assuntos Interamericanos do governo de Lyndon Johnson acresce para América Latina, inclusive Brasil, a política do 8 ou 80: ou se faz reformas, ou se faz revolução; até lá, os EUA não iriam punir as instituições políticas que visavam promover reformas políticas, mesmo que fosse necessário derrubar governos eleitos democraticamente.

Nesse contexto, o governo de João Goulart tentava a todo custo conter a inflação ao apresentar o plano trienal, que tinha medidas que iam desde o controle de salários até a restrição de créditos e impostos. Em 1964, diversos setores declararam-se abertamente contra a reforma e foram às ruas ao conclamar a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, movimento que mesclava religião e política e tinha a participação massiva de membros políticos da ala conservadora, do alto clero católico e de diversos empresários ligados às indústrias que reivindicavam constantemente a destituição do Presidente. Além de contar com a participação política e religiosa, houve também a participação militar, que na época, gozavam de uma relativa autonomia e voltaram-se contra João Goulart durante o episódio conhecido como Revolta dos Marinheiros ocorrido no mesmo ano de 1964. Os militares marinheiros de baixa patente exigiam de seus superiores e do Ministro da Marinha o cumprimento de reformas políticas para a categoria, reformas estas que continham um forte viés de esquerda e contava com o apoio de diversas instituições sociais consideradas ilegais, como o Sindicato dos Metalúrgicos, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). O conflito tomou proporções gigantescas com diversas reviravoltas que desestabilizou ainda mais a frágil relação do governo com os militares. A alta patente da Marinha Brasileira considerou a Revolta como um ato de insubordinação e as consequências disso foram as piores para a baixa patente, que em sua maioria eram pobres, sem direitos essenciais básicos e que ficaram expostos a uma forte e violenta repressão. Na tentativa de encontrar um desfecho, representante da Marinha Nacional e do

Governo Federal, entraram em acordo para o fim da revolta e a consequente prisão dos responsáveis, mas em questão de horas, João Goulart amnistia os detidos e concretiza por definitivo a perda do apoio militar. O terreno estava fértil, o clima estava propício, a crise económica estava instalada e a radicalização político-ideológica isolou o Presidente e criou diversos pretextos para um golpe militar em um futuro breve.

Em 31 de março de 1964, o general do exército, Olímpio Mourão Filho, iniciou um movimento armado que fez receber apoio do governo de São Paulo e dos líderes militares paulistas e, ao mesmo tempo, por meio de um conluio prévio e ultrassecreto entre Gordon e os militares brasileiros, os EUA iniciam a Operação Brother Sam<sup>2</sup>. A operação consistia principalmente na prontidão das forças militares americanas para atender qualquer necessidade de intervenção armada no Brasil durante a deposição de João Goulart e implantação do governo militar. Para isso, os americanos autorizaram o envio de componentes bélicos marinhos e aeronáuticos, que consistiam basicamente na disposição de navios de combate, porta-aviões, destroyers e aviões de caça, helicópteros, aviões de comunicações. Ainda seguia navios de combustíveis, aviões de abastecimento, e mais algumas toneladas de armamentos e munições (Parker, 1977). Sabe-se hoje que nada foi usado e a operação não teve efeito físico nenhum para o país, pois a marcha militar de Olímpio Mourão Filho resultou na renúncia e exílio de João Goulart e o cargo de presidência foi declarado vago, de forma que foi aberto uma larga brecha que permitiu a constituição de uma Junta Militar para estabelecer novas regras para a política nacional sem que houvesse muita resistência.

A Junta Militar continha oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica que ao longo dos anos revezavam-se no poder por meio de eleições indiretas. Para os primeiros anos, o apoio dos EUA estava direcionado ao General Castelo Branco (Parker, 1977), que como primeiro presidente militar do país, iniciou uma intensa repressão violenta contra pessoas e grupos ligados ao governo de Jânio e de João Goulart. As repressões continuaram contra toda forma de oposição e na tentativa de tornar legais os atos punição cometidos, os militares começaram a outorgar diversos Atos Institucionais que limitavam os mais diversos direitos sociais e políticos e institucionalizava regras políticas que não previam nenhuma participação popular. Até o ano de 1967, os partidos políticos foram extintos e o Ato Institucional n.º 4

---

<sup>2</sup> Ver The National Security Archive - site: <<https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB416/>>

(AI-4) aprovou a outorga de uma nova Constituição que ampliava ainda mais os poderes do presidente, ao regulamentar a atuação da imprensa nacional e aperfeiçoar a Lei de Segurança Nacional.

Em dezembro de 1968, para melhor reprimir as tensões sociais, Costa e Silva aprovou o AI-5, que concedeu poderes ilimitados ao Presidente da República para os vários âmbitos das políticas internas. Com isso, o Presidente determinou o fechamento do Congresso Nacional de modo a combater a subversão de políticos, cassou mandatos, aposentou e demitiu compulsoriamente funcionários da administração pública, suspendeu juridicamente o instituto jurídico do *habeas corpus* e diversas outras medidas que, na sua concepção, eram realizados para promover a paz pública. O retrocesso e o militarismo, marcaram a Ditadura Militar Brasileira, e, como se isso não fosse o suficiente, Emendas Constitucionais (EC) que regulavam a pena de morte e a prisão perpétua foram colocadas no plano jurídico nacional.

Dez meses depois, em outubro 1969, é reaberto o Congresso Nacional para aprovar a indicação de um novo Presidente e com isso, é dado início aos ‘anos de chumbo’ do Brasil. Os líderes militares que se sucederam governaram o país com mãos de ferro e investia massivamente em propaganda nacionalista e slogans de efeito como, por exemplo: ‘Brasil, ame-o ou deixe-o’, que eram veiculados pelo próprio Presidente durante suas campanhas. Esses anos foram caracterizados também pelo aumento considerável de desaparecimentos, da tortura e perseguição política e social a todos aqueles que eram considerados subversivos; censura nos meios de comunicação, na cultura, nas artes, nas religiões e ainda contou com o aparelhamento dos órgãos de repressão como o Departamento de Operações Internas e Centro de Operação de Defesa Interna (DOI-Codi), o Serviço Nacional de Informação (SNI), Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), o que aumentou expressivamente os seus poderes de atuação. Esses ‘anos de chumbo’ funcionalizou, nas sombras dos bastidores do governo militar, a Operação Condor<sup>3</sup> que ao ser firmada entre os EUA e outros governos ditatoriais da América latina, a incluir o Brasil, programou desestruturar movimentos de oposição política, principalmente os de orientação comunista, a partir da troca de informações secretas colhidas pelos serviços de inteligências e compartilhadas entre si. Com isso, em

---

<sup>3</sup> Ver Comissão Nacional da Verdade: site: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/2-uncategorised/417-operacao-condor-e-a-ditadura-no-brasil-analise-de-documentos-desclassificados.html>>

uma cooperação conjunta, os países operavam planos de repressão e extinção desses movimentos ao suprimir possíveis revoltas sociais e neutralizar os seus respectivos líderes.

No plano económico, principalmente entre 1968 a 1973, ocorreu o que se deu nome de milagre económico: a economia cresceu 10% ao ano e a inflação se mantinha relativamente baixa, o governo contraiu empréstimos, atraiu investidores e flexibilizou as facilidades de atuação das empresas, de forma que isso não alcançava a classe trabalhadora, que a cada ano, tinha o seu salário cada vez mais comprimido. No entanto, ao final do mandato de Emílio Médici, em 1974, os sinais restavam evidentes que essas medidas eram falhas para um desenvolvimento económico a longo prazo, pois havia tão somente concentrado riquezas nas mãos de uma minoria detentora de poder político, militar e capitalista, enquanto a população vivia às margens da pobreza e miséria, sustentando um sistema de trabalho abusivos e salários vergonhosos. A essa altura, o prestígio ao regime militar já começava a decair e com ela, decaía também o apoio dos próprios militares, do baixo ao alto escalão, que acabavam por sofrer com os efeitos da inflação que começava a surtir efeitos na economia nacional. Tornou-se inevitável que a partir de 1974 foi necessário haver uma abertura lenta e gradual da economia e restauração dos direitos sociais e políticos que se ancorou principalmente na revogação dos Atos Institucionais.

Durante esse tempo, apesar do apoio logístico para a implantação do regime militar, a interferência norte-americana no caminho político do país muitas vezes esbarrou-se com interesses divergentes dos líderes militares brasileiros, mas tomou força principalmente a partir de 1975 com o acordo nuclear firmado entre o Brasil e a Alemanha. Como resposta, os EUA trabalharam duramente para impedir a transferência tecnológica de enriquecimento de urânio, mas permitiu a formação de trabalhadores qualificados para desenvolver tecnologia própria para a fabricação de combustível nuclear. No entanto, com declínio da economia nacional, era inevitável discussões acaloradas acerca da dívida externa brasileira e o desenrolar desses atritos de opiniões mitigou desacordos simbólicos como a oposição às políticas americanas adotadas contra a Revolução Sandinista na Nicarágua e a decisão de não boicotar as Olimpíadas de Moscovo. A violenta repressão social e os frequentes descumprimentos dos direitos humanos, que eram constantemente denunciados pelos americanos, acabou por proporcionar, mesmo que lentamente, o declínio de

um longo período de opressão e mesmo que a ditadura tivesse o seu fim concretizado apenas em 1985, o regresso à normalidade já começava a configurar-se como sendo inevitável.

Em 1981, a economia brasileira começa a apontar a falência do modelo económico instaurado, a inflação passou para 95,62% no ano<sup>4</sup>, indicando que a crise económica brasileira refletia na impopularidade do regime militar. Com a volta das eleições diretas para governadores dos estados, a oposição venceu a maioria das eleições para Governador, e entusiasmaram ainda mais os crescentes movimentos sociais que exigiam o retorno total da democracia. A partir da década de 1980, a influência norte-americana já se encontrava muito bem consolidada no Brasil e na América Latina, e com uma influência substancial do pensamento neoliberal, defendida principalmente por Margaret Thatcher e Ronald Regan, se fazia necessário que as novas políticas económicas internacionais tivessem menos interferência dos Estados e por isso, era importante promover a liberdade no comércio, mas não necessariamente significava um apoio a uma eventual redemocratização dos países latinos.

Mesmo assim, foi iniciado um lento processo de redemocratização do Brasil, e após uma tentativa fracassada de promover eleições diretas para presidente em 1984, teve como consequência a eleição do primeiro presidente civil do país, Tancredo Neves. Apoiado pelos militares e sendo considerado um político de visão moderada, Tancredo faleceu em 1985 sem ao menos ter sido empossado como presidente. No entanto, a visão moderada de Tancredo foi levada adiante pelo vice-presidente José Sarney que deu início a deferimento de uma série EC que, gradualmente, limpavam os vestígios da ditadura militar e convocaram a formação de uma nova Assembleia Nacional Constituinte, aprovada no final do ano tendo representantes de todos os setores trabalhistas e sociais. Os membros da Assembleia trabalharam por 20 meses na construção de um novo documento constitucional para a redemocratização do país e em 1988, pela primeira vez em 42 anos, foi promulgada uma nova Constituição que inseriu uma virada histórica para os direitos sociais e para política nacional.

---

<sup>4</sup> Dado do Global Rates. Disponível em:  
<<https://www.global-rates.com/pt/estatisticas-economicas/inflacao/1981.aspx>>

### **3 A década perdida e a chegada de Lula - A transformação política rumo a uma independência econômica**

A nova Constituição Federal foi um marco histórico para a política nacional, mas não extinguiu o clima de desconfiança e descrédito, que somado ao péssimo estado econômico do país, tomou mais força ainda com o início da campanha presidencial de 1989, a primeira eleição democrática direta após 21 anos de sucessivos regimes militares. Se por um lado, as eleições diretas representavam o início de uma nova era, por outro lado, representava também a incerteza sobre o futuro político e econômico do país. Essa incerteza era um indicador claro de que os novos tempos não seriam fáceis. Não à toa que a partir de 1990, a década de redemocratização do país, foi declarada como a década perdida.

Diante do contexto histórico brasileiro, os EUA viram com bons olhos a redemocratização brasileira, mas, simultaneamente, ruminava preocupações sobre sua influência política no país. Nessa época, a espionagem à corrida presidencial que acontecia no país foi promovida incessantemente pelo Departamento de Estado, que servia agora aos comandos do presidente americano George H. Bush. Enquanto isso no Brasil, durante a gestão de Sarney, os escândalos políticos se multiplicavam, os salários não acompanhavam os preços altos dos produtos de primeira necessidade e a população reagia protestando e saqueando os supermercados, e os trabalhadores de diversos setores seguiam decretando novas e extensas greves.

Os principais candidatos eram Lula e Fernando Collor de Mello. Collor que, durante as propagandas eleitorais, se apresentava como inimigo da corrupção, fazia promessas como a de derrubar a inflação. Luiz Inácio Lula da Silva, com um perfil totalmente diferente do adversário, tecia em seu discurso, duras críticas a desigualdade social e a pobreza e colocava em pauta propostas voltadas para as causas sociais. Suas propostas também visavam maior independência ao país no que se diz respeito à situação financeira externa, como, por exemplo, a suspensão do pagamento da dívida externa, a realização de um governo anti-imperialista através de um mandato democrático popular e a reforma agrária.

A eleição de 1989 foi acompanhada de perto pelos americanos, e Fernando Collor era o favorito dos americanos (Lopes & Rosllsing, 2017). Após uma minuciosa investigação a pedido de Washington, ficou constatado que o candidato era muito bem alinhado à política neoliberal e o governo americano foi sendo informado sobre

suas metas para a economia, principalmente no tocante ao combate da inflação e privatizações. Ainda assim, os americanos tiveram grande conhecimento dos casos de corrupção durante o mandato de Collor como governador do Estado de Alagoas, mas ainda com medo de uma onda comunista na redemocratização do Brasil, os americanos recorreram ao apoio ao candidato. Na reta final na segunda volta da eleição presidencial, Collor venceu com 35 milhões de voto contra os 31,1 milhões à Lula<sup>5</sup>.

Quando Fernando Collor assumiu em 1990, as promessas de enxugar a máquina administrativa do Estado estavam em sua lista, junto com a proposta de modernização da economia e abate da inflação. Para isso, o Presidente recorreu aos bloqueios dos depósitos bancários, determinou o congelamento de preços, aumentou a taxa de juros e eliminou diversos impostos de importação, como parte do denominado Plano Collor, que somente reduziu levemente a inflação a curto prazo, mas, em contrapartida, as vendas no comércio caíram e as empresas foram obrigadas a reduzir salários e demitir funcionários. O Brasil amargava com a recessão econômica e cada vez mais os escândalos de corrupção vinham à tona envolvendo ele e membros do seu governo, desestabilizando a sua credibilidade. A teia de corrupção que envolvia o tesoureiro da campanha de Collor foi um dos motivos que fizeram abrir uma nova Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar essas e outras denúncias, e após meses de profundas investigações, restou comprovado que o Presidente e sua equipa receberam de empresários privados altas somas de dinheiro para que fossem liberados verbas do governo aos projetos empresariais. Por seguinte, o país inundou-se com diversas manifestações pelo Impeachment de Collor e em 1992 foi oficialmente formalizado o pedido de Impeachment com base nas acusações de corrupção passiva e crime de responsabilidade. Fernando Collor foi julgado pelo Senado Federal e teve seus direitos políticos cassados por 8 anos.

O vice-presidente Itamar Franco assume o cargo e, mesmo assim, não trabalha o suficiente para frear os casos de corrupção e a profunda desestabilidade econômica que afundava o país. Nesta altura, a população já não acreditava em planos salvacionistas, mas Itamar Franco nomeou Fernando Henrique Cardoso (FHC) para comandar o Ministério da Fazenda, e este tinha como principal pauta de

---

<sup>5</sup> Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Disponíveis em:  
<<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1989/resultados>>



recuperação económica, o Plano Real. Com a institucionalização do Plano Real, foi possível criar uma nova moeda, o real (R\$), que nasceu já a estabelecer paridade com o dólar, e em 1994, um real equivalia a 1 dólar, facto este que conseguiu ao menos conter a alta da inflação e a recessão económica (Junior, 1999). Nesse sentido, Fernando Henrique popularizou-se, ganhou diversos simpatizantes, ficou conhecido como o 'Pai do Real' e ao aproveitar-se do sucesso do Plano Real, FHC lança sua candidatura a presidência e torna-se o mais novo adversário de Lula que novamente entrava na corrida presidencial. Aliado a média e favorecido por grandes empresários, Fernando Henrique foi eleito no primeiro turno com 54,2% dos votos válidos, enquanto Lula ficava com 27,04%<sup>6</sup>. Foram 8 anos na presidência, com poucos investimentos sociais, que ao longo do tempo mostraram-se ineficientes, e algum crescimento económico, mas que não acompanhava o ritmo necessário para provocar uma mudança significativa na qualidade e no custo de vida da sociedade.

FHC ajustou-se facilmente às exigências da dinâmica económica internacional, agradou às elites empresariais brasileiras e internacionais com um vigoroso processo de desnacionalização da economia. Em seu governo, usou e abusou de privatizações de empresas e serviços sem obter o real valor de mercado e em muitos casos, não sustou mudança significativa nos serviços que foram privatizados, na economia e nem na qualidade de vida da sociedade. Era claro que sua prioridade era concretizar uma política de estabilização macroeconómica que por consequência foi promovida pelo sucesso do Plano Real. Isso foi o suficiente para chamar atenção dos americanos, ressignificar a relação entre os dois países, e assim permitir que Washington colocasse em prática a promoção da concretização da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). O processo negociador para sua proposta foi levado a discussão em diversas reuniões ocorridas ao longo dos anos, mas não foi o suficiente para extrair uma posição favorável do Brasil. Isso porque, mesmo que Fernando Henrique tenha virado sua política externa para as demandas internacionais, o mesmo não deixou de promover uma leve integração regional. Mesmo que leve, essa integração com outros países da América Latina fortaleceu a capacidade multilateral do Brasil e do Mercosul e gerou bom senso ao impor limites aos planos do governo americano (Milani, 2011). No entanto, o debate entorno da

---

<sup>6</sup> Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Disponíveis em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-1994/relacao-do-candidatos-a-presidencia-da-republica-eleicoes-1994>>

ALCA produziu efeitos internamente e a oposição, que não se contentava somente com a rejeição da ALCA em seu legítimo termo, aumentava consideravelmente o poder de crítica as outras inúmeras mudanças políticas e económica que atendiam somente aos interesses americanos e estrangeiros.

Durante esse tempo, Lula fez o trabalho de fortalecer sua base política, buscou alianças e tentou enxergar possibilidades para ser eleito. Mesmo diante de todo contexto histórico, Lula é eleito Presidente da República somente em 2002. 61,27% foi a percentagem que o levou a vitória e derrotou o principal candidato da oposição, José Serra, que levou somente 38,73%<sup>7</sup> dos votos válidos. O início do governo de Lula chegou implementando profundas mudanças no quesito social e principalmente económico. As pautas de combate à fome tiveram um bom desempenho, já que conforme o presidente dizia, a fome não era por falta de alimentos, mas sim pela ausência de meios eficazes para adquiri-los em quantidade necessária e adequada para existência, clarificando isso como sendo um reflexo da má distribuição de renda no país. Em 2002, último ano do governo de Fernando Henrique Cardoso, os dados oficiais contabilizavam 46 milhões de brasileiros (9.30%)<sup>8</sup> passando fome e para enfrentar a realidade, em 2003, o governo Lula lançou o programa Fome Zero, que unificava o comprometimento do governo federal, estadual e municipal, para garantir a segurança alimentar; o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), voltado para promover o desenvolvimento económico do país através de investimentos em infraestrutura nas principais áreas, como saneamento, transporte, habitação; e criou ainda o programa Bolsa Família, que uniu quatro programas da gestão de Fernando Henrique Cardoso, que eram o Cartão Alimentação, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás. Um dos requisitos do programa Bolsa Família era ter os filhos matriculados na escola e com frequência mensal de 85%, o que desencadeou diversos reflexos em todas as esferas sociais, haja vista que tratava-se da condição da pobreza e miséria na raiz do problema e que indiretamente refletia nas áreas da educação e da saúde.

Alegando a necessidade de atrair atenção e confiança dos investidores estrangeiros para haver o equilíbrio nas contas públicas, o governo Lula deu

---

<sup>7</sup> Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Disponíveis em Relatório das Eleições 2002: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2002/candidaturas-votacao-e-resultados/resultados-das-eleicoes-2002>>

<sup>8</sup> Dado de Macrotrends. Disponível em: <<https://www.macrotrends.net/countries/BRA/brazil/hunger-statistics>>

continuidade à política de exportação praticada no governo anterior. Ou seja, o governo optou por combater a inflação, estimulando as exportações para atingir a meta do superavit primário fixada pelo FMI. Mantendo taxas de juros altas, embora menores se comparadas ao governo anterior, em 2003, ao tomar posse da presidência, a taxa de juros era de 25,5% ao mês e no fim do seu primeiro mandato (2007) estava em torno de 11,25%<sup>9</sup>. Durante o governo Lula, o Brasil intensificou o comércio com a América do Sul e para equilibrar as contas e manter a meta de superavit, cortou gastos e alguns investimentos, o que resultou em um tímido crescimento de 1,1%<sup>10</sup> em 2003.

Vale notar que a perda de influência dos EUA foi gradualmente foi perdendo prestígio diante dos novos rumos da política brasileira e também da economia mundial. No entanto, foi durante o governo Lula que este facto foi mais sentido. Nesse período o Brasil o visou a independência económica ao fortalecer ainda mais os laços com os países vizinhos e ao expandir sua presença internacional nos campos das relações políticas globais. Isso tudo acabou por conferir uma forte consolidação da democracia nacional, o que fez melhorar e muito a imagem do país na ordem mundial.

Para que essa perda de prestígio não fosse tão abrupta, o governo petista transacionou a política externa brasileira da condição de dependente para a condição de ser um eventual parceiro. Ou seja, o governo aproveitou-se da boa proximidade com outros países e do início de um bom desempenho económico iniciado por FHC, para firmar nas suas relações bilaterais com os EUA, a sua capacidade de ser um potencial elemento económico e independente que, também, é plenamente capaz de ditar regras de comércio em prol do desenvolvimento do país, e não somente ser um mero participante que apenas segue as regras impostas.

Essa estratégia adotada por Lula da Silva consequentemente acabou por favorecer a promoção da soberania e dos interesses nacionais, mas não deixou o país completamente livre das pressões americanas, principalmente quando se tratou do fortalecimento das relações comerciais com a China e a Índia, por exemplo. A insistência do Brasil em promover um diálogo positivo, não transformou o país em

---

<sup>9</sup> Dados do Banco Central do Brasil (BCB). Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>>. N.º. 80º, N.º 130º

<sup>10</sup> Dado de Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6784#resultado>>

um antagonista dos interesses norte-americanos, e por isso, as relações entre os dois países evoluíram de forma a acompanhar a nova ordem económica que surgia a partir da virada do milénio.

### **3.1 Os novos ajustamentos políticos e económicos da Era Lula - impactos internos e externos**

Entre 2003 e 2004 o Brasil apresentou um pequeno crescimento económico, todavia, puxado pelo aumento significativo da produção industrial e das exportações, em 2004, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 5,7%<sup>11</sup>, o melhor resultado já apresentado em 10 anos de história económica brasileira. Os reflexos vinham também na inflação que cedeu e o Risco-Brasil que caiu dois mil pontos saindo de 2.400 para menos de 400 pontos<sup>12</sup>, enquanto isso o emprego surgia e crescia nos maiores estados como São Paulo, Recife, Salvador e Porto Alegre.

No entanto, o mandato de Lula, internamente, foi marcado por fortes pressões e oposições políticas e era notável que ainda havia em sua frente grandes obstáculos a serem ultrapassados. Apesar do sucesso de alguns de seus programas sociais e das políticas internas, a oposição conservadora do governo argumentavam que os programas sociais eram barganhas para obter votos, e, além disso, era uma forma de incentivar o ócio e deixar a população desmotivada para trabalhar ou estudar. Denunciavam inúmeros casos de corrupção que, de facto, tinham proporções gigantescas, e que por ora abalaram a credibilidade do governo, mas não ofuscou o desempenho económico e o desenvolvimento social, principais argumentos explorados pelo governo petista.

Em 2005, o campo político foi agitado por denúncias de corrupção envolvendo integrantes de vários partidos, e no meio deles estava o Partido dos Trabalhadores (PT), através do chefe da Casa Civil, José Dirceu. A denúncia era de uso do dinheiro público para manter um esquema de financiamento das campanhas eleitorais de membros do partido e para comprar votos de deputados em troca de apoio. O esquema de corrupção conhecido por Mensalão foi um divisor de águas para o partido do governo. Para isto, foram abertas diversas CPI's a fim de averiguar a

---

<sup>11</sup> Dados do Tribunal de Contas da União (TCU). Disponível em: <<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/avaliacao-da-gestao-dos-administradores/prestacao-de-contas-do-presidente-da-republica/exercicios-antecedentes/2004>>. Relatório e Parecer Prévio Sobre as Contas do Governo da República / Exercício de 2004. Pag. 20.

<sup>12</sup> Dados de IPEA Data. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>.

veracidade das acusações, e conseqüentemente, políticos passaram a ser cassados, mas, muitos outros também foram absolvidos. O financiamento dessa campanha era maioritariamente de empresas nacionais privadas e de fundo de pensões de empresas estatais, mas foi comprovado também que empresas privadas estrangeiras tiveram seus envolvimento citados nas investigações e o peso dessas acusações foram sentidos em países como Uruguai, Portugal e Angola. Episódios como este, faziam parte da história política brasileira, e repercutiu negativamente tanto nos apoiadores quanto na oposição e abalou significativamente a confiança dos eleitores que ainda não esqueceram dos impactos das corrupções nos governos de Collor e de Itamar Franco. Nesse diapasão, vários grupos de esquerda, alguns pertencentes ao próprio PT, acusaram o governo de neoliberalismo e de fazer aliança com partidos neoconservadores, isso provocou diversos rompimentos de alianças partidárias e surgimento de novos partidos, que embora de esquerda, faziam parte de uma linha de pensamento bem diferente do que era defendido pelo PT.

Posteriormente, em outubro de 2006, nas eleições presidenciais, Lula venceu Geraldo Alckmin quando obteve 60%<sup>13</sup> dos votos válidos no segundo turno, reelegendo-se ao cargo de presidente. Sua segunda gestão apresentou avanços no aspecto económico, que positivaram seus últimos quatro anos de governo, podemos trazer a citar: o incremento das exportações brasileiras e recordes de saldos positivos na balança comercial, antecipação do pagamento da dívida brasileira com o FMI, enfrentamento das questões modernizadoras de infraestrutura, aumento dos níveis de escolarização com as melhorias de acesso ao ensino superior com programa Universidade Para Todos, e ainda, a retirada de milhões de brasileiros da pobreza extrema. Por outro lado, ao se tratar da reforma agrária, o governo Lula não conseguiu os avanços pretendidos como obteve em outras esferas e os planos ficaram estagnados pela poderosa oposição, nomeadamente grandes agricultores, pecuaristas, mineradores, madeireiros e donos de terras, e que de forma alguma não abriram espaço para um possível diálogo ou acordo com o governo.

O governo Lula também ficou marcado de forma positiva, quando fora tomado por clima de otimismo em seu segundo mandato, com a notícia da descoberta de grandes reservas petrolíferas no litoral sudeste-brasileiro, o chamado pré-sal. Em

---

<sup>13</sup> Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2006/resultado-das-eleicoes-2006>.

2006, os recursos do pré-sal, de acordo com os economistas, poderiam aumentar a capacidade brasileira de exportar petróleo e de efetuar diversos investimentos no país se houvesse uma maior eficiência no uso dos royalties do petróleo e assim crescer consideravelmente. Esta política foi defendida fervorosamente pelo governo e seus aliados, principalmente no que se dizia respeito a divisão dos royalties também para os estados não produtores, como os estados das regiões norte e nordeste. Este facto despertou a cobiça norte-americana e a preocupação de que uma nova potência económica poderia prejudicar os interesses de Washington, fez com que os EUA rejeitassem a autorização da Organização das Nações Unidas (ONU) para que o Brasil incorporasse mais 712 mil quilómetros de território marítimo para assegurar a exploração do pré-sal. Além disso, os americanos condenaram o país pelo emparelhamento das forças armadas nacionais para melhor garantir a soberania do país, principalmente nessas áreas, e ainda se opuseram fortemente às leis de exploração e partilha do petróleo do pré-sal. Esse posicionamento dos EUA fez ser importante uma análise mais detalhada sobre o tema diante da conjuntura política interna e externa que se formaria ao longo dos anos e que terá destaque em capítulos seguintes do presente trabalho.

Na política externa e com a ascensão económica, o governo Lula consolidou sua liderança na América do Sul, obteve vitórias judiciais na Organização Mundial do Comércio (OMC) em ações abertas contra países ricos que adotaram medidas protecionista e estreitou relações comerciais com países também considerados emergentes, como China e Índia, e com os países africanos e árabes. Com a economia a apresentar altas taxas de crescimento e visando a independência financeira, Lula prioriza então a quitação da dívida com o FMI; realiza as reformas estruturais a longo prazo, principalmente nos setores económico, tributário, previdenciário e financeiro, ao incorporar toda essa nova estrutura ao escopo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), até que finalmente, em 2005, sem acordo formal prévio, o governo brasileiro quita adiantadamente a dívida de US\$ 15,5 bilhões de dólares para com o FMI (Lima, 2013). A decisão foi saudada por diversos governos, pelas instituições financeiras internacionais e também pelo governo norte-americano e acabou por refletir a competência brasileira na resolução dos problemas macroeconómico do país. Em meio a crescente credibilidade internacional, o Brasil foi convidado em 2008 a ingressar no G-20.

Ainda no plano da política externa, o governo Lula promoveu e consolidou a crescente integração da América do Sul por meio de uma atuação mais consistente do Mercosul e pleiteou para o Brasil um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, órgão decisivo para o esforço da manutenção da paz mundial. Apenas os Estados Unidos, Reino Unido, França, Rússia e China tinham um assento permanente e o respetivo poder de veto no Conselho de Segurança. O bom comportamento da economia brasileira durante a crise financeira internacional de 2008 que melhor será observado no capítulo seguinte, a política de transferência de renda e a política de projeção do Brasil no exterior, elevaram a popularidade de Lula, que em 2010 chegou a ter a aprovação de cerca de 80% dos eleitores<sup>14</sup>, de acordo com o Datafolha.

Buscar a integração sul-americana com base no fortalecimento do Mercado Comum do Sul, acreditar que a política externa é parte integrante do projeto de desenvolvimento nacional, opor-se à assimetria, defender o multilateralismo e o nível de desenvolvimento de parcerias estratégicas entre países congêneres ao Brasil e não prejudicar o relacionamento com os países desenvolvidos, fato este que era definido no discurso de posse do Presidente, foi a linha geral que o governo defendeu ao longo de seu mandato (Silva, 2011). Ao longo de sua gestão, o Presidente teve em vista deixar claro que uma das metas de seu governo era a de tentar construir um “novo mundo” em diversos discursos que participou nas cerimônias e eventos oficiais pelo mundo. Principalmente pelo fortalecimento e ampliação da cooperação Sul-Sul. Quando as estruturas hegemônicas buscarem sua própria preservação e expansão, grandes países periféricos - inclusive o Brasil - se comprometerão a participar dessas hegemônias de forma soberana e não de forma subordinada. Para tanto, devem dar as mãos aos pares para chegar a um acordo estratégico de combate à situação de marginalizados e impotentes.

A partir da análise conduzida por Rodrigo Alves Teixeira e Eduardo Costa Pinto (2013. Pag: 923-924), em seu artigo intitulado “A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico”, os resultados macroeconômicos de todos os 8 anos de governos de Lula são bem melhores que os resultados obtidos no governo de Fernando

---

<sup>14</sup> Dados do Instituto de Pesquisa Datafolha. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/10/1211080-aprovacao-do-governo-lula-atinge-82-novo-recorde-historico.shtml>>.

Henrique. Nesse período, o crescimento do PIB foi favorável devido, mas não somente, a três principais fatores presentes no cenário internacional, sendo eles o crescimento da economia global até a crise de 2008; a rapidez do mercado em concretizar a compra e venda de investimentos; e o aumento do valor das *commodities* enquanto ocorria a queda dos preços de produtos manufaturados impulsionados pelo desenvolvimento económico chinês. Isso permitiu sucessivas variações de preços que conseguiu impulsionar um aumento do comércio brasileiro.

A expansão da macroeconomia brasileira conjugado com as políticas públicas sociais tornaram a combinação desses dois fatores um elemento chave para perceber que ambos se complementavam. Essa fórmula, enquanto apresentou novas diretrizes económicas, também favoreceu o desenvolvimento social e, ligados mutualmente, conseguiram criar um ciclo de desenvolvimento capaz de estabilizar governança interna e permitiu que Lula governasse o país sem maiores dificuldades.

### **3.2 A crise internacional de 2008 - uma adaptação económica necessária**

Saudada por muitos economistas como a mais profunda crise financeira desde a Grande Depressão, a crise de 2008 foi motorizada pela rutura da extrema especulação imobiliária nos EUA. Isso porque muitos bancos americanos passaram a ampliar as ofertas de créditos financeiros e imobiliários, causando um grande aumento no valor dos imóveis sem que houvesse diminuição dos juros. Muito pelo contrário, os valores das taxas de juros subiram em desacordo com as capacidades financeiras da sociedade e conseqüentemente, houve o aumento da inadimplência em massa do pagamento ao crédito. Sem receber os pagamentos dos créditos cedidos, os bancos viram-se descapitalizados e como uma bola de neve, a falta de liquidez do mercado causou estragos em diversos setores da economia, diminuindo os lucros das empresas, que se viram obrigados a realizar demissões em massa. Obviamente, a situação descontrolou-se. Foi dada a largada para o início da crise que criou um efeito bola de neve, capaz de abalar as estruturas mais profundas do sistema capitalista.

Embora o início desta crise estivesse relacionado à falência do Lehman Brothers, o problema decorreu de uma série de fatos remontados à década de 80, e que, discretamente, foi se prolongando até o final da década de 2000. Nos anos 80 e 90, com o *boom* da economia norte-americana, foi possível expandir mais facilmente



o acesso a créditos bancários no mercado interno. Muito desses créditos foram direcionados a investimentos imobiliários, que a cada ano valorizava ainda mais o setor e juntamente com a alta da inflação devido aos altos custos do governo para sustentar as guerras no Iraque e no Afeganistão a partir de 2003, houve uma estagnação da renda *per capita*. A partir de 2004, à medida que a inflação subia, o Federal Reserve tinha como política, aumentar as taxas de juros na tentativa de reduzir essa inflação. No entanto, como já citado, isto causou uma diminuição da capacidade financeiramente da sociedade que não podia mais obter um empréstimo ou saldar suas dívidas hipotecárias. Como resultado, algumas instituições de empréstimos hipotecários de alto risco começaram a entrar em colapso a partir de 2006, o que afetou diretamente várias das transações de investimentos, créditos e pagamentos ao Lehman Brothers, que acabou por ser obrigado a pedir insolvência já que o pedido de resgate feito ao governo americano foi recusado. Com a falência e a recusa de resgate, as bolsas de valores em todo o mundo entraram em colapso (com perdas em torno de 30% de seu valor) quando os investidores começaram a resgatar seus investimentos. Nos dias que se seguiram, o colapso do Lehman Brother, levou consigo outras grandes instituições financeiras ao redor do mundo, sendo os casos mais impactantes o caso da Northern Rock, Swiss Re, UBS e Société Générale, que acabaram por sofrer uma enorme queda nas suas pontua es de créditos e também enormes perdas em seus balanços.

O Brasil e diversos outros países emergentes, foram menos afetados pela crise, mas isso não significa dizer que a crise não teve efeitos consideráveis. Para o Brasil, a proje o do desenvolvimento econ mico e do PIB do país eram diminutas. Foi inevitável o aumento do valor do dólar para a importa o e exporta o e uma queda acentuada no valor das a es de grandes empresas brasileiras que mantinham seus investimentos na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), como era o caso das empresas Aracruz Celulose e Sadia. Ambas tiveram prejuízos de milhões que, para salvar suas atividades no mercado, restou culminar uma fusão com outras empresas nacionais. Os efeitos da crise no Brasil também atingiram a vida das famílias brasileiras, que, mais do que nunca, tiveram seu rendimento condicionados por uma série de fatores econ micos internacionais devido   flutua o do dólar. Tudo isso mostrou ao governo a necessidade de uma a o eficaz e direta, e por isso a o foi direcionada principalmente para: reduzir a

taxa básica de juros de 13,75% para 8,75% ao ano em 2009<sup>15</sup>, o que permitiu que pessoas e empresas tivessem condições de pagar ou contrair empréstimos e assim, aumentar novos investimentos e a capacidade produtiva das empresas; reduzir a alíquota do imposto sobre eletrodomésticos, materiais de construção e automóveis, criando Programa de Sustentação do Investimento (PSI) que como meta, reduziu o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) e determinou que os bancos aumentassem os depósitos obrigatórios no Banco Central para garantir maior segurança financeira e assim poder aumentar a liquidez do mercado e a circulação de dinheiro, de forma a fomentar o aumento do consumo de produtos, bens e serviços (Teixeira & Pinto, 2012).

Embora o PIB tenha crescido 5,2% em 2008, diminuiu 0,2% em 2009<sup>16</sup> como resultado da crise, a valorização do dólar foi inevitável, mas o pacote de estímulo do governo foi importante para manter a economia ainda aquecida. Com isso, as empresas recuperaram o crédito para investimentos, a população teve acesso à compra de bens, como automóveis e equipamentos, a preços melhores, o que fez impulsionar as vendas e sustentar o desenvolvimento do país e de forma a contribuir para a criação e manutenção de postos de trabalho e de abastecimento. As medidas ajudaram o Brasil a superar a crise nos anos de 2008 e 2009 sem sentir muito impacto, o que tornou possível um crescimento de 7,3% do PIB em 2010<sup>17</sup>, o que agradou a gregos e troianos, já que garantiu o consumo da população e garantiu a sobrevivência dos negócios e investimentos dos empresários (Barbosa, 2013. Pag: 83)

No ponto de vista internacional, a crise de 2008 seguiu de forma diferente a muitos países, mas o Brasil ainda foi capaz de fortalecer seu comércio internacional também. Para isso, o Brasil recorreu ao uso da diplomacia econômica para que, neste período, a importância do comércio fosse valorizada. A proximidade do Brasil com os demais países da América Latina, também foram contributos que fizeram a diferença no desempenho econômico do Brasil durante a crise, já que o país deu prioridade de intensificar o comércio por meio dos blocos regionais como a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e o Mercosul, e conseqüentemente dar

---

<sup>15</sup> Dados do Banco Central do Brasil (BCB). Disponível em:

<<https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2009/banual.asp?frame=1>>. Ver Índice nº 2, pp. 43-44.

<sup>16</sup> Dados do Banco Central do Brasil (BCB). Disponível em:

<<https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2009/banual.asp?frame=1>>. Ver Índice nº 2, pag. 16.

<sup>17</sup> Dados do Banco Central do Brasil (BCB). Disponível em:

<<https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2010/banual.asp?frame=1>>. Ver Índice nº1. Pag. 13-14.

continuidade as relações económicas bilaterais com países como Argentina e Bolívia de forma a equilibrar o déficite da balança comercial para ambos os países . Para além das fronteiras latinas, no mesmo ano de 2008 (ápice da crise económica), o país foi capaz de estreitar com sucesso sua parceria com a China, que tornou-se o maior parceiro comercial do país e tirou a liderança dos EUA, e ainda, diversificou as parcerias comerciais ao negociar também com a Índia, Rússia e África do Sul, o que resultou na criação do grupo BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), países esses que passam a ter um maior protagonismo na ordem económica mundial ao apresentar um rápido crescimento económico. Isso não quer dizer que as relações com os EUA não perderam relevância, elas só não eram mais prioridades (Milani, 2011).

Aos olhos do governo americano, esse modelo de desenvolvimento económico aplicado ao Brasil era incomodo. Com a doutrina de segurança nacional advinda do governo de George W. Bush, especialmente após os atentados de 11 de setembro de 2001, os fatores geopolíticos eram pontos de atrito entre os dois países e que, muitas vezes, colocavam em causa os objetivos económicos. Uma vez que os EUA buscavam o apoio do Brasil para questões como guerra no Iraque, a preocupação do Brasil era buscar soluções comerciais em virtude de uma maior democratização do comércio internacional.

Esse ponto de virada do Brasil no contexto internacional representou um novo rumo das negociações comerciais hemisféricas, bem como um novo objetivo brasileiro: as relações de reciprocidade. Para o Brasil, o multilateralismo também era um motor de desenvolvimento económico e por isso, era necessário ocorrer para ser possível atender as diferentes necessidades dos Estados envolvidos de uma forma que fosse... recíproca.

### **3.3 O Brasil como parte do BRICS - mais um passo de independência**

Inicialmente, o grupo do BRIC - grupo de países que inclui Brasil, Rússia, Índia e China - não foi consensualizado da forma política tradicional e o seu conceito, muito menos. A expressão BRIC se popularizou de uma tal forma nas relações internacionais, que, de facto, o grupo foi oficialmente concretizado em 2009. Posteriormente, mais especificamente em 2011, o grupo BRIC se transformou em BRICS ao incluir mais um novo país de destaque económico emergente: a África do

Sul, e mesmo que a concretização de facto do grupo do BRICS tivesse apenas um carácter informal, foi possível criar relevantes efeitos globais nos campos diplomáticos e económicos em suas reuniões.

Jim O'Neill foi o responsável por consagrar a definição de BRIC. O economista do instituto financeiro Goldman Sachs, em seu estudo de projeções económicas realizado em 2001, conceituou esse grupo de países como aqueles que tinham perspectivas comerciais que emergiam rumo a um grande e poderoso desenvolvimento económico nos próximos anos. Mesmo que na época não houvessem projeções relativamente a África do Sul, o conceito continuou o mesmo. Para fins de clarear o assunto na perspectiva da ordem mundial, Paulo Roberto de Almeida, em sua obra "O Brasil e o Brics: o questionamento de um conceito" (2008) destaca a importância de ressaltar que o conceito proposto O'Neill deve sempre considerar que os países do grupo são bem diferentes entre si em quase todos os planos, desde suas histórias e trajetórias até o estado de suas economias. Demograficamente falando, tem-se os dois países mais populosos do mundo (Índia e China) e tem-se outros dois com uma população média (Brasil e Rússia), mas que ainda é significativa. Já territorialmente falando, a Rússia lidera em tamanho, logo em seguida vem a Índia, China, Brasil e por fim, África do Sul. Suas economias, industrialização, recursos naturais são bem distintas umas das outras, mas os cinco países guardam semelhanças no quesito desenvolvimento económico na atualidade.

É importante salientar que Índia e China são civilizações contínuas. Os dois países são marcados por uma diversidade política ao longo de suas histórias, que vão desde impérios, até ao domínio estrangeiro, e suas sociedades ainda sentem os efeitos desse passado. A Rússia, em sua unidade política-cultural também é dotada de tradições, principalmente a partir da Idade Média, época que consolidou seu poder na forma de um império absolutista que se estendeu até o século XX, provando a força do domínio dos czares. A África do Sul, no que lhe concerne, emerge de uma história altamente tribal, que ao longo do tempo sofre contra o domínio estrangeiro e o sistema escravocrata a partir do século XV, e que no século XX é regido pelo deplorável sistema *apartheid* que para ter seu fim, foi necessário profundas transformações políticas, social e cultural de efeitos duradouros (Almeida, 2008. Pag: 134-136)

Por fim, o Brasil, uma ex-entidade colonial, que no contexto da construção de ser um Estado foi capaz de constituir processo de descolonização relativamente

pacífico em relação as demais colónias africanas, por exemplo, que ao final do processo de independência, mergulharam em uma guerra civil diante da fragilidade do poder de governança. Ao longo de sua história, o Brasil contou com uma economia integrada, mas não necessariamente forte, que possibilitou uma paz interna em questões territoriais, culturais, políticas e sociais, diferentemente do que aconteceu e ainda acontece na China e Índia, por exemplo. A peculiaridade da geopolítica histórica de cada um dos países componentes do grupo, é uma mais-valia para o processo de integração regional e internacional, que, estrategicamente, podem ser benéficos para conquistar seus respetivos espaços na atual ordem mundial deste século (Almeida, 2008. Pag: 136)

Almeida (2008) destaca ainda que trajetória de cada um dos países do BRICS na economia global têm sido desiguais entre si, para não dizer divergentes. A ascensão americana no domínio do sistema internacional, principalmente durante e no pós-guerra fria, culminou no surgimento de uma nova ordem mundial e isso possibilitou novos horizontes, como, por exemplo: a redemocratização do Brasil, a abertura económica da China, a extinção da URSS, reformas económicas liberais na Índia e o fim do *apartheid* na África do Sul forçou os países do grupo a buscar uma maior interação entre si, sem ao menos terem a intenção concreta de criar o BRIC. Isso significou que a década de 90, apesar das dificuldades que cada país atravessava, foi uma década de reconstrução económica, de desenvolvimento industrial, tecnológico e científico, de integração comercial e financeira desses países, representado principalmente por uma maior participação nos fluxos comerciais e financeiros no âmbito internacional.

Nesta década, o Brasil tem sua capacidade de tomar decisões atreladas a dependência financeira com o FMI. O país ainda tinha que lidar com questões inflacionárias mesmo com uma significativa melhora a partir do governo de Fernando Henrique, mas isso não fez do país um tomador de decisão; a dependência económica tornava sua participação fraca e desimportante nas questões políticas internacionais. O rompimento dessa dependência veio com o governo Lula, que ao quitar a dívida com o FMI, reestruturou a política externa brasileira e promoveu uma diáspora económica em harmonia com o padrão estrutural do sistema capitalista. Uma combinação de fatores tornou possível as mudanças do plano macroeconómico da política externa, inclusive a de assumir-se

como atuante das questões internacionais com uma postura ampla, positiva e integralista para conquistar o seu espaço no sistema internacional.

O papel do Brasil no BRICS tornou o país em um protagonista/líder dentro do grupo graças a sua pró-atividade. Ao tomar a frente em diversas negociações e acordos, o governo respeitou as agendas individuais de cada país para sua própria economia, mas unificou-as em vários denominadores comuns que poderiam ser os objetivos do grupo de acordo com a questão em debate. A exemplo disso, é importante citar a iniciativa do governo Lula em reunir os Ministros da Economia e/ou Finanças de cada país do grupo para debater as questões económicas e financeiras globais, bem como possíveis ações em conjunto, sem que fosse necessário que cada país mudasse seus planos regionais. Dentro dessa linha de raciocínio, o BRICS coordenou diversos planos e soluções estratégicas para as demais questões de debate internacional e começou a colocar isso na pauta dos encontros internacionais, mostrando que a inclusão dos novos países emergentes nos debates internacionais podem e devem fazer parte da trajetória da ordem mundial vigente (Almeida, 2008. Pag: 150).

Atualmente, o BRICS tenta seguir essa linha de raciocínio, mas não mais sendo liderada pelo Brasil, que em meio a crise política interna, viu seu protagonismo cair até mesmo dentro do próprio grupo. Com a mudança do atual eixo económico internacional que tira os EUA do pedestal e coloca a China como a grande protagonista, é natural que ela venha tomar a frente das relações internacionais de forma a representar o BRICS, os países asiáticos em sua esfera de influência e de representar a si mesma no tocante a realização de seus interesses. Com a gradual mudança de eixo económico, o estudo da Goldman Sachs destaca a China como nova potencia económica mundial até 2040, mas o peso económico dos seus companheiros do BRICS dificilmente acompanhará os indicadores económicos dos demais países desenvolvidos. Isso porque cada um dos países ainda tem pendências internas que atrapalharão o caminhar económico, já que a principal característica de seus fortes crescimentos económicos nas últimas décadas, deram-se sem que houvesse a promoção do desenvolvimento social de forma a acompanhar o mesmo ritmo da prosperidade económica.

#### 4 Governo Dilma Rousseff - o início do fim

O país que o governo Lula entregou a sua sucessora na Presidência da República, Dilma Rousseff, estava em melhor posição do que quando assumiu o poder há 8 anos. Essa é a opinião de 84% dos brasileiros quando questionados se o PT deixaria o país igual, melhor ou pior do que era antes de assumir a presidência. Outros 12% acreditaram que o governo anterior estava a entregar a liderança do Brasil na mesma situação de há oito anos atrás, enquanto 2% disseram que o país deteriorou-se sob o governo do PT<sup>18</sup>. Pedindo para não ser questionado sobre seu futuro, Luiz Inácio Lula da Silva, em 23 de dezembro de 2010, fez sua última declaração oficial como Presidente da República. Nove dias depois, entregou a faixa à sucessora de sua eleição, Dilma Rousseff (PT), a quem chamou de “a presidente”. Lula disse, em 10 minutos na TV e na rádio, que os poderes da aliada eram um dos motivos pelos quais ele acreditava que o país iria estender o legado de seu governo, iniciado em 2003.

Dilma Vana Rousseff nasceu em 1947, na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. Logo após o início da ditadura, ainda no ano de 1964, Dilma iniciou uma intensa atividade política e ativista ao atuar no Comando de Libertação Nacional (COLINA) e na Vanguarda Armada Revolucionária de Palmares (VAR-Palmares), ambos grupos armados de oposição ao regime militar. Isso teve um preço, pois em janeiro de 1970, Dilma Rousseff foi presa sob diversas acusações e inicialmente condenada a 6 anos de prisão, mas cumpriu um pouco mais de dois anos, e nesses anos de reclusão, foi constantemente torturada. Em dezembro de 1972 é liberta e em 1973 mudou-se para Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul; neste mesmo ano ingressou na graduação em Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e até o final do curso, não envolveu-se mais com movimentos políticos. Quando em 1985, Dilma Rousseff inicia sua carreira política ainda em Porto Alegre, e somente em 2001 é que Dilma filiou-se ao PT. Entre 2003-2010, tornou-se Ministra das Minas e Energia durante o primeiro mandato do governo Lula e no segundo mandato, tornou-se Ministra da Casa Civil. Em 2010, Dilma concorreu pela primeira vez às eleições presidenciais, e saiu vitoriosa ao receber mais de 56%

---

<sup>18</sup> Dados do Instituto de Pesquisa Datafolha. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2010/12/acima-das-expectativas-lula-encerra-mandato-com-melhor-avaliacao-da-historia.shtml>>.

dos votos válidos<sup>19</sup> e assim, tornou-se a primeira mulher a ocupar o posto de Presidente da República na história do país (Biblioteca da Presidência da República).

Ao assumir a presidência do país em 2011, o intuito de seu governo era dar continuidade às políticas internas e externas do governo de Lula, mas o mundo já sofria com uma forte recessão económica global, bem como a diminuição do valor das commodities, como sendo resultado da crise de 2008. Mas em 2011, os efeitos da crise eram bem diferentes da época de seu antecessor e começara por atingir a economia do país, gerando reflexos principalmente nas contas públicas, e por isso a situação exigia novos planeamentos económicos para o país. Na tentativa de reverter a crise, o governo de Dilma mantém o foco em diversos setores da economia: os investimentos em infraestrutura do país foram aumentados a partir de 2011 com a segunda parte do Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2); para o comércio exterior, continuou a estimular o aumento das transações comerciais com a maioria dos países da América Central e também com a China; para as políticas fiscais, o governo adotou taxas de juros ainda menores, para novamente facilitar cada vez mais o crédito às empresas nacionais e às pessoas físicas (Bastos, 2017. Pag: 21). No entanto, essas ações não foram capazes de travar a crise económica que crescia no país e tornou-se inevitável uma nova crise na conjuntura política interna, facto este que foi o principal marco de seu governo. Esta crise política pairava muito acima de qualquer outra questão económica ou social, porque em seu mandato, a Presidente não havia conseguido obter apoio necessário para a aprovação de novos programas sociais que havia proposto ao Congresso Nacional. Para agravar ainda mais a crise política, a dificuldade do governo em conter a crise económica que atingia o país e que partilhava seus efeitos sob grande parte da população, não impediu o governo de investir bilhões em recursos financeiros para a realização da Copa das Confederações no Brasil, facto este que contribuiu para uma grande onda de insatisfação com o seu governo.

Diante da conjuntura política e económica interna que carimbou o mandato da Presidente, a política externa durante seu governo também foi regida como extensão das políticas do governo anterior. Ela deixou isso claro quando no discurso de posse, declarou:

---

<sup>19</sup> Dado do Superior Tribunal Eleitoral (TSE). Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-2010>>.



“...nossa Política Externa estará baseada nos valores clássicos na tradição diplomática brasileira: promoção da paz, respeito ao princípio de não intervenção, defesa dos direitos humanos, fortalecimento do multilateralismo. [...] Seguiremos aprofundando no relacionamento com nossos vizinhos sul-americanos, com nossos irmãos da América Latina e Caribe, com nossos irmãos africanos e com os povos do Oriente Médio, e dos países asiáticos. Preservaremos e aprofundaremos o relacionamento com os Estados Unidos e com a União Europeia. Vamos dar grande atenção aos países emergentes,” (ROUSSEFF, D. 2011).

Isso mostra que o objetivo não era nada muito diferente do que era proposto por Lula durante seu governo. No entanto, como já é sabido, a recessão econômica mundial fez o cenário mudar e naquele momento, naquele momento não cabia mais no plano internacional, as mesmas medidas anteriores; era preciso uma nova leva de medidas para que o Brasil não se tornasse um exemplo de como não saber lidar com a crise financeira internacional. Para muitos, essa não poderia ser a hora do Brasil ficar irrelevante; essa não poderia ser a hora do Brasil perder todo o esforço trabalhado no governo anterior.

Visando mitigar as consequências da crise econômica mundial perante os principais parceiros comerciais do Brasil, Dilma encabeçou o projeto de criar o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), ou como é mais conhecido, o Banco dos BRICS: Instituição financeira multilateral operada pelos países do grupo para promover a cooperação financeira entre si, os Estados mais emergentes do mundo. Somou-se a isso, a criação do Fundo de Reserva dos BRICS com o valor inicial fixado em US\$ 100 bilhões de dólares, que funciona como sendo uma espécie de seguro para situações urgentes de crise econômica disponível para cada um dos estados-membros. O país que mais retém reservas de moeda estrangeira é a China, e por isso, ela entrou no Fundo uma cota de US\$ 41 bilhões de dólares, já o Brasil, a Índia e Rússia, entrou com uma cota de US\$ 18 bilhões de dólares cada e África do Sul, com US\$ 5 bilhões de dólares<sup>20</sup>.

No cenário internacional, medidas como essa reforçaram a articulação entre os países membros e expandiu a capacidade de obter recursos sem que fosse necessário recorrer às tradicionais instituições financeiras internacionais, como o

---

<sup>20</sup> Dados de BRICS Policy Center (BCP). Disponível em: <https://bricspolicycenter.org/publicacoes/vi-cupula-brics/>. Pag: 7.

FMI e o Banco Mundial, já que o grupo concorda entre si que essas instituições pouco representam seus próprios interesses (DIEESE, 2014. Pag: 6)

Com a segurança oferecida pelo bom desempenho geopolítico do grupo, o Brasil de Dilma Rousseff continuou a fortalecer as relações Sul-Sul. Nesse sentido, o governo concretizou iniciativas perante a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), e encabeçou projetos de caráter político para as pautas das reuniões da UNASUL.

Ambas instituições tinham (e ainda tem) suas orientações voltadas para a América do Sul, no entanto, a CELAC simpatizava com uma parceria estratégica e sinalizava um interesse de maior aproximação com a União Europeia e isso pouco interessava ao Brasil naquele momento. A prioridade brasileira era ter um comportamento autónomo que buscasse fortalecer o regionalismo entre os países latino-americanos, ao gerar novas parcerias independentes para que, aos poucos, a América Latina pudesse sair da sombra norte-americana e europeia. Nesse sentido, a UNASUL era a instituição que mais dava luz a essa ideia; o bloco, dentre outros objetivos, se preocupava especificamente com a qualidade e manutenção da democracia na região. Com um teor mais político do que económico, a cooperação entre os países representava um esforço conjunto para desentranhar de vez a influência norte-americana da estrutura política do cone Sul, e por isso, o bloco foi capaz de reordenar diferentes questões políticas na região, como, por exemplo, a crise institucional na Colômbia, o conflito militar do Equador, as instabilidades políticas e económicas na Colômbia e Venezuela (Fiori, Pag: 36-37). É verdade que nem sempre os resultados foram frutíferos, mas as ações foram capazes de mostrar a sustentação de um novo modus operandi que, baseado na mediação de conflitos, conseguiu aumentar a autoridade do bloco na região, diminuindo o espaço de atuação da Organização dos Estados Americanos (OEA), por exemplo.

Por outro lado, as potências económicas estrangeiras e as instituições financeiras internacionais enxergaram essas ações com o olhar desconfiado. Esta desconfiança era reflexo de uma insegurança que surgia à medida que o Brasil estava a protagonizar-se não somente no espaço geopolítico latino, mas também no contexto internacional. Ora, os BRICS se desenvolviam e se fortaleciam a ponto de ter o poder gerar um novo contexto social-político-económico na ordem mundial; os blocos regionais da América Latina ganhavam protagonismo no continente e diminuía a influência nortista na região; os governos de ideologia esquerda se

prosperaram e a aproximação com países como China e Rússia, por exemplo, representava um desequilíbrio na ordem capitalista; então, é importante refletir se a crise política interna desencadeada durante o governo de Dilma, pode ter sido resultado de diferentes fatores, tanto internos quanto externos, que se aglutinaram nos interesses daqueles que almejavam objetivos diferentes.

A forma de governança para a política externa brasileira, por mais que fosse direcionada para uma conjuntura positiva internacional, não se sobrepôs ao negativismo em que foi atribuído à sua governança para a política interna. Ainda em seu primeiro mandato, a insatisfação ultrapassou o meio político e chegou à sociedade de uma forma impactante. Ao somar a crescente indignação social, mostrada pelos protestos de 2013, com a descoberta de diversos casos de corrupção que envolvia a maior empresa estatal do país, a Petrobras, o resultado consagrou uma fortíssima divisão ideológica social, que tornou-se uma das peças-chave para qual deu-se o rumo de seu governo. A investigação do caso da Petrobras, resultou na famosa Operação Lava Jato que expôs o suborno de outras grandes empreiteiras nacionais e internacionais para ganhar vantagens em licitações realizadas para a prestação serviços à estatal. Nem a Lava Jato e nem os protestos de 2013: nada disso impediu que, em 2014, Dilma Rousseff fosse reeleita presidente, mesmo com uma margem de vitória apertada.

Em seu segundo mandato, a situação econômica do Brasil veio a piorar, no ano de 2015, o PIB brasileiro reduziu em -3,8%<sup>21</sup>, políticas mais austeras tiveram que ser adotadas para conter a queda econômica do país, e tudo isso teve um preço alto, que acabou por refletir no custo de vida dos brasileiros, nos direitos de suas aposentadorias, no aumento do desemprego e da inflação. Com isso, popularidade do governo diminuía, os seus aliados eram politicamente fracos demais, a fragilidade do governo tornou-se muito bem exposta e a oposição aproveitou-se dessa brecha. Da polaridade que já tinha sido gerada durante os protestos de 2013, a oposição viu a oportunidade de fomentar, na limitada cultura política do povo, novas exigências que, de nada, beneficiariam a sociedade em geral, somente aquela parcela mais rica que já era parte da política nacional desde os tempos da ditadura, como os empresários de diversos setores da economia, políticos, filhos e familiares de políticos, donos de veículos de comunicações e por aí vai. Essas exigências eram as

---

<sup>21</sup> Dados do Banco Central do Brasil (BCB). Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/pec/boletim/banual2015/banual.asp?frame=1>>. Ver cap. 1.

mais variadas, desde a volta da ditadura militar, até o pedido de Impeachment. Esse último ganhou mais força ainda quando uma investigação apontou que nos últimos anos, o governo realizou um atraso no repasse de dinheiro para compor o valor do orçamento público com o intuito de maquilhar os indicadores fiscais e económicos do país, tudo isso, sem aval do Congresso Nacional. Esse facto é juridicamente definido como crime de responsabilidade fiscal e apoiados sob este argumento, em abril de 2016, houve então a abertura oficial do processo de Impeachment. Com a concretização definitiva do Impeachment em agosto de 2016, após o voto dos senadores, Dilma Rousseff foi deposta e o cargo foi sucedido por Michel Temer, que na época era vice-presidente do governo.

Como ondas em lados opostos de um oceano, a crise política foi resultado do encontro dessas ondas que não foi capaz de impedir sua propagação por duas vias: de dentro para fora e de fora para dentro. Os motivos internos que levaram o país para a crise política ultrapassaram as fronteiras brasileiras, e teve seu impacto no contexto internacional. E os motivos externos que viram oportunidades nesta crise, também ultrapassaram as fronteiras e invadiram a política brasileira. É de suma importância compreender que esses motivos, tanto internos como e externos, são compostos por fatores determinantes que merecem uma análise crítica para melhor perceber a enorme dimensão da crise política brasileira diante das transformações políticas, económicas e sociais que ocorrem dentro da dinâmica da ordem mundial. Para isso, foram elencados ao longo deste capítulo os mais específicos fatores determinantes da crise: Operação Lava Jato; Petrobras; espionagem internacional; destituição presidencial, e, ao serem analisados separadamente, será possível agregar valor para a conclusão de um entendimento sensato e coerente ao assunto abordado neste trabalho. No governo de Dilma, a Petrobras e a Operação Lava Jato estão fortemente ligados entre si e para entender o que verdadeiramente foi a Lava Jato, é necessário, primeiro, destacar os motivos que levaram a Estatal ser a cartada final da operação.

#### **4.1 O petróleo brasileiro e a Petrobras: Os alvos de muitos interessados**

Fundada pela Lei n.º 2004 no ano de 1953 durante o governo de Getúlio Vargas, após um dos maiores movimentos cívicos da história do Brasil pelo monopólio estatal do petróleo, a Petróleo Brasileiro S.A, também conhecida como

Petrobras, foi concebida como instrumento constitucional para garantir um amplo monopólio estatal, abrangendo a pesquisa, exploração, produção, refino e distribuição de petróleo líquido e gás natural, e por isso, ficou a cargo da empresa, operar toda a cadeia de petróleo no País. Foi criada em época de forte nacionalismo, no qual era defendido um Estado forte, voltado para fomentar e atuar diretamente no desenvolvimento primário e industrial do País.

Com as inevitáveis transformações políticas nacionais e internacionais, em 1997, através da Lei n.º 9.478 e na esteira da “onda neoliberal” com a defesa do domínio de capitais privados nas economias dos Estados Nacionais (inclusive em setores estratégicos) é instituído, por forte pressão internacional, a quebra legal do monopólio estatal, concedendo a permissão para que empresas privadas com diferentes níveis de competitividade nacional, bem como às grandes petrolíferas estrangeiras do chamado “cartel do petróleo”, pudessem explorar e produzir o petróleo do país. Além da quebra do monopólio, a Lei n.º 9.478/97 foi abrangente ao regulamentar todas as regras de exploração do petróleo, cuja efetiva produção seria agora feita pelo chamado Sistema de Concessão: as companhias petrolíferas, através leilões de “blocos exploratórios”, teriam o direito de produzir todo o óleo ou gás descoberto, bem como teriam o direito a propriedade de todo petróleo extraído. Na prática, o Estado brasileiro perdeu o direito de propriedade do petróleo produzido, que, após extraído, foi enviado para os países de origem das multinacionais detentoras da concessão (AEPET, 2012). Para controle geral do setor do petróleo foi criado um órgão regulador, a Agência Nacional do Petróleo (ANP), que, na prática, ainda hoje funciona para fiscalizar e homologar todo o processo.

A quebra do monopólio trazida pela lei de 1997, contrariou ao que a propaganda neoliberal afirmava como verdade absoluta, de que a abertura do setor ao capital privado deveria resultar num “grande boom do petróleo no país”. A verdade é que não houve novas grandes descobertas durante os nove anos seguintes e nem mesmo houve grandes investimentos na cadeia do petróleo por parte de grupos privados. Isso serviu como forma de comprovar a importância da atuação de uma empresa nacional e a necessidade da Petrobras se consolidar com firmeza, tanto no mercado nacional como no mercado internacional, nas pesquisas, na prioridade de exploração e produção e no desenvolvimento de novas tecnologias.

Desde sua criação, a Petrobras foi capaz de conduzir com eficiência toda a gestão do petróleo que pôde ser descoberto pela empresa ao redor do país, desde a exploração, produção, refino, até a sua distribuição, que garantiu uma eficiente estrutura de abastecimento e planejamento de revenda de combustíveis, gás natural e todos os seus derivados no mercado interno. Estes fatos geraram resultados financeiros promissores e destacou a empresa internacionalmente no âmbito do *know-how* em tecnologia. Essa eficiente capacidade no desenvolvimento de tecnologia, conduziu a empresa para a descoberta de grandes reservas de petróleo em todo o país, tanto em terra, quanto em mar. Até hoje, são totalizados 17 reservas marítimas, 11 importantes reservas terrestres praticamente em todas as regiões do país, além de 14 refinarias distribuídas ao longo da costa litorânea brasileira e também no interior do país. Tem-se ainda mais 14 termelétricas criadas a partir dos anos 2000 para a geração de energia elétrica, e 48 terminais de oleodutos para o armazenamento e posterior distribuição do petróleo, para assim ajudar no escoamento da produção<sup>22</sup>.

No ano de 2005, como resultado dos investimentos efetuados no desenvolvimento e domínio de tecnologias para a exploração de petróleo em grandes profundidades oceânicas, a Petrobras descobriu enormes reservas de petróleo em uma profunda camada geológica denominada pré-sal, correspondente a uma gigantesca área localizada na região oceânica dos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina. A chamada “camada do pré-sal” está posicionada em águas profundas, portanto, a produção se dá inteiramente *offshore*, ao exigir tecnologia especial e que acarreta custos bem mais elevados. É uma área que o Brasil tem total soberania, uma vez que o pré-sal está inserido na Zona Económica Exclusiva do Brasil. Considerando as reservas provadas de petróleo já devidamente estimadas na área do pré-sal, o resultado natural foi a mobilização e formação de uma consciência coletiva de que tal riqueza representava o surgimento de possibilidades espetaculares de desenvolvimento que poderiam se abrir para o Brasil no cenário internacional e para o povo brasileiro.

Com as jazidas do pré-sal, o Brasil passou a ser um grande detentor de reservas de petróleo. Desta forma, fundamentada em uma visão mais coletiva e social, a exploração do pré-sal foi concebida com o entendimento de que o

---

<sup>22</sup> Dados de Petrobras S.A. Disponíveis em:  
<<https://petrobras.com.br/pt/nossas-atividades/principais-operacoes/>>.

aproveitamento coletivo da riqueza do pré-sal não se daria pelo modelo de produção instituído pela Lei n.º 9.478/97, no qual prevalecia o direito privado em detrimento do coletivo. Tendo em vista tratar-se de uma riqueza natural da Nação que deve ser de benefício a todos os cidadãos, e, considerando ainda, que o petróleo é um bem finito (pois petróleo não se produz, petróleo se extrai), justifica-se plenamente exigir a garantia de que todo o povo brasileiro viesse a ser beneficiado com a extração e exploração desta riqueza. A partir dessa “visão social” foi realizada uma ampla mobilização dos diversos setores da sociedade para se estabelecer uma nova legislação para o setor do petróleo, o chamado Novo Marco Regulatório do pré-sal.

O Novo Marco Regulatório tinha como fim principal regular a exploração do pré-sal, não de forma monopolizada, mas com um maior controle do Estado, ao implementar o modelo adotado por diversos países detentores de grandes reservas de petróleo, que é o modelo de Partilha de Produção. Com este modelo o país teria maior controle dos resultados da produção (controle dos volumes de óleo produzido) e, por conseguinte, maior controle e participação dos lucros. Outro ponto básico, mas importante deste Novo Marco, foi a obrigatoriedade da aplicação social dos resultados, ou seja, dos lucros advindos da exploração do pré-sal. Desta forma, foi criado por lei o Fundo Social do pré-sal com o objetivo único de aplicar os recursos lucrativos advindos da exploração do petróleo para desenvolver os diversos setores sociais do país. Entre 2009 e 2010, foi proposto a melhor e mais proveitosa gestão dessa riqueza e as perspectivas de sua aplicação para o melhor desenvolvimento coletivo possível, mas foi ao final de 2010 que o Congresso Nacional aprovou o Novo Marco Regulatório do pré-sal, como sendo um conjunto de leis destinadas a regulamentar os direitos e as regras de concessões para pesquisa, produção, exploração e repartição dessas reservas (Machado, 2019). Uma informação importante é que o Novo Marco, respeitou direitos adquiridos de outras empresas, mantendo os campos de petróleo já concedidos pelo Sistema de Concessão estabelecido pela Lei 9.478/97.

Os apoiantes dos governos Lula e Dilma, destacavam que as vantagens desse novo sistema, permitia, principalmente: a possibilidade de obter maior controle sobre as taxas de produção, de forma que fosse evitado a exploração predatória; a promoção da geração de empregos qualificados; a extinção da fraude na medição do petróleo que seria produzido e na medição dos custos dos empreendimentos. Além disso, outra vantagem insistida constantemente, era de que com a participação

máxima da Petrobras nos consórcios, seria permitido que a maior parcela dos resultados económicos fossem destinados às necessidades sociais e para a garantia de direitos essenciais; e ainda seria possível conduzir novos empreendimentos nacionais, criando políticas industriais para que fossem beneficiados os fornecedores locais ao invés de beneficiar indústrias estrangeiras (AEPET, 2015).

Entretanto, os não apoiadores, destacavam as desvantagens deste sistema com a discussão sobre produção, tributações e monopólio. Isso porque o modelo de partilha, no quesito produção, poderia diminuir a atratividade para novos investimentos no país. No quesito monopólio, afirmavam que a fração recebida pela União era feita em óleo e gás e não em dinheiro, o que fazia com que o Estado assumisse um complexo custo de logística e venda do volume que foi recebido. E no quesito tributário, o modelo de partilha trouxe outras complexidades que afetavam diretamente o desempenho financeiro das empresas, já que o cumprimento de alguns dos requisitos eram baseados em percentuais mínimos que muitas vezes eram difíceis de serem cumpridos, complexos e exigentes demais, já que eram acompanhadas por enormes e pesadas sanções e multas financeiras.

No entanto, o interesse estrangeiro na Petrobras está diretamente ligado ao monopólio de exploração, produção, exportação e usufruto. Tendo no continente americano o principal comprador e consumidor de petróleo do mundo, que são os EUA, fica claro que este tem um interesse estratégico, político e económico na empresa que exerce o monopólio da maior reserva de petróleo já encontrada na América Latina.

Por causa disso, nos últimos anos, a Petrobras foi colocada em uma encruzilhada histórica (Azevedo, 2015). As diretrizes que iluminaram o caminho da empresa até a produção dos resultados financeiros e tecnológicos expressivamente positivos, atraiu os olhares para a empresa e conseqüentemente para a bagagem que ela traz consigo, (lê-se pré-sal, tecnologia e desempenho) para o xadrez internacional da política e da economia.

Tendo a Petrobras e o pré-sal como peças-chave, é notável que o interesse seja pautado também nas relações estratégicas de parcerias produtivas, ou seja, a Petrobras é capaz de atrair diversas parcerias com outras gigantes companhias produtoras de petróleo e com os melhores agentes do mercado. Além disso, com a necessidade de exploração de petróleo em águas profundas, a empresa foi capaz de fornecer e desenvolver tecnologias, conhecimento e experiências para isso, o



que possibilitou que a empresa desenvolvesse setores técnicos capazes de aumentar seu conjunto de sistemas submersos e flutuantes de produção.

O que chama atenção também é o desenvolvimento de uma segura, eficiente e rentável logística para o escoamento da produção de petróleo e gás, o que permitiu que a empresa fosse capaz de criar e gerir uma conectada rede de gasoduto que alcança o norte a sul do país e ainda alcança a Bolívia para o fornecimento de gás, o que consolida a participação da empresa na importação regional para a América Latina. Além disso, com a criação de diversas refinarias espalhadas pelo país, foi possível que a empresa aumentasse sua capacidade de refino de combustíveis, o que garantiu um expressivo desenvolvimento do mercado de derivados do petróleo na América Latina, dentre eles o de biocombustíveis como o etanol e o biodiesel na América Latina, em comparação aos mercados norte-americano e europeu.

E por falar em mercados globais, no contexto internacional, a autossuficiência na produção de petróleo do Brasil, gerou uma certa independência do mercado internacional e criou uma outra via que direcionava as futuras produções de petróleo para novas mudanças de atores no cenário geopolítico, fato este que se distanciava cada vez mais do domínio da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) (Azevedo, 2015).

A flutuação dos preços do petróleo, junto com os impactos no mercado financeiro resultados pela Operação Lava Jato, torna modificável o seu papel no modelo de produção e sua qualificação para se destacar no cenário internacional. Ao longo de diversas crises políticas nacionais, a empresa se fragilizou e por consequência houve o aumento do endividamento e enormes perdas capitais por ano, além de comprometer o aumento da produção de petróleo e do lucro obtido. Isso só mostra que as experiências recentes não estão imunes às perdas e benefícios e independente do modelo de produção, é essencial que transparência e parcerias políticas, institucionais e económicas criem um cenário próspero para a realização de bons negócios.

#### **4.2 Operação Lava Jato como instrumento político**

A economia mundial passou por grandes mudanças nas últimas décadas. Com o avanço da principalmente da ciência e da tecnologia, a influência da globalização tornou-se cada vez mais forte nas relações internacionais. A conectividade entre os

países e o fácil acesso às informações aumentaram as transações internacionais em diversos mercados, e conseqüentemente, isso elevou os gastos dos governos, transformando todos os seus sistemas económicos nas questões sobre a inflação, sobre as taxas de juros, entre outros. Tudo isso acaba por trazer obstáculos que atrapalham o desenvolvimento e a sobrevivência dos atores políticos e económicos de um Estado, e torna todo esses sistemas em verdadeiras burocracias favoráveis às ações de corrupção.

Seguindo este raciocínio, o Fórum Económico Mundial, que aconteceu em 2017 na Suíça, apresentou em sua programação o painel de debate exclusivo sobre a América Latina: o painel era intitulado como ‘Dando forma ao futuro da América Latina’, e o objetivo foi, além de debater sobre as transformações políticas da região e o impacto macroeconómico da região no mercado global, trouxe a luz o delicado tema da corrupção nos países latinos. A agenda do debate destacou que este fenómeno na América Latina é grave e persistente, listou a Operação Lava Jato como um dos maiores escândalos de corrupção da história do Brasil e salientou sobre a urgente necessidade de que todos os países estejam empenhados na luta contra a corrupção em seus próprios sistemas políticos.

Diante das transformações políticas e de toda a atenção nacional e internacional que foi atraída, “investigações como a Operação Lava Jato apresentam um carácter fundamental para entender e quantificar o impacto da corrupção no país.” (Padula e Albuquerque, 2018, p. 406). O objetivo inicial era investigar, em 30 fases, os valores ilícitos arrecadados em esquemas acordados entre diversos postos de gasolina, mas o esquema era tão bem desenhado que, como uma corrente, prendeu-se em diversos outros setores da economia nacional e abrangeu grandes empresas estatais e privadas, construtoras, empreiteiras e instituições financeiras, bem como empresários, funcionários públicos e políticos de todos os escalões. Pela grandiosidade da operação, a oposição enxergou a oportunidade de transformá-la em uma arma política para enfraquecer ainda mais o governo e a Petrobras, que erguia-se cada vez em direção ao crescimento económico, mas ainda era uma ameaça ao setor privado nacional e internacional de outras grandes petrolíferas.

Como dito por Gaspard Estrada (2021) e publicado pelo no jornal The New York Times, a Operação Lava Jato passou de ser “a maior operação anti corrupção do mundo” para ser “o maior escândalo judicial da terra”, pois com o passar do tempo, a operação desviava-se de seu objetivo principal, e começava a invadir o

campo do das relações eleitorais. A própria Dilma Rousseff nunca foi investigada pela Lava Jato no âmbito das ilicitudes da Petrobras, mas seu aliados mais fortes no governo foram objetos de diversas investigações que nada tinham a ver com o objetivo principal da operação, mas que só foram investigados por causa da imensa bola de neve feita pela força-tarefa. Todo o desenrolar da operação influenciou a percepção da sociedade e da imprensa nacional, para formar uma opinião polarizada sobre a Petrobras, política, partidos, governos e também sobre a própria Presidente; a sociedade tornava-se descrente na governança de Dilma, e a média alimentava essa percepção com o foco na transmissão de informações falsas e negativas, factos estes que também contribuíram para sua baixa popularidade e destacaram a vulnerabilidade de sua base política. Com essa vulnerabilidade política, as propostas para a economia sofriam fortes derrotas e atrasando ainda mais o desenvolvimento económico do país.

Esse atraso do desenvolvimento económico nos anos de seu governo, também foi um dos resultados da corrupção como um hábito histórico entranhado na política nacional. No entanto, por pior que seja, muitos estudiosos entendem que a corrupção aponta benefícios e malefícios no que concerne sobre as questões de investimento de um país. Cabe destacar que isso não significa que a corrupção deve ser normalizada na cultura política e social de uma nação. Ao entender que a corrupção pode afetar diretamente os níveis de investimento de um país, fica mais fácil perceber que o fenómeno tem um impacto muito mais abrangente do que se imagina, não se limitando somente em transformar o sistema político, mas em atingir e transformar a economia do Estado também. No Brasil, isso foi notório principalmente ao analisar que as ações de corrupção na Petrobras resultaram na expressiva desvalorização da empresa na bolsa de valores nacional e na perda de recursos financeiros que colocaram o país em uma significativa retração económica.

Com o impacto na economia, e com a enorme dimensão política da Lava Jato, seus efeitos chamaram a atenção internacional. Como há muito tempo, os Estados Unidos já estavam no escanteio das relações com o Brasil, as elites políticas e empresariais de ambos os países viram, neste episódio, uma oportunidade estratégica. Os interesses brasileiros e americanos convergiram, e uma relação de cooperação mútua foi criada. Os brasileiros viram que a cooperação com Washington poderia trazer bons frutos para conseguir cargos políticos e benefícios financeiros e comerciais, já os EUA, viram que uma cooperação e planeamento

estrutural e económica para o sucesso da operação, poderia colocar o país de volta ao comando geopolítico do Brasil. No governo de George W. Bush, antes mesmo da Operação Lava Jato, Washington já preocupava-se com a falta de cooperação do Brasil para o combate ao terrorismo, e por isso, o governo americano não tardou em formar uma estratégia bem sucedida de influência para que políticos e diplomatas locais cooperassem com seus interesses. O combate ao terrorismo foi só o pontapé inicial, pois isso significou uma abertura de portas para que o fortalecimento da atuação americana fosse duradouro também em diversas pautas nacionais.

Em abril de 2021, o jornal francês *Le Monde*, publicou, como resultado de uma intensa investigação, o artigo: 'Lava Jato,' the Brazilian trap. Escrito por Gaspar Estrada e Nicolas Bourcier, o jornal francês destaca que ainda no mesmo ano de 2007, o Departamento de Estado dos EUA realizou uma reunião com membros dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário brasileiro, representantes do Federal Bureau of Investigation (FBI) e do Departamento de Justiça americano (DOJ) para a criação do cargo de Assessor Jurídico Residente na Embaixada do Brasil nos EUA. O cargo foi consolidado pela Procuradora Adjunta do Departamento de Justiça norte-americana Karine Moreno-Taxman, na qual é uma exímia experta em contraterrorismo e no combate a crimes internacionais de elevada complexidade. A Procuradora criou o Projeto Pontes, que direcionado ao poder judiciário brasileiro, promoveu a formação e capacitação do setor para melhor combater os crimes internacionais de corrupção e lavagem de dinheiro. Introduziu também métodos de criação de grupos de investigação para os crimes de corrupção com novos métodos de trabalhos, novas doutrinações jurídicas para enrijecer as leis nacionais de anti corrupção (a exemplo disso é o sistema de delação premiada que passa a fazer parte do sistema jurídico nacional). Karine mergulhou nos bastidores da política nacional e conhecendo bem suas nuances, garantiu o compartilhamento de informações fora dos meios oficiais, com o governo americano. Isso representou um novo pilar de sustentação para novas operações de combate a corrupção no Brasil ao longo dos anos, e quando nasceu a Operação a Lava Jato em 2014, a aplicação desses novos métodos serviu para ir muito mais além do combate a corrupção, e tornou-se também uma ferramenta política para garantir, tanto interesses americanos como interesses brasileiros.

Em 2013, em meio a pressão internacional, o Congresso brasileiro começa a votar na promulgação da Lei Anticorrupção n.º 12.846/2013. A lei, claramente, é uma

inspiração congénere da lei americana Foreign Corrupt Practices Act (FCPA), e neste mesmo ano é sancionada pela presidente Dilma Rousseff. Em janeiro de 2014 a lei entra em vigor, e em março, o Procurador Geral da República, Rodrigo Janot defere oficialmente a criação do primeiro grupo especial de trabalho para formar uma força-tarefa baseada na nova lei anti corrupção. Nascia então a Operação Lava Jato, que desde a sua criação, foi minuciosamente articulado para atingir aos principais poderes políticos e aos interesses de diversos lobbies económicos nacionais e internacionais, aliar-se aos principais meios de comunicação nacional e obter maior poder de influência sob a sociedade, manobrando-a de acordo com os seus próprios princípios políticos e ideológicos. Ao sancionar a lei, Dilma Rousseff assinou sua própria queda, sem ao menos perceber o que se foi criado durante os anos. A dimensão da Operação chegou aos patamares da política nacional e desmantelou todos os planos do PT e os planos de sua base aliada, que a partir desse momento encontrava-se em meio a uma crescente onda de conservadorismo e rejeição.

Nos últimos 20 anos, o FBI espalhou diversos agentes pelo mundo, incluindo pela América Latina, com as mais diferentes funções. Leslie R. Backshies foi uma dessas agentes que dois anos antes, em 2012, ao estar subordinada à Divisão de Operações Internacionais do FBI, chegou ao Brasil com o objetivo de garantir a qualificação do corpo policial brasileiro para melhor responderem a eventuais ameaças terroristas antes e durante a Copa do Mundo de 2014. Nessa época, os Estados Unidos já seguiam com atenção os acontecimentos políticos que estavam desenrolar com a Operação Lava Jato, e com o sucesso do desempenho de Leslie tanto no Brasil como em outros países vizinhos em anos anteriores, sua estadia foi prorrogada e já em 2014, após o fim da Copa do Mundo e diante de novas funções, ela foi designada para atuar nas investigações da Operação Lava Jato.

Com o amparo na legislação da FCPA, e tendo como resultado de seu trabalho, Leslie foi a responsável por indicar a ambos os governos, a investigação e a punição da Petrobras e da Odebrecht com multas de mais de US\$ 4 bilhões para os EUA, Brasil e Suíça. Em 2015, o FBI driblou as regras do Ministério da Justiça do Brasil e sem a intermediação do encontro por parte da autoridade ministerial brasileira, enviou para cidade de Curitiba (sede do processo judicial da Lava Jato) uma equipa de 18 agentes americanos, incluindo Leslie Backschies e George “Ren” McEachern, este, que na época era o chefe mor da Unidade de Corrupção

Internacional do FBI, para reunirem-se com as demais autoridades da Operação e assim tratar dos diálogos regulares, como a retaliação de processos judiciais, reavaliação de estratégias e também prevenir possíveis consequências, que poderiam ser implicadas a envolvidos específicos, mas que não poderiam ser condenados (Estrada & Bourcier, 2021).

Durante 7 anos de operação até ao final de sua existência, em 2021, a Operação Lava Jato levou milhares de processos a julgamento em todas as três instâncias processuais. Só na primeira instância, houve 243 denúncias e 292 ações penais e em segunda instância, 46 apelações foram julgadas e 63 sentenças foram proferidas. Isso tudo totalizou 361 condenações<sup>23</sup> e inúmeras polêmicas. A atuação da força-tarefa muitas vezes extrapolou os limites processuais e a atuação do juiz condutor da operação, Sergio Moro, extrapolou os limites das legislações nacionais e constitucionais. Esse foi o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) que classificou o juiz como 'tendencioso', principalmente após ter suas conversas vazadas com os demais Procuradores do caso. Essas conversas que haviam sido vazadas anteriormente deram origem a um outro escândalo no sistema judiciário brasileiro; conhecido como Vaza-Jato, o jornal The Intercept Brasil (2019) denuncia ao público a forte aproximação do juiz Sergio Moro com os demais Procuradores nacionais destacados para do caso para que, juntos, tivessem em acordo, condenações e sentenças em favor de uns e em desfavor de outros. Não sendo bastante, o juiz se envolvia nas determinações de testemunhas, ajustava os rumos dos processos em favor de políticos da oposição, empresários nacionais e internacionais e relatava os resultados para a equipa americana, que, nas sombras, iam a colher outros frutos da operação.

A parcialidade do juiz Sergio Moro ficou bastante conhecida, principalmente quando foi exposto seu envolvimento no processo de condenação do ex-presidente Lula. Foram várias as interferências processuais e jurídicas contra o petista e a base do governo de Dilma, e uma delas foi quando o juiz, às vésperas das eleições, divulga os áudios de conversas grampeadas entre Lula e Dilma. O grampo, que foi realizado fora do prazo processual ao telefone presidencial de Dilma Rousseff, e sido determinado por um juiz de primeira instância que legalmente não tem competência jurídica para isso, atingiu em cheio a estratégia de Dilma e seus aliados

---

<sup>23</sup> Dados de Ministério Público Federal (MPF). Disponível em: <[https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/Lava\\_Jato/resultados](https://www.mpf.mp.br/grandes-casos/Lava_Jato/resultados)>.

para salvar o governo: que era a de nomear o ex-presidente para comandar o Ministério da Casa Civil. No âmbito da conversa grampeada entre os dois, o assunto abordado era somente sobre o papel do termo de posse que iria ser assinado por Lula na cerimónia de nomeação (The Intercept Brasil, 2019).

Criminalmente, a conversa não gerava nenhuma prova de qualquer ato ilícito praticado ou por Lula, ou por Dilma. E era por isso que a Lava Jato necessitava da parcialidade de Sergio Moro. Era preciso alguém com habilidade para tirar da cena política nacional toda a ideia construída pela ideologia esquerdista. A queda de Dilma era certa, a própria imprensa nacional já tinha o resultado da votação do processo de Impeachment antes mesmo do processo ser realizado no Congresso Nacional, mas ainda faltava um obstáculo: Lula. Com pressa para obter um resultado decisivo para o futuro do país, a Lava Jato condena o político por lavagem de dinheiro e corrupção passiva, facto este que nunca foi provado, principalmente quando na coletiva de imprensa em rede nacional, os Procuradores do processo Deltan Dallagnol e Henrique Pozzobon, afirmaram não ter provas cabais dos crimes cometidos por Lula, mas que tinham plena convicção de que, o que foi investigado, era suficiente para dar seguimento a denúncia. O deslize cometido pelos Procuradores na coletiva gerou um efeito viral pelo país, que ficou resumido em um único jargão: “não temos provas, mas temos convicção”. A frase viralizada reforçou a tese da característica política da operação, ainda mais porque a condenação de Lula retirou o político das eleições presidenciais de 2018 e extinguiu-lhe seus direitos políticos (The Intercept Brasil, 2019).

Após a condenação do ex-presidente Lula, o condutor da Operação, Sérgio Moro, abriu mão de seu cargo no judiciário em troca do cargo de Ministro da Justiça no governo do recém eleito Jair Bolsonaro, obtendo assim, os resultados de seu próprio trabalho. Simultaneamente, os americanos poderiam se gabar do fim dos planos de corrupção da Petrobras e da empreiteira Odebrecht, bem como da influência e do poder de previsão político e económico do Brasil na América Latina e na África. A promotoria da Lava Jato recebeu destaque por implementar as multas impostas pelos Estados Unidos à Petrobras e à Odebrecht na forma de uma fundação de direito privado operada por eles em cooperação com a Transparência Internacional.

Estrada e Bourcier (2021) destacam ainda que a parceria entre FBI e Operação Lava Jato desdobrou-se a favor da legislação da FCPA e teve como

resultado um dos maiores acordos assinados entre o DOJ e uma empresa internacional, a Odebrecht. Apesar de também condenar a Petrobras, foi a Odebrecht que mais saiu no prejuízo, pois com o acordo pesou a favor da jurisdição americana e por isso, a empresa teve que desembolsar uma importância de US\$ 2,6 bilhões de dólares como multa ao governo dos EUA. Isso porque a empresa utilizava dinheiro americano para pagar propina a empresários e políticos nacionais ou estrangeiros, tanto no Brasil, como em Angola, México, Venezuela, entre outros. O acordo entre a empresa e o DOJ ressalta esquemas que iam muito além do pagamento de suborno:

“A Odebrecht, os seus empregados e agentes, tomaram diversos passos enquanto nos Estados Unidos para aprofundar o esquema. Por exemplo, em 2014 e 2015, enquanto estavam em Miami, na Flórida, dois funcionários da Odebrecht tiveram condutas relativas a certos projetos dentro do esquema, incluindo reuniões com outros co-conspiradores para planejar ações a serem tomadas em conexão com a Divisão de Operações Estruturadas, a movimentação de produtos de crimes, e outras condutas criminosas”. (pag: b-4, §10) (tradução própria)

A Lava Jato apresentou ao Brasil e ao mundo, o lado mais negro do sistema judiciário brasileiro. A separação dos três poderes, um dos pilares de qualquer democracia, torna-se ineficiente quando qualquer um deles está corrompido. No caso do Brasil, a operação gerou um esfacelamento estrutural do sistema judiciário nacional, que já antes já era fraco. Isso é grave. Isso é um dos indícios de que a justiça tornou-se algo que é para poucos, mas que nas mãos desses poucos, tem poderes colossais no rumo democrático do país, e isso pode facilmente ter um resultado catastrófico. Uma vez que o sistema judiciário está comprometido, o que sobra de confiável a serviço da sociedade e da democracia nacional? Uma vez que o sistema judiciário está alheio às interferências estrangeiras, o que sobra para a manter a soberania e a integridade política nacional?

Para muitos juristas, são diversas as críticas que o FBI e o governo americano colecionam por sua atuação fora de seu território. Para muitos, o comportamento de “polícia do mundo”, coloca um alvo nos países politicamente mais fracos, o que os tornam verdadeiras cobaias de políticas intervencionistas na ordem mundial. Com o levantamento de uma bandeira anti corrupção no Brasil e no mundo, esse objetivo pode entranhar-se em todos os níveis da sociedade porque pode fluir facilmente



pelo bom senso. Afinal, quem quer apoiar a corrupção? O porém, é achar que por causa do baixo nível de educação do povo brasileiro, as massas aceitarão que o combate da corrupção seja feito de qualquer maneira, sem atenção aos princípios essenciais da justiça que deve ser aplicados a todos, sem qualquer distinção. Promover o combate a corrupção de forma tendenciosa é nada mais nada menos do que tornar a sociedade subordinada àqueles poucos que controlará os rumos do país em prol de seus interesses.

#### **4.3 Espionagem e os Serviços de Inteligência estrangeiros e sua atuação no Brasil**

Como forma de contextualizar historicamente o fenômeno da espionagem, é importante levar em consideração que a concretização das primeiras organizações de inteligência deram-se na Europa do século XVI e tornaram essa matéria como parte da política de um Estado no momento de sua formação e afirmação de sua autoridade política no cenário econômico.

Marco Cepik, em seu artigo intitulado: *Sistemas Nacionais de Inteligência: Origens, Lógica de Expansão e Configuração Atual* (2003), destaca que nessa época, a consolidação dos Estados europeus foram acompanhados por diversos conflitos históricos de grandes proporções (como o fim do feudalismo, por exemplo) que foram capazes de redefinir suas bases de dominação política e econômica. Essa redefinição refletiu não somente na dinâmica interna/regional, como também na ordem política europeia e para muitos governantes, isso representou o surgimento de novas ameaças a essa nova ordem política.

No século XIX, a matriz dos serviços de inteligência tornou-se mais contemporânea e global. Movimentos que ameaçavam a ordem existente, ganhavam força não somente na Europa, mas também no mundo todo e isso ameaçava as bases de dominação política, social e econômica. Agora, o foco ampliou-se e as atuações dos serviços de inteligência possibilitaram mais do que a coleta de informações; a mesma permitiu o aumento da força coercitiva do Estado.

Para resumir explicadamente essa transformação dos serviços de inteligência, o Professor Cepik (2003, pag. 80), faz uma análise de que:

“Nesse sentido, os serviços de inteligência modernos teriam surgido com uma dupla face, informacional e coercitiva a um só tempo. Essa dupla natureza caracteriza ainda hoje os sistemas nacionais de inteligência existentes.” (pag: 80)

Dessa forma, é válido raciocinar que diante do contexto político atual, a aplicabilidade dos serviços de inteligência também é uma forma de fortalecer a autoridade soberana de um Estado sob outro, o controle de informações importantes sobre a população e estratégia política de outro país ou instituições políticas e económicas, e fortalece também o poder de dominância e coerção desse Estado sob outro. Ao trazer esse raciocínio ao cenário das relações entre os EUA e Brasil e ao analisar todo o contexto histórico da espionagem de cada país, é notável que o Serviço de Inteligência americano partilha dessa mesma ideia.

Foi em 2013 que detalhes sombrios do esquema de espionagem americano vieram a luz e expôs a poderosa faceta coercitiva da National Security Agency (NSA) para com cidadãos americanos e estrangeiros, redes privadas e VPN e até para com diversos outros países do mundo, como Turquia, Iraque, México, Rússia, e Brasil inclusive. Nesse mesmo ano, com a divulgação de documentos oficiais da NSA por Edward Snowden comprovando a espionagem americana, ficou claro que para o Brasil, a NSA norte-americana iniciou a espionagem das autoridades brasileiras ainda durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, mais especificamente a partir de dezembro de 2010, mas que desde 2009, principalmente antes da 5.<sup>a</sup> Cúpula das Américas que aconteceu em Trindade e Tobago, os americanos já contavam com diversos relatórios da NSA que informavam as pautas e os planos dos outros participantes da Cúpula. Nesse sentido, as informações eram repassadas aos diplomatas americanos que aconselhavam o presidente Barack Obama a lidar com as questões controversas que seriam debatidas durante o evento (G1, 2013).

Mas foi no governo de Dilma Rousseff, a partir de 2013, que a NSA alargou sua atuação e espionou telemóveis e dispositivos de comunicação da própria presidente Dilma Rousseff e de mais 29 ministros e assessores do alto comando do governo. Não pouparam nem mesmo o telefone via satélite do avião presidencial e nem os números do gabinete da presidente no Planalto (Wikileaks, 2015). Além disso, informações confidenciais que foram produzidas pela Petrobras também foram alvos de intercetção por parte da agência americana e a vulnerabilidade do sistema de

informações da estatal fez com que muitas empresas estrangeiras desistissem de participar do leilão de campos do pré-sal, e assim dessem abertura somente para concorrência entre empresas americanas (Greenwald & Miranda, 2015).

Todo esse esquema foi gerado com o intuito de traçar os desafios políticos e económicos que os EUA teriam de enfrentar na América Latina nos próximos anos, e os documentos mostram uma elevada preocupação com a ascensão brasileira no cenário internacional. Para os americanos, isso representava uma ameaça para a estabilidade regional e para a manutenção de seu domínio e por isso criaram uma divisão interna na NSA que se dedicava exclusivamente aos assuntos das políticas económicas e internacionais de países específicos, dentre eles, o Brasil.

Até hoje não está esclarecido se a espionagem dos telefones presidencial fora realizada por programas informáticos específicos ou se fora por meio de agentes especiais infiltrados em instituições políticas ou diplomáticas no território brasileiro. O fato é que a NSA não fez todo esse trabalho sozinha e que não foi somente os EUA que direcionou suas atividades de vigilância para o Brasil. O Canadá, com sua agência de inteligência intitulada Communications Security Establishment Canada (CSEC) e associada às agências de inteligência da Austrália, Nova Zelândia, Reino Unido e EUA (Five Eyes), também atuou nas atividades de espionagem e monitorou principalmente o Ministério Brasileiro das Minas e Energias por razões estratégicas e económicas. A monitorização visava o interesse no setor da mineração, uma vez que o Brasil é o país que mais possui mineradoras estrangeiras em atuação, e teve como alvo a obtenção de informações ultrassecretas das reservas minerais brasileiras, conteúdo de conversas estratégicas do ministro Edson Lobão com outras autoridades do Ministério e ainda o mapeamento de ligações telefónicas do Ministério para outros países, para organismos internacionais e embaixadas brasileiras no exterior (G1, 2013).

Não somente governos se beneficiaram com a atuação dos seus respetivos serviços de inteligência. Os documentos vazados mostram ainda que empresas privadas em parceria com a NSA, como, por exemplo, a Microsoft, Google Brasil, Facebook Brasil e empresas de telefonia como Oi, Tim e GVT, também contribuíram para obter um considerável número de dados (mais especificamente 2,3 bilhões de dados) e informações de milhões de utilizadores brasileiros (Greenwald, Kaz e Casado, 2013). Ao considerar o quão grave foi essa situação, o governo brasileiro decidiu então instaurar uma CPI para ouvir os representantes dessas empresas,

esclarecer pontos obscuros, investigar e penalizar os excessos e os desvios de atuação.

A CPI se estendeu por quase 7 meses de investigações e diversos relatórios preliminares, mas o relatório final concluiu que o problema recaia sobre o Brasil devido ao seu despreparo em fortalecer a segurança cibernética do país e por isso, a conclusão da CPI se concentraria em criar um “aprimoramento do aparato brasileiro de contrainteligência” e de cobrar do Estado Brasileiro investimentos para a proteção de dados, atividades e informações estratégicas do próprio governo e de seus cidadãos (Senado Federal, 2014. Pag: 147). Dentro desse contexto, a CPI propôs a aprovação do Marco Regulatório Civil da Internet, que já havia sido proposto anteriormente em 2011 para assim regulamentar com mais eficiência, transparência e segurança a coleta de dados na internet (Senado Federal, 2014. Pag: 211).

Para esclarecer as espionagens a Presidente, membros do governo e cidadãos, Dilma Rousseff aproveitou a presença dos líderes mundiais e a atenção internacional voltada para a 68.<sup>a</sup> Assembleia Geral das Nações Unidas e no tradicional discurso de abertura, foi enfática ao criticar duramente o comportamento dos países envolvidos e cobrou explicações e ainda pedidos formais de desculpas:

“Estamos, Senhor Presidente, diante de um caso grave de violação dos direitos humanos e das liberdades civis; da invasão e captura de informações sigilosas relativas às atividades empresariais e, sobretudo, de desrespeito à soberania nacional do meu País.

Fizemos saber ao Governo norte-americano nosso protesto, exigindo explicações, desculpas e garantias de que tais procedimentos não se repetirão.

Governos e sociedades amigas, que buscam consolidar uma parceria efetivamente estratégica, como é o nosso caso, não podem permitir que ações ilegais, recorrentes, tenham curso como se fossem normais. Elas são inadmissíveis.” (Rousseff, Dilma. 2014)

A Presidente ainda encaminhou seu discurso para o campo dos direitos humanos ao destacar que: “Jamais pode o direito à segurança dos cidadãos de um país ser garantido mediante a violação de direitos humanos e civis fundamentais dos cidadãos de outro país.” (Rousseff, 2014), e julgou urgente o debate do tema para o

campo das relações internacionais, uma vez que a ideia era de gerar um multilateralismo na defesa da soberania dos Estados.

Após o seu discurso na Assembleia Geral das Nações Unidas, o Brasil liderou o debate em torno da política de governança da internet que se materializou oficialmente e internacionalizou-se a partir da Global Multistakeholder Meeting on the Future of Internet Governance (ou, Encontro Multissetorial Global Sobre o Futuro da Governança da Internet, o chamado NETmundial) que aconteceu em abril de 2014, na capital de São Paulo. Para muitos dos representantes de países e empresas envolvidas nesta Reunião, boa parte do multissetorialismo proposto para a internet gerou um certo receio de se opor aos Estados mais poderosos e por isso as conclusões deste encontro não tiveram nenhum efeito vinculativo, apenas tornaram-se referências para futuros debates sobre as políticas da internet segurança e transparência. Nesse sentido, foi inevitável debater o papel do Estado na regulamentação dessas políticas e o seu papel no tocante à monitorização da internet, levantando problemáticas que ainda hoje estão longe de serem solucionadas se não houver determinado um limite da atuação dos governos (Pigatto, 2017. Pag: 116).

Décimo Júnio Juvenal (em latim: *Decimus Iunius Iuvenalis*), o poeta satírico de Roma do Século I, é o autor da famosa pergunta “Quem vigia os vigilantes?” (em latim: *Sed quis custodiet ipsos Custodes?*). Direcionado ao contexto político, até hoje essa pergunta ilustra uma problemática que ainda carece de respostas e não aceita retoricidade. Desde as mudanças políticas internacionais ocorridas com a Guerra Fria e com o fim da União Soviética, a segurança internacional começou a depender ainda mais das atuações de inteligência e isso desenrolou uma maior dimensão de sua atuação e de seus objetivos que foi se alargando à medida que o paradigma da ordem mundial inevitavelmente ia se engrandecendo.

Na América, todo esse paradigma que vai se engrandecendo é encabeçado literalmente pelos EUA e diante de sua superioridade coercitiva, é óbvio que o serviço de inteligência norte-americano tem o poder de ultrapassar determinados limites. É de suma importância que os organismos internacionais sejam uma representação fiel e imparcial dos pactos entre os países e seus respectivos cidadãos e é importante ainda que estes possam se aproximar ao máximo da função de ser o vigia dos vigilantes. Sem adentrar no contexto sociológico e filosófico de ser certo ou errado, é sabido que se a legitimidade das normas internacionais zela pelos direitos

humanos fundamentais e pela soberania dos Estados, nada mais justo que a normalização dessa prática seja reprimida. No contexto político, isso planta, uma ideia de superioridade e controle para com outros países e indiretamente (ou porque não diretamente?) pode incitar conflitos, subordinação e dependência de Estados Nacionais, pondo em risco as normas jurídicas domésticas, a estabilidade política e económica e por fim, democracias inteiras.

#### **4.4 Impeachment ou Golpe? A deposição do Governo Dilma e os que se beneficiaram**

Além dos casos de espionagem, o Brasil também teve outro terramoto em 2013, e em junho, o país mergulhava numa onda de indignação e insatisfação social que impactaram profundamente as regras do jogo político. Não existe como não relacionar o governo de Dilma Rousseff com o levante popular ocorridos em junho de 2013. Os dois estão firmemente ligados. Dall’Agnol & Silveira (2015) no artigo: “Democracias em Xeque” resumem bem o fenómeno e suas implicações no decorrer do governo de Dilma Rousseff. Quando tudo começou apenas na cidade de São Paulo e direcionado somente para o governo estadual, o crescente descontentamento com os preços dos transportes públicos e a exigência na redução dessa tarifa refletia um outro objetivo mais profundo: reduzir o peso do pistão que pressionava fortemente a sociedade que já sofria com inflação, desemprego e baixa qualidade de vida. Os protestos seguiam os preceitos adotados pelo Movimento Passe Livre (MPL) que, em suas ideias, tinham a expressa convicção de que havia algo no sistema que não corria bem. Para os dirigentes do MPL (2013), em seu artigo: “Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo”, afirmam que:

“As barricadas erguidas contra os sucessivos aumentos das passagens são expressão da digna raiva contra um sistema completamente entregue à lógica da mercadoria.” (MPL, 2013. Pag: 13).

Eventualmente, esses protestos acabaram entrando em confronto com a polícia em uma pequena escala, mas ao final de cada semana, o número de participantes aumentava na medida que a repressão policial também aumentava. Com a inércia do governo estadual que contava apenas com a atuação policial, os noticiários televisivos e os outros veículos da média, impressionados com a situação

que há muito tempo não se via no Brasil, limitaram-se apenas em relatar os acontecimentos de violência e vandalismo. Com a extrema repressão policial e com a eficiência das redes sociais, a ideia se espalhou para outros estados brasileiros, novas lutas e novas demandas foram incorporadas aos protestos, fazendo crescer novos descontentamentos e reafirmando outros antigos.

O uso excessivo da força despertou, em simultâneo, preocupação e simpatia do público, e o poder das redes sociais fazia com que o conflito não ficasse somente na esfera social, mas também na esfera online. As mídias sociais começaram a desempenhar um papel que ia muito mais além do que informar e convocar os cidadãos para as ruas, as disputas as refletiam como sendo uma terra sem lei em que sua função também passou a ser desinformação, alienação e prospeção de ideias extremistas, o que inevitavelmente fortaleceu a polarização ideológica. A contagem de pessoas nas ruas aumentaram de milhares para centenas de milhares, expandindo em mil vezes o poder de protesto, mas, ao mesmo tempo, obscurecendo suas demandas originais.

A realização de eventos de destaque internacional é sempre uma oportunidade de realizar um levante popular. Com o início da Copa das Confederações em 16 de junho de 2013, por medo do descontrole social, a Prefeitura de São Paulo e o governo do estado atenderam aos pedidos e cancelaram o reajuste tarifário do transporte público. Mas em outras capitais e nas mais de 100 cidades brasileiras, os protestos já acumulavam aproximadamente 1,5 milhão de participantes. Em resposta, Dilma Rousseff propôs o estabelecimento de uma convenção constitucional especial de reforma política, que então seria submetida a referendo popular, mas com o fomento das forças ideológicas, os protestos foram separados pelas diferentes tendências entre direita e esquerda. Isso acrescentou à linha de pensamento progressista das manifestações, a representação de uma nova luta social que levou para a pauta das manifestações, novas e inúmeras contestações que acabaram por tornar difusos e incerto os objetivos reivindicados inicialmente.

Para atingir os objetivos de seu governo sem elevar o nível de descontentamento social, Dilma Rousseff teve que recorrer a políticas impopulares, mas necessárias, na tentativa de fortalecer o aceleração econômico. Muitos interpretavam as políticas de forma errônea, até porque o governo não se preocupou em esclarecer uma interpretação técnica do assunto e por isso, imperou entre seus opositores, uma visão somente política, que acarretou um grande descontentamento

da ala política empresarial do país. Isso abriu margem para que os líderes do grande capital financeiro nacional manobrassem sua influência política para conseguir derrubar o governo e assim, promover as mudanças que tanto os interessavam. Essa insatisfação da elite empresarial era reflexo dos “ganhos salariais propiciados pela redução do desemprego e pelo ativismo sindical manifesto no crescimento do número de greves vitoriosas” (Bastos, 2017. Pag. 4) e foi cuidadosamente calculada juntamente com a média nacional, que também viu espaço para validar seus interesses através do controle da opinião pública. Nesse sentido, a parceria entre esses dois setores foi ecoado com o discurso de conter a dívida pública através da flexibilização fiscal e trabalhista na intenção de ajustar o mercado de trabalho para as empresas tornarem-se mais competitivas e lucrativas.

No início de seu segundo mandato, esta agenda macroeconômica foi novamente implementada pelo governo reeleito, embora de forma menos radical e com algumas mudanças que atendiam aos interesses do empresariado. Mesmo assim, o governo não conseguiu desfrutar do amplo apoio do setor e os custos da implementação dessa agenda veio na forma de impopularidade do governo no meio corporativo e descontentamento da espinha dorsal de seu governo, que era a sua base aliada. Ao tentar aliviar a insatisfação empresarial, o governo de Dilma sacrificou o apoio de seus aliados e o resultado prático disso foi totalmente ao contrário do que era esperado, pois houve o aprofundamento da recessão econômica. Isso afastou ainda mais o apoio dos empresários, dos aliados e ainda resultou na alienada ideia de que o governo era “traidor” do povo. Esses resultados eram agravados na medida em que o governo era prejudicado também com os desdobramentos da Operação Lava Jato, que a cada avanço, fechava o cerco para os empresários e políticos apoiadores do governo que também estavam envolvidos nos esquemas de corrupção e que, sem espaço para uma estratégia, iam caindo um por um. Já os empresários e políticos opositores, que também estavam envolvidos nos esquemas investigados, eram agraciados pelo caráter tendencioso da Operação, gozavam do poder de enfraquecer o governo em diversas outras questões políticas e articulavam a estratégia de substituir Dilma Rousseff para conter as investigações da Lava Jato. Paradoxalmente, o apoio de Dilma Rousseff à Operação Lava Jato, foi também um dos principais componentes de sua queda e por isso, sem atalhos para uma possível salvação, o governo ficou desprotegido de todo e qualquer ataque da oposição. Os poucos que restaram firmes em seus cargos e a



apoiar a gestão de Dilma ainda lutaram, porém, em vão. Fracassaram na tentativa de nomear Lula para compor a mesa de ministros do governo, fracassaram diante da política de reunificar o país, que, por sinal, ficou a cargo do seu vice-presidente Michel Temer e que teve um papel significativo na deposição do governo, fracassaram em não conter a estagnação dos salários e da taxa de desemprego (Bastos, 2017. Pag: 5). Tudo isso, juntamente com a Operação Lava Jato, foi o suficiente para dismantelar a base de apoio do governo e fortalecer as infundadas acusações de crime de responsabilidade cometidos pela Presidente.

A saída de Dilma Rousseff da frente do governo brasileiro significou muito mais do que uma reforma política interna e mudanças nos paradigmas ideológicos da sociedade. Seu impacto gerou sismos internacionais e o Impeachment tornou-se uma porta aberta para a comunidade internacional implementar no Brasil novas regras estratégicas para o jogo económico. Essas novas regras, aliadas aos interesses dos EUA, demarcaram o poder da influência americana em vários espectros, e diante da crise política de um país emergente, como o Brasil, isso deixa claro que os interesses americanos se tornam manejáveis a partir do momento em que se tem um frágil e dependente comando político nacional. Se não houver essa convergência entre regras e interesses, algo pode até ser feito, mas resultariam em perdas económicas. Tempo é dinheiro, e ninguém pode esperar até as novas eleições.

Diante dessa ideia, foi imprescindível que essa mesma porta do Impeachment nunca tenha se fechado, pois era necessário deixar exposto o frágil sistema democrático brasileiro, e assim ter alcance suficiente para atingir os principais poderes do estado democrático de direito. Como visto nos itens anteriores, a atuação do judiciário já estava garantida com os desdobramentos da Lava Jato, as atuações do executivo e do legislativo foram garantidas pelas satisfações dos interesses da classe política local e do empresariado nacional e internacional.

Essas últimas, principalmente, tiveram força suficientes para moldar resultados significativos para os americanos. Empresas como, Monsanto, Boeing, Microsoft, Chevron, Shell, Exxon, se beneficiaram com a troca de governo e surfaram na crista da onda em busca dos seus interesses. Luz e Caparelli (2003) trazem a tona o caso da Microsoft, que no governo Lula da Silva faturou em média de R\$ 878,5 milhões de reais no Brasil e 6% dessa faturação vinha diretamente das vendas de software e produtos licenciados ao governo brasileiro, o que beneficiava a empresa de Bill

Gates e a TB Alliance (única empresa distribuidora de seus produtos no Brasil) no monopólio dos contratos governamentais. Tendo em vista aumentar a percentagem dessa faturação, a empresa afirmou-se categoricamente contra a política de uso de software livre para o sistema informático implementado pelo Governo Federal e continuado durante o governo de Dilma. E para dificultar o aumento de adesões ao software livre nos setores do governo brasileiro e de outros, e ainda para dificultar a entrada de novos concorrentes (nomeadamente Linux) no mercado nacional, a Microsoft permitiu a abertura de seus códigos de acesso para todos diversos representantes de governos no mundo todo. No entanto, no Brasil, o Tribunal de Contas da União (TCU) condena a ação da empresa de Gates e o sistema de software livre, seguiu sob impasse até o governo de Dilma.

Com a crise política escancarada, a Microsoft começa a arar seu terreno no campo político nacional e com a entrada de Michel Temer na presidência, o governo reata com a Microsoft e investe R\$140 milhões de reais para uma nova migração do sistema informático nos computadores do governo brasileiro (Mier, 2018). Nesse sentido, o Brasil caminha na contramão de muitas outras administrações internas do cenário internacional, sendo que na Europa a Alemanha, Itália, França e Espanha já vivem do sistema de software livre e na Ásia, países como a China já começam a explorar gradativamente o uso do sistema aberto (Nadal, 2017).

No campo petrolífero, a Chevron e a Shell também viram oportunidades com o Impeachment. Para eles era essencial a privatização internacional de campos do pré-sal e por isso, era necessário engajar políticos e empresários nacionais e atrasar e/ou empatar o funcionamento da política de concessão e partilha estabelecida para a área e a aprovação da lei do pré-sal.

Em 2011, um telegrama escrito por Dennis Hearne, intitulado como “Can the oil industry beat back the pre-salt law?” fora vazado pelo Wikileaks e mostra ao mundo que Hearne, cônsul americano no Rio de Janeiro entre 2009-2012, inicia uma articulação com os CEOs Patrícia Pradal, representante da Chevron Brasil, Eike Batista, dono da petrolífera brasileira OGX, representantes do alto escalão da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) e da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), e ainda com o então governador de São Paulo, José Serra. Principalmente para Hearne (2009), “o aspeto mais prejudicial do projeto (...) é a designação da Petrobras como operadora principal” e por isso, o cônsul ainda complementa com a estratégia de “alistar novos parceiros para se concentrar no

Senado, com os objetivos de acrescentar emendas parlamentares aos PLs (Projetos de Lei) e atrasar as votações até as eleições presidenciais e parlamentares de outubro de 2010”.

No geral, as principais empresas do grupo Americas Society/Council of the Americas, fundada por David Rockefeller nos anos 60, surfaram na onda do Impeachment. Como sendo membros corporativos do grupo, a mesma realizou seu papel de *think tank* na política brasileira e sob o pretexto de contribuir para melhorias das áreas sociais, políticas e económicas, advogou em causa própria nas políticas públicas internas, articulando e mobilizando influências e negócios não só com os atores políticos e empresariais do Brasil, mas também com institutos acadêmicos e de pesquisas além de alguns setores da sociedade. Com isso, o Brasil ficou a perder espaço e protagonismo internacional; a desestruturação política nacional divulgou ao mundo a vulnerabilidade brasileira de lidar com crises políticas internas e externas e colocou em causa o prestígio, a confiabilidade e o empenho do Brasil nas mais diversas causas internacionais.

A consagração do Impeachment e a chegada de Michel Temer a Presidência da República, ilustraram mais do que uma incompatibilidade entre políticos, sociedade e governo. Isso será melhor entendido nos próximos capítulos, que mostrará que esses mesmos factos foram capazes de representar a enorme dimensão de um conflito ideológico, fomentado por uma restrita burguesia que consagrou, nas revoltas sociais, a criação e o domínio de um novo cenário político. Em um país de tamanho continental como o Brasil, a gestão dos interesses corporativos capitalistas através do convencimento da população é necessário para que seja normalizado a concepção de que as políticas de combate a desigualdade sejam regidas não por líderes políticos, mas pelo sistema de mercado, que não prioriza o provimento dos direitos sociais. Esse convencimento não capacita a sociedade para perceber a importância das lutas populares; somente fortalece a inércia social que tornar-se-á um fator de estabilidade para seus governos.

## **5 Governo Michel Temer - a era temerosa**

Na condição de vice-presidente da República democraticamente eleito e representante do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido que, teoricamente, se auto designa no espectro centro-esquerda, Michel Temer assumiu

provisoriamente o cargo de presidente da República após o afastamento temporário de Dilma Rousseff. A interinidade formal de seu governo foi iniciada a partir de 12 de maio de 2016, e estendeu-se até 31 de agosto, quando, com a conclusão do processo de Impeachment, Temer foi empossado definitivamente como Presidente da República, e passou a ter seu mandato válido até o último dia de 2018.

Michel Temer, considerado um político experiente, mas qualificado no jargão político como “raposa velha”, e também reconhecido pela sua notória habilidade de articulação política, arregimentou uma expressiva maioria parlamentar pro-Impeachment no Congresso Nacional, nos meses antecessores a abertura do Impeachment. O vice-presidente, com uma silenciosa conivência, possuía um papel fundamental no processo, que, unido a grande mídia corporativa, subliminarmente iam a propagar uma campanha de contra-informação como forma a criar um “apoio popular”. Esse apoio, dito como popular, foi a justificativa ideal para criar no imaginário social, uma atmosfera de ameaça democrática que só poderia ser sanada se houvesse a troca de poder por meio do Impeachment e uma mudança no modelo político nacional. Como era esperado, o resultado foi alcançado com sucesso – produziu-se um cenário de grande apoio popular, um clamor do povo para o que Impeachment fosse realizado. Quando já era óbvio que o Impeachment seria inevitável, Michel Temer passou a defender publicamente o processo, mas declarou não ter nenhuma responsabilidade na autoria e deflagração do Impeachment, que tudo não passou de uma decisão do Congresso Nacional, a qual foi rigorosamente tramitada em todas as etapas conforme Constituição Federal. Colocou-se como um potencial apaziguador da crise institucional e apresentou-se como precursor de uma política neoliberal que poderia mudar o país de vez.

De fato, Michel Temer iniciou sem perda de tempo os trabalhos (reformas) de sua política neoliberal, estruturou e compôs um governo com propósitos predominantemente voltados para favorecer uma minoria capitalista em detrimento da massa da população. Ao mostrar para que veio, coloca na mesa, ou melhor, no cooptado Congresso Nacional, suas propostas para uma política de Estado voltada em moldar uma hegemonia do neoliberalismo, retomando assim a continuação do processo de “predação nacional”, iniciado na década de 90. A receita é a de sempre, objetiva enfraquecer o Estado, reduzir sua função social e criar as pré-condições

básicas para o favorecimento de uma minoria da população representada por grupos majoritariamente capitalistas: banqueiros, empresários, investidores, etc.

As contrarreformas sob a liderança do governo Temer avançaram rapidamente e as primeiras ações do governo era a de limitar os gastos públicos com políticas sociais. Para isso, Temer encabeçou a EC n.º 241, cujo objetivo era limitar os gastos públicos nas áreas da saúde e educação por 20 anos, período este iniciando em 2017 e terminado somente em 2037 (Simões, 2019. Pag: 41). Com rapidez inédita, a proposta foi submetida ao Congresso Nacional em junho de 2016 e aprovada em dezembro de 2016. Para concretizar a aplicação da Emenda, o governo instituiu, também, um novo regime fiscal para ter maior controle sobre as despesas primárias do Estado. Esse novo regime, foi reajustado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), e estabeleceu um “super limite” para as principais despesas anuais. Para isso acontecer, Michel Temer suspendeu novas dotações orçamentárias para educação e saúde estabelecidas pela Constituição Federal, o que, na verdade, significou a perda de programas políticos sociais. Os fatos representam a redução do investimento estatal e o declínio dos setores da saúde e do ensino público nacional e tem como consequência, promover a atuação de empresas privadas. Isso dificulta o acesso da população, já que grande parte não possuem condições de arcar com os custos cobrados.

A agenda de cortes e reformas feita pelo governo de Temer não pararam nos setores da saúde e educação: cortes fiscais, cortes nos ordenados, cortes nos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, além das reformas nas regras de terceirização do trabalho, tudo isso gerou impactos significativos e muitas vezes negativos, sobre a formalização dos postos de trabalhos, já que as reformas foram feitas sem nenhum planejamento técnico e sem nenhuma garantia de benefícios sociais a longo prazo. Além de cortar verbas das áreas essenciais para o desenvolvimento social e econômico do país, muitas de suas reformas políticas foram feitas sem nenhum planejamento técnico e sem nenhuma garantia de benefícios sociais a longo prazo, por não respeitarem os preceitos jurídicos constitucionais que, em um Estado de democrático de direito, não podem ser violados. A relação próxima de Temer com a elite empresarial do país foi o motor de sua governança; para eles, o ideal era a regra do mais fácil – diga-se, redução de impostos e de direitos trabalhistas - o melhor de dois mundos perseguidos pelos

interesses corporativos. É certo que Temer fez um governo em perfeita consonância com esta regra.

Para a gestão das Relações Internacionais, Temer tinha promessas de mudanças profundas na condução da política externa: a visão do governo para uma maior atração de empresas estrangeiras, era a de romper com qualquer vestígio da política externa multilateralista dos governos anteriores. Dessa forma, seu governo seguiu exemplarmente a cartilha neoliberal na condução da política internacional, e implementou diversas concessões para atrair investimentos externos, tudo isso, centrada na velha fórmula de redução da carga tributária e transferência de subsídios. Nomeadamente em relação com a Europa, o ponto central da política externa foi incentivar estreitamento comercial com a União Europeia. A política de buscar investimentos das empresas estrangeiras e de entrar na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) tinha *status* de grande meta a ser alcançada pela política externa do governo Temer (Simões, 2019. Pag: 44)

Para a América Latina o destaque foi a política de promover maior aproximação com o Chile de Sebastián Piñera e a Argentina de Mauricio Macri, governos ostensivamente de viés à direita, mas também com os países do Mercosul. Para o bloco latino, as mudanças esperadas ficaram só no âmbito da promessa, porque no geral, a conexão com os países membros do bloco teve poucos desdobramentos e seguiu praticamente estagnada. No entanto, o envolvimento com os demais países da América Latina, principalmente entre aqueles ditos de esquerda e com os que contestavam a legitimidade do processo de Impeachment, como Venezuela, Bolívia e Equador, foram cuidadosamente seletivos ou distanciados. Para o Ministério das Relações Exteriores, parece contraditório, mas o “ideário” recomendado ao governo nacional era limpar a política externa brasileira de qualquer vestígio ideológico. Por isso, para a América Latina, foi aplicado um novo tom do discurso para com esses países, que passaram a receber carregadas críticas sobre a condução de suas respectivas democracias (Simões, 2019. Pag: 45). Com a inesperada ascensão de Donald Trump ao comando do governo norte-americano, o diálogo do Brasil com a América Latina e com o Mercosul também foi polido pela ameaça de Trump de suspender qualquer acordo de livre comércio que não fosse de interesse dos EUA. Essa declaração teve efeito no bloco latino e reacendeu o debate em torno da situação venezuelana, que, ao descumprir diversos protocolos e cláusulas

democráticas, e ainda, mergulhada em uma intensa crise económica, foi suspensa do Mercosul por tempo indeterminado. Diante dessa conjuntura política e económica, a inércia brasileira em relação ao processo de entrada da Bolívia no bloco causou ainda mais atrito e uma notável queda do volume de transações comerciais entre os dois países foram sentidas.

Por reforçar um diálogo de caráter mais comercial com a Aliança do Pacífico, que foi feito através das novas políticas do Mercosul, o Brasil seguiu com reformas voltadas para estabelecer uma maior facilitação aduaneira e reformas fiscais para o comércio de bens e serviços. Ainda buscou maior legitimidade económica diante do BRICS, mas não gerou nenhum resultado satisfatório e o protagonismo do Brasil ficou reduzido a muita desconversa e nenhum acordo. Diante do intenso debate sob o protecionismo comercial norte-americano na era Trump, Michel Temer fez declarações contra, mas sem ter reais intenções em caminhar para uma solução, perdeu oportunidades para reforçar o multilateralismo entre os países do bloco. Com a Europa, o governo brasileiro tenta salvar o resquício de um futuro pacto de livre comércio entre Mercosul e União Europeia para assim tapar o domínio do mercado chinês na região, mas também não concretiza nenhum acordo. A fragilidade institucional de governo Temer na diplomacia internacional e a inexperiência e desqualificação diante do jogo econômico global, não tiveram força e nem credibilidade suficiente para a celebração de um acordo. A condução do processo foi ineficiente até mesmo para os outros membros do Mercosul e por isso não impediu que novas negociações comerciais fossem acordadas com a China.

Dessa forma, observou-se foi uma forte aproximação com os países ditos de direita e uma tentativa de se destacar perante os países do norte, e assim poder atrair as empresas estrangeiras. A flexibilização de leis trabalhistas e tributárias, não foi tão suficiente assim, uma vez que o número de investimento estrangeiros cresceu levemente, mas não teve força considerável para provocar mudanças positivas. As relações entre o Brasil e os EUA nesse período foram marcadas por diversas controvérsias que influenciaram novas políticas para as áreas comerciais, militares, sociais e petrolíferas, já que com o fim do governo de Barack Obama, a visão do governo Trump para o gigante da América Latina mudou drasticamente. Michel Temer surfou na onda trumpista e colaborou para atender os interesses

norte-americanos sob o pretexto de projeção externa e reinserção no fluxo da geopolítica internacional.

Com o fracasso das negociações em 2001 durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, e como parte da estratégia de se destacar perante os americanos, Michel Temer traz novamente aos holofotes da relação Brasil x EUA, a discussão acerca da Base de Alcântara, principal Centro de Lançamento Espacial do Brasil. Estando a base militar em uma posição estratégica para o lançamento de satélites geossíncronos, já que é perto da linha do equador, Trump e Michel Temer se empenharam para que o Congresso Brasileiro aprovasse o projeto de uso da Base de Alcântara pelos EUA. Incomodado com a ideia de que o uso seria somente feito exclusivamente pelos EUA (cláusula imposta nos termos do acordo), devido a uma “confidencialidade tecnológica”, o projeto mais uma vez foi barrado e as negociações vieram abaixo. Muitos dos pormenores do acordo remetiam o país a uma determinada subordinação aos EUA e muitas vezes colocava em causa a soberania brasileira e a segurança nacional: o dinheiro auferido pelo Brasil pelo aluguer da Base aos americanos jamais poderia ser usado pelo Brasil para investir em sua própria tecnologia aeroespacial e por causa disso, todas as parcerias feitas em cooperação de desenvolvimento de tecnologia espacial do Brasil com outros países, por exemplo, China, Ucrânia e Itália, seriam praticamente desfeitos. Esse termo complementava uma exigência americana que impôs ao Brasil aceitar outros lançamentos na Base de Alcântara, somente daqueles países que fossem signatários do Regime de Controlo de Tecnologia de Mísseis. Ou seja, os EUA e seus aliados poderiam então fazer o uso da base para eventualmente atacar qualquer outro país, e gerar um grande risco para a segurança nacional e para as relações diplomáticas do Brasil com outros países (Bojikian, Mariano, Thomaz, 2022).

Apesar do empenho de ambos os presidentes, o acordo não foi adiante, e mesmo assim, o que ficou em causa para a maioria dos brasileiros ia muito além do caráter político. No geral, o governo prezou por uma reconfiguração geral dos negócios e da política, mas sem haver uma participação social geral, o alcance disso ficou limitado somente para a burguesia nacional e para o imperialismo estrangeiro.



## 5.1 Privatizações

As privatizações de empresas estatais não são novidades na política nacional. O procedimento para a venda de empresas públicas (sejam federais, estaduais ou municipais) para empresas ou grupos empresariais nacionais ou internacionais de capital privado, ocorreram gradativamente ao longo dos anos 90. Nessa década, mais de 165 empresas estatais foram privatizadas e quando iniciada pelo presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992) em seu Programa Nacional de Desestatização, 18 empresas foram de facto privatizadas, sendo que o plano para o seu mandato era de privatizar 68 empresas nacionais. Após o Impeachment de Fernando Collor, o novo Presidente Itamar Franco (1993-1994) deu continuidade a saga de privatizações e em dois anos de governo privatizou 15 empresas estatais. Mas foi durante os oito anos da gestão de FHC, que a agenda de privatizações teve maior prioridade e ganhou força económica ao caminhar junto com o sucesso do Plano Real e com os planos de austeridade estabelecidos pelo FMI.

Em 1999, ao atender os planos do FMI, o presidente Fernando Henrique Cardoso comprometeu-se a vender empresas estatais de telefonia, saneamento básico, operadoras de energia e bancos estatais. Para estar de acordo com as diretrizes enviadas pelo Banco Mundial, o partido de Fernando Henrique (Partido Social-Democrata Brasileiro - PSDB) criou vários projetos de lei que foram apresentados para abrir os setores à iniciativa privada nacional e internacional. A legislação foi atualizada e mais recursos foram fornecidos, o que permitiu que outras empresas estatais diversificassem a busca por uma autossuficiência financeira: a Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE-RJ) inicia sua fase lucrativa, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP) e a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), optaram por aderir ao capital misto para manter o controlo do Estado como forma de garantir a melhor gestão da distribuição do serviço. No que lhe concerne, a privatização dessas três específicas empresas não se concretizou até hoje, pois as participações dessas empresas estatais atendem grande parte das cidades do país. Porém, a universalização do serviço ainda não faz parte da realidade brasileira, visto que 35 milhões de pessoas ainda não têm acesso à água canalizada e mais de 100 milhões não possuem coleta de esgoto (Sousa & Barrocas, 2017. pp: 1-2).

Mesmo assim, as ações privatistas dos governos ao longo da década de 90 foram baseadas na ideia de que apenas o investimento privado pode lidar com a árdua e custosa tarefa de disponibilizar serviços para o alcance de toda a população. Dessa forma, o Governo Federal negociou propostas de privatizações diretamente com os Governos dos Estados e teve como consequência, a subida considerável dos preços cobrados, fato este que castigou principalmente os mais pobres. Por isso, o compromisso do governo de FHC com a privatização das instalações de saneamento foi controverso, os idealistas sociais fizeram questão de destacar que o acesso à água é um direito humano básico e essencial e por isso deve ser garantido a todos.

Michel Temer estava disposto a dar continuidade às políticas de privatização do governo de FHC mesmo que a intervenção do FMI já não fosse mais necessária. Ele tinha pressa e tinha a elevada ambição de privatizar 57 empresas no pouco tempo de duração de seu governo, mesmo com o frágil cenário da economia brasileira. E isso era um sinal de que pouco planejamento veio à luz e as privatizações tinham uma função que ia muito mais além do que a de impedir o avanço da dívida pública, ou qualquer outra função que mudasse a estrutura político-econômica do país.

Nesse sentido, foi a partir de 2016 que outros setores estratégicos do quadro econômico brasileiro, como o de petróleo, energia e infraestrutura, por exemplo, começaram a ser visados por grandes empresas estrangeiras, que, por sinal, são outras grandes empresas estatais de outros países. Essas estatais estrangeiras têm destaque no cenário econômico em seu país de origem e, por isso, gozam de grande valor estratégico. No setor de infraestrutura, a China também já marcou presença. Em 2017 a empresa China Merchants Port (CMPort), pertencente ao conglomerado estatal chinês, China Merchant Group (CMG), teve como seu primeiro negócio a compra do maior terminal de contêineres portuário da América do Sul, o Terminal de Contêineres de Paranaguá no estado do Paraná. De fato, a empresa é a principal porta de entrada para bens e commodities entre a China e Brasil e seus investimentos na logística da exportação e importação vem preparar a empresa para “atender a demanda de mercado brasileiro pelos próximos 30 anos.” (TCP, 2022).

No setor de produção e distribuição de energia elétrica, o destaque vai para outra estatal que também é chinesa: a State Grid, que recentemente comprou a

Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul (CEEE-T) e mais 56 subestações na região de fronteira entre a Argentina e o Uruguai e acaba por dominar uma boa fatia do setor competindo diretamente com a estatal italiana Enel, que ao comprar a empresa Eletropaulo, passou a ter concessões de distribuição de energia elétrica em três estados, além de São Paulo: os estados de Goiás, Ceará e Rio de Janeiro. A empresa torna-se a maior distribuidora de energia do país e ultrapassando o grupo chinês. Ainda que outras empresas estrangeiras (estatais e privadas) operem em menor proporção em outros estados ou regiões do Brasil, já é oficial que a junção dessas duas grandes companhias, detém praticamente todo monopólio da geração de energia no Brasil (Sant'Ana, 2018).

Na atual conjuntura geopolítica global, as estatais internacionais são como se fossem uma espécie de materialização dos interesses de seus governos. A privatização de muitas delas poderia acarretar numa secundarização do desenvolvimento econômico e expansão comercial do país e comprometer seu desempenho no acompanhamento da dinâmica da ordem global. Diferentemente da situação econômica dos anos 90, a recente privatização das muitas estatais brasileiras não tem a coerência de beneficiar o cenário econômico nacional e por isso, elas só vieram acontecer para garantir interesses de um lobby empresarial que se faz presente na política nacional para buscar o lucro de valiosas fatias do mercado. Isso só mostra que o conceito neoliberal carregado por Michel Temer é limitado e ultrapassado. Muitos países que ainda são ditos como neoliberais, tem empresas estatais que cumprem um expressivo papel na economia doméstica. Na Inglaterra, por exemplo, as estatais correspondem a um valor de mercado de aproximadamente 5% do PIB nacional. Na França, o valor de mercado de suas estatais chega a ser 10% do PIB do país, e em países de economias menores, como a Suécia e a Finlândia, por exemplo, as estatais representam respectivamente 21% e 45% do PIB<sup>24</sup>. Nesses países, suas estatais são peças-chave para o crescimento de sua economia e por isso, são mantidas pelo Estado como uma peça fundamental na estratégia de desenvolvimento nacional.

---

<sup>24</sup> Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico (DIEESE). Disponíveis em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTec189Estatais.html>>. Pag: 4-5.

Para o Brasil, as estatais de maior ou de menor porte que ainda existiam em 2016 representavam 8% do PIB nacional, mas as grandes empresas estatais, principalmente as federais, somavam dividendos que retornaram à União um valor de aproximadamente R\$ 285 bilhões de reais somente no período de 2002 a 2016<sup>25</sup>. Ainda assim, o governo de Michel Temer alegava como justificativa às privatizações, que essas estatais não geravam lucro ao Estado. A incoerência dessa afirmação só mostrou que o objetivo de Temer era atender às exigências do setor privado nacional e estrangeiro que por muito tempo ambicionou o grande lucro das estatais brasileiras sem ao menos levar em consideração o interesse coletivo e muito menos sem que houvesse um planejamento estratégico que beneficiasse a economia nacional a longo prazo.

## **5.2 Venda das reservas do pré-sal**

Com a estreia de Michel Temer na Presidência da República, ainda pairava na memória política da América Latina, o escândalo da espionagem norte-americano ao Brasil. Em documentos divulgados pelo WikiLeaks (Hearne, 2009), era claro que os norte-americanos não gostavam nenhum pouco do marco regulatório elaborado pelo governo petista. Representantes de petrolíferas americanas, em contacto com o candidato à presidência José Serra ainda nas eleições de 2010, ouvem do político brasileiro a promessa de mudanças nas regras de exploração, caso fosse eleito. Entretanto, com a vitória de Dilma Rousseff, o cumprimento da promessa ficou somente no plano das expectativas e a presidente manteve intacto as regras do regime de partilha dos campos do pré-sal, que dava a Petrobras a prioridade no contrato de exploração de poços com a União, e ainda permitia que ela participasse de 30% da produção de óleo em outros campos adquiridos por outras empresas.

Mas com Michel Temer representando a direita neoliberal brasileira, o mesmo escolheu José Serra como Ministro das Relações Exteriores e um de seus primeiros atos como Ministro foi ser o autor da proposta de mudança das regras do marco regulatório do petróleo. Apesar de sempre ter negado as afirmações lhe atribuídas nos telegramas divulgados pelo Wikileaks, a proposta é rapidamente aprovada e

---

<sup>25</sup> Dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico (DIEESE). Disponíveis em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTec189Estatais.html>>. Pag: 7-8.

mais rapidamente ainda entra em vigor. Assim, o Congresso Nacional aprovou o PL n.º 4.567/2016 que extinguiu a obrigatoriedade da Petrobras de ser a operadora única do pré-sal, bem como sua participação das licitações e leilões dos campos do pré-sal e sua cota de 30% (AEPET, 2015). O PL decreta também a não exclusividade da empresa em contratos com a União, mas como prêmio de consolação, o novo governo não retirou da Petrobras a prioridade diante das propostas de outras empresas. Os casos de corrupção foram alegações cruciais para retirar da Petrobras a condição de ser operadora única do pré-sal e cruciais também para promover o próprio desmonte da empresa.

A nova lei não só mexeu no protagonismo da estatal brasileira, como também provocou impactos na economia nacional e em setores sociais. A lei inicial aprovada por Lula instituiu que o método de partilha garantiria que 50% dos lucros obtidos com os royalties da exploração do petróleo do pré-sal fossem obrigatoriamente direcionados para as áreas da saúde e educação. Já no governo de Dilma Rousseff, para melhor compartimentalizar a arrecadação dos royalties do pré-sal, a presidente sancionou a Lei n.º 12.858/2013 que vinculava o destino das verbas dos royalties ao chamado Fundo Social. Com o dinheiro depositado no Fundo, o governo iria ter recursos suficientes para aplicar 75% dessa verba na área da educação e 25% na área da saúde. Com a nova lei de 2016, o Fundo Social foi mantido, mas em 2016 a arrecadação diminuiu 7,3% em comparação a 2015, provavelmente como reflexo da queda do preço do petróleo. Mas em compensação, em 2017 houve um aumento significativo de 141,3% em relação ao ano anterior, ajudado pelo aumento da produção do petróleo (Machado, 2019. pp; 115-116).

O repasse de verba para as áreas de educação e saúde, dificilmente atingiu a percentagem estabelecida desde a sua criação no governo de Dilma, no entanto, é válido ressaltar que a partir de 2016 tem-se então uma difícil confirmação de dados para apurar o destino dos recursos do Fundo Social. Para este trabalho, não foram encontrados dados públicos de informações relevantes sobre o total repassado para a saúde e educação, o que resta a entender é que torna-se desconhecidos os valores e porcentagens recebidos por esses setores. Isso porque mesmo durante o governo de Dilma Rousseff a presidente já enfrentava dificuldades na estruturação da lei, pois na época, enfrentava a forte oposição dos estados produtores de petróleo que não concordavam com a divisão dos royalties para os estados que não

são produtores. Com a ascensão de Temer, a estratégia era a de não fazer nada para melhorar a estrutura do Fundo Social e por isso, tem início a má fama de ser uma política social infundada e que não funciona.

Ainda assim, o fim da obrigatoriedade de participação da Petrobras nos leilões dos campos do pré-sal, não a eximiu de uma completa exclusão: a estatal ainda poderia escolher se iria ser a principal operadora nos campos leiloados. Apesar do termo “escolha”, isso não confia liberdade e nem protagonismo à estatal, uma vez que sob qualquer influência política, o presidente da estatal, o qual é constitucionalmente nomeado pelo Presidente da República, fica à mercê das manobras políticas de quem quer que esteja no comando do governo federal.

Diante desse novo cenário, o presidente Michel Temer endossa o interesse das petrolíferas internacionais com a promulgação da Lei do Repetro (lei n.º 13.586/17), que deduz em sua totalidade os impostos sobre as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e/ou de gás natural até o ano de 2040. Para os críticos opositores, a lei priva o país de arrecadar em torno de triliões de reais em impostos, fortalece a desigualdade de tributação relativamente aos fornecedores nacionais e ainda compromete a competitividade. Já para os apoiadores, a lei atrai investimentos estrangeiros para o país e estimula o desenvolvimento industrial. Dessa forma, rapidamente iniciou-se uma série de leilões de diversos campos de petróleo da área do pré-sal. Mesmo com a insegurança econômica do país e com a fragilidade política, causada principalmente pelo impacto da Operação Lava Jato, ainda foi possível atrair diversas empresas estrangeiras para as águas que guardam o recém descoberto petróleo. Em 2018, nas rodadas de leilão do pré-sal, foi a ExxonMobil que arrematou sozinha o direito de explorar 28% do campo de Uirapuru, já a Chevron e Shell ficaram com 30% e 40% respectivamente do campo de Três Marias<sup>26</sup>.

Com a aprovação da nova lei de exploração do pré-sal, em seus poucos anos de governo (de 2016 a 2018), Michel Temer realizou a 2ª, 3ª, 4ª e a 5ª Rodada de Leilão do pré-sal (a 1ª Rodada ainda aconteceu sob vigência da lei revogada, durante o governo de Dilma Rousseff). Vários desses leilões foram cercados de polêmicas e reviravoltas, mas ainda hoje geram impactos no cenário econômico

---

<sup>26</sup> Dados de pré-sal Petróleo. Disponíveis em:  
<<https://www.presalpetroleo.gov.br/contratos-de-partilha/>>.

nacional. Ao todo, essas rodadas conseguiram vender vários campos de exploração na área do pré-sal e em todas as rodadas, as principais empresas vencedoras foram justamente as americanas Shell, BP Energy e Exxon Mobil, juntamente com seus grupos consorciados (Pereira, Peyerl, dos Santos, 2021. Pag: 112). Mas não foram somente as empresas norte-americanas que aproveitaram a onda neoliberal que transformou a legislação do pré-sal, a estatal norueguesa Statoil (atualmente Equinor ASA) que opera em 36 países, participou de duas das quatro rodadas de licitações e juntamente com seus consorciados, tiveram o poder de explorar 3 campos na área. Outras multinacionais não americanas, como o grupo espanhol Repsol, a portuguesa Petrogal, detida pelo grupo GALP e o grupo francês TotalEnergies, tiveram um menor protagonismo nos leilões, mas ao final de 2018, sua atuação no pré-sal já representava 20% da produção nacional de petróleo e gás natural.

Mesmo com o foco na venda de campos do pré-sal, o projeto de privatização de Michel Temer ia muito além do setor de extração de petróleo. Nas indústrias de refino e distribuição, os investimentos tiveram uma diminuição considerável somente no período entre 2016 e 2017, além da extinção de postos de trabalhos e empregos em ambas as áreas. A produção de gás natural e energias renováveis, também foram alvo da agenda de privatizações como parte de uma estratégia de desinvestimentos em energia limpa para a estatal brasileira manter o foco na capacidade de extrair petróleo. Infelizmente, isso passou a comprometer a diversificação da matriz energética do país, colocando em risco a segurança do setor em tempos de crise. Na ânsia de se obter reserva de capital, muitas das privatizações no Brasil ocorreram sem um aprimoramento de um estudo técnico econômico e por isso, muitas empresas consideradas lucrativas foram vendidas a preços que não correspondiam ao verdadeiro valor de mercado.

No balanço final, as vendas de campos de petróleo e as privatizações dos derivados do setor petrolífero na era Temer limitou os ganhos para serem aproveitados a curto e médio-prazo. Isso representou apenas um fim no período de transição da geopolítica energética do Brasil, que inclusive não garante a segurança e a manutenção do país no setor mesmo nos dias de hoje. O conceito de empresas estatais como indutoras do desenvolvimento industrial e de infraestrutura não somente no setor energético, mas em vários outros setores econômicos,

praticamente deixou de existir e como consequência, iniciou-se o desmonte da indústria nacional que, paulatinamente, ainda hoje sofre com seus impactos e passa a não contar com uma valorização financeira para prosperar, colocando em causa o desenvolvimento económico-tecnológico do país. Ao pensar que por um lado, os investimentos estrangeiros e suas atuações podem trazer benefícios para o país, cabe ressaltar também que isso pode ter desdobramentos negativos se não houver um rico e elaborado planejamento de concretização como forma de valorizar uma cooperação mútua entre multinacionais e governo em prol do desenvolvimento socio-económico. Uma cooperação bem elaborada, baseada na transparência e na segurança jurídica são necessárias para preservar o patrimônio do país e a proteção do interesse e da soberania nacional.

## **6 Relações entre o Brasil, a China e os Estados Unidos - novas transformações**

A dinamização da globalização, que ganhou mais intensidade nos últimos 30 anos, veio consolidar novas economias no cenário do mercado internacional e seus impactos podem ser sentidos no desenvolvimento da ordem global. Como já dito anteriormente, os EUA, principal protagonista político-económico desde o início da Segunda Guerra Mundial, passou a exercer seu papel político ao redor do mundo de forma que seus interesses fossem enraizados na cultura política doméstica de muitos países de segundo e terceiro mundo. Na América Latina não foi diferente e pela proximidade geográfica, potencial económico e pelo temor de uma onda comunista, principalmente após 1945, o governo norte-americano toma as rédeas da política interna e externa de muitos países latino-americanos para garantir, além de seus interesses económicos, aliados políticos na condução da ordem global.

No entanto, é sabido que, principalmente a partir da década de 1980, a China iniciou um eficiente processo de desenvolvimento e abertura económica sem que necessariamente tivesse que mudar a sua forma política de governança. Ao mudar as regras económicas do país de forma que houvesse uma abertura do mercado nacional para o desenvolvimento do setor privado e para o fortalecimento dos setores estatais, a China conseguiu com sucesso fazer com que os frutos dessas modificações conseguissem ultrapassar fronteiras, gerar uma mudança significativa na economia global e, conseqüentemente, tornar sua atuação internacional mais hegemónica e dominante.



Hoje, os EUA e a China são os países economicamente mais fortes do mundo e no contexto das relações internacionais, suas influências esbarram-se e muitas vezes entram em conflitos pelas ambições de cada um. Para muitos estudiosos das Relações Internacionais, esses encontros conflituosos entre a China e os EUA vieram a ser tão significativos quanto eram os conflitos entre a Rússia e os EUA durante a Guerra Fria e por isso, assim como no passado, a luta pela hegemonia muitas vezes provocam efeitos em outros países, principalmente aqueles ditos emergentes.

Diferentemente do olhar comparativo entre o Brasil e os EUA, ao aferir apontamentos entre o Brasil e a China, parece difícil que haja pontos comparativos entre os países. É concebível que a comunidade internacional pense que são países completamente diferentes, quase sem semelhanças entre eles, já que os fatores geográficos e as diferenças histórico-culturais levaram a consolidação dessa visão, que realmente são factos, mas são diferenças essenciais para entender que ainda assim, o Brasil e China possuem mais semelhanças do que imaginam.

Brasil e China são as principais economias emergentes do mundo, não é à toa que ambos os países fazem parte do único grupo de países em desenvolvimento já formado: o BRICS. Exceto a África do Sul, esses países estão entre os cinco maiores do mundo em população e abrangência territorial. Só que, além disso, o Brasil e a China especificamente, apresentam problemas tanto sociais, quanto económicos que também são semelhantes, como as chamadas “ilhas da modernidade”, conceito este cunhado pelo crescimento económico que gerou um desenvolvimento dos padrões de vida em parte da sociedade, mesmo com a acentuação nítida da desigualdade socio-económica (Villela, 2004).

Para o corpo político e diplomático de ambos os países, é consensual estreitar as relações entre ambos os países e buscar uma solução adequada às necessidades de cada um, de forma que seja feito por meio de uma colaboração mútua de ajuda que seja justa e eficiente. No entanto, independente da existência de fatores diferentes e semelhantes entre os países, insta salientar que, no século XXI, um dos grandes desafios que ambos países tem de enfrentar, é, e continuará a ser a de reduzir a desigualdade, aumentar o poder de consumo e o padrão de vida de seus cidadãos, de forma que com o aumento do emprego qualificado, seja melhorado a distribuição da renda nacional.

Com o Brasil retomando as relações diplomáticas em 1974 durante o governo militar de Ernesto Geisel, os intercâmbios entre os dois países desenvolveram-se continuamente, mesmo que de forma mais lenta. O aprofundamento só veio mesmo acontecer a partir do início dos anos 1990, durante o último ano do mandato do presidente Itamar Franco. Com o fortalecimento da abertura econômica chinesa, as relações comerciais da China com outros países da Ásia e também com o Brasil entraram em um estágio de rápido crescimento, e continua até hoje, mesmo após 30 anos. O início dessa fase de crescimento acelerado veio beneficiar a abertura econômica do Brasil para com outros países e ainda consolidar o espaço e a adaptação dos dois países no cenário da economia internacional (Villela, 2004).

O volume total de comércio entre os dois países a partir da época trabalhada por esse artigo, ultrapassou US\$6 bilhões de dólares em 2003, e com isso a China passa a ocupar a posição de terceiro maior mercado comprador de produtos brasileiros (de Seixas, 2006. Pag: 6). Atualmente, de acordo com portal China Briefing News e considerando os escassos dados divulgados pelo atual governo do Brasil, que claramente passaram a assumir um compromisso pró Estados Unidos, presume-se que em 2021 o volume total de comércio realizado entre o Brasil e a China pode ter ultrapassado os US\$102,5 bilhões de dólares atingido no ano de 2020<sup>27</sup>.

Aproveitando o sucesso do lucrativo desempenho comercial entre os dois países, nota-se porque é justificável o enorme investimento dos chineses em setores estratégicos da economia brasileira, como visto nos capítulos anteriores. Principalmente a partir de 2003, com a ascensão dos governos de esquerda, a atuação da China é feita para consolidar sua influência no Brasil, e para isso, a mesma usa como pretexto o reforço do multilateralismo para que, suave e disfarçadamente, possa manter a dependência do Brasil às suas commodities e assim garantir a hegemonia de sua influência não somente na economia interna, externa e global, mas também na própria política interna do país, assegurando a satisfação de seus interesses.

Caminhando nesse sentido, a China tem desempenho semelhante em outras regiões da América Latina e do mundo, mas sendo o Brasil a maior economia da região, é notória a preocupação norte-americana com a presença da China no país.

---

<sup>27</sup> Dados de China Briefing News. Disponível em:  
<<https://www.china-briefing.com/news/comercio-bilateral-entre-brasil-e-china/>>.

Os EUA, que já tem um percurso comercial maior com o Brasil, construiu sua hegemonia na região também através do comércio bilateral somado às relações diplomáticas cultivadas muito antes da abertura econômica da China. A partir do século XX, os EUA passam a ter maior poder sobre a região e conseqüentemente ditam o caminho do comércio exterior e investimentos estrangeiros da vulnerável economia brasileira. Mas foi principalmente após a Segunda Guerra Mundial e com o início da era bipolar, que inevitavelmente, fosse por pressão ou por ingerência (ou ignorância?) política, o Brasil construiu sua própria conjuntura econômica influenciada pelos princípios do liberalismo americano, sem perceber que essa construção, já viria carregada com uma forte dependência político-econômica.

No período de consolidação democrática do Brasil a partir de meados da década de 90, os EUA aproveitaram-se dos resultados de seu *boom* econômico e consolidaram seu poder no espaço global. A economia americana seguiu em crescimento constante e carregou consigo o aumento do PIB e da qualidade de vida, o que fez despencar o desemprego, e o preço do barril de petróleo. Combinando esses fatores específicos dos americanos com uma certa estabilização econômica do Brasil, que foi resultado dos principais programas econômicos de Fernando Henrique Cardoso, o comércio bilateral entre os países começava a ter resultados modestos. Mantendo o alinhamento às políticas ocidentais liderada pelos EUA após a Guerra Fria e pelo temor do isolamento econômico como consequência de uma eventual ruptura com o Consenso de Washington, muito desse comércio bilateral foi realizado por meio de diversos acordos, tratados e negociações ratificados pelos dois países, mas liderados principalmente pelos EUA. A Rodada Uruguaiana para o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT), acordos de concessão apresentados a OMC, a Iniciativa para as Américas (IA), o Plano Brady, a Zona Hemisférica de Livre Comércio (ZHLC) e muitos outros planos comerciais, foram essenciais para que durante essa década, o comércio bilateral gerasse receita suficiente para contribuir com a estabilidade econômica do Brasil a longo prazo (Milani, 2011). A partir daí os americanos reconhecem mais segurança para colocar em prática novas estratégias de influência sob o Brasil, que ao longo do tempo foram sendo adequadas para também atender as necessidades americanas conforme a dinâmica da ordem global.

Com a escalada dos governos de esquerda, o comércio bilateral entre americanos e brasileiros continuou, mas sem que antes fosse proposto novos

reajustes e novos acordos para os resultados serem mais justos, melhor distribuídos e mais igualitários. Para Lula, o primeiro presidente de esquerda após a redemocratização, era importante que as relações comerciais acompanhassem e respeitassem os diferentes estágios de desenvolvimento que ambos os países se encontravam. Durante seu governo, o Brasil alcançou estabilidade suficiente para ter uma certa autonomia com a política externa e comercial, e por isso, o Brasil lidera uma onda de relações multilaterais estratégicas com os países da América Latina, bem como o fortalecimento dos blocos regionais, como o Mercosul e a Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), por exemplo, e ainda diversifica as relações multilaterais com países da África e da Ásia, incluindo nesse contexto, a China (Milani, 2011).

No entanto, mesmo com as transformações políticas ocorridas no Brasil, segundo o levantamento feito pelo Monitor do Comércio Brasil-EUA, da Câmara de Comércio Amcham Brasil, somente no primeiro semestre deste ano de 2022, o volume total de comércio entre os dois países bateu recorde e somaram uma receita de aproximadamente US\$42,7 bilhões de dólares, o que significa um aumento de 43,2% em relação ao mesmo período do ano passado<sup>28</sup>. Isso só mostra que mesmo com o comércio bilateral devidamente aquecido, os EUA já se tornaram o segundo principal parceiro comercial do Brasil desde 2009, ficando atrás apenas da China, que, constantemente, está a ampliar sua participação comercial com o Brasil.

Obviamente que isso desenvolveu-se na contramão dos interesses americanos, mas após o Impeachment da presidente Dilma Rousseff e com o desequilíbrio da economia internacional atingindo o Brasil, as duas potências econômicas perceberam que o Brasil entrou novamente em um enquadramento vulnerável a dependência político-econômica, o que faz com que China e EUA duem pelo posto de comandante deste Brasil subordinado. A China, que com a internacionalização de sua economia necessita de expansão devido à saturação comercial e industrial em seu território, percebe o potencial brasileiro como fonte de lucro, mas também como uma das fontes de desestabilidade da hegemonia norte-americana. Para eles, é necessário que a ideologia capitalista neoliberal seja freada para que outras economias possam fortalecer-se e por isso, o país insiste vivamente na credibilidade do multilateralismo. Para o povo e para as nações, o que resta fazer é ter sabedoria para progredir a própria política-econômica interna,

---

<sup>28</sup> Dados de Monitor de Comércio Amcham Brasil.

desenvolver o fortalecimento da própria governança e por fim promover uma independência econômica.

Lamentavelmente, a disputa entre a China e os EUA alcança não somente o Brasil, mas também toda a América Latina e os objetivos de ajuda mútua no desenvolvimento social e promoção econômica da região é secundarizado para que a imposição de suas hegemonias sejam prioridades na exploração das fraquezas institucionais dos países latinos. As relações bilaterais entre os envolvidos mantêm-se em atividade juntamente com a roda da economia internacional e a escolha de excluir qualquer um dos atores não pode ser uma opção, principalmente para os países em desenvolvimento, que precisam de opções e de estratégias de crescimento. É necessário que as relações comerciais internacionais estejam sempre aliadas à preservação da soberania nacional, à proteção dos interesses nacionais e ao desenvolvimento social, para que os rumos dessas relações acompanhem ou até mesmo, se tornem as transformações constantes da ordem global.

## **7 Amazônia - a herança do Brasil para o mundo**

No Brasil, os direitos ambientais são controlados pelo Governo Federal e ainda é regulamentado na Constituição Federal de 1988, e isso é algo considerado positivo aos olhos da comunidade internacional. No entanto, a fiscalização das áreas ambientais ainda é um processo moroso e atrasado e isso expõe, internacionalmente, a fragilidade político-normativa do país em lidar com as problemáticas ambientais. Essas fragilidades podem não ter tido um início exato, mas as críticas relativamente aos direitos e às normas de justiça social e ambiental, reconhecem que o Brasil vive em um preocupante estado de flexibilidade.

Os atos executivos, legislativos e administrativos, e as estruturas normativas das instituições ambientais nacionais, tem por missão fazer cumprir esses direitos previstos na Constituição Federal de 1988. No entanto, esse estado de flexibilização acelera a desconstrução desses direitos sócio-ambientais. Muitas são as mudanças e as evidências nesse sentido, mas vale atentar que a desconstrução das regras ambientais tem como objetivo revelado, a redução do nível de proteção ambiental, a redução das reservas legais e das áreas de proteção permanente, o perdão de

dívidas rurais dos grandes proprietários de terras e por fim, a tomada de terras indígenas e terras privadas dos pequenos e médios ruralistas locais.

Essa flexibilização expressa uma parte das mudanças que ocorrem com a renovação da base de poder conservador que, historicamente, já é inserido nos campos econômico e político no tocante à expansão do agronegócio, petróleo, energia, mineração, e pecuária na Amazônia e nos outros biomas mais férteis do Brasil. Por fazer parte da política nacional há décadas, o fenômeno foi capaz de criar raízes tão profundas que, dificilmente, os interesses das classes políticas conservadoras do sistema político nacional vão estar alinhadas a desconstrução dessa ideia de flexibilização. Particularmente no Brasil, as questões ambientais vem sempre acompanhadas pelos violentos massacres rurais e pela criminalização dos movimentos sociais, que se tornam mais graves a medida que a flexibilização das normas ambientais estejam em pleno mergulho na crise política e econômica do país. É principalmente nos momentos de crise que as mudanças das leis ambientais (travestidas de 'flexibilização' para passar a ideia de ser uma política moderada) são capazes de revelar um imenso desacordo entre normas legais *versus* proteção social *versus* proteção ambiental, e torna visível que o Estado não tem interesse nenhum em lidar com essas problemáticas.

Essa instabilidade doméstica abre espaço para o engrandecimento da situação no campo global. A falta de coerência entre a defesa do Brasil em fóruns multilaterais internacionais e suas políticas internas também é óbvia. Analistas destacam que os países que mais cooperam com o Brasil na área de proteção ambiental estão muito preocupados com a política ambiental instável do Brasil, e em última instância, isso impede a cooperação em diversas áreas e ainda diminui os investimentos internacionais.

No entanto, mesmo com a preocupação ambiental no campo diplomático e com a economia global cada vez mais dinâmica, tecnológica e exigente, a pauta ambiental e climática nas políticas econômicas internacionais segue um rumo muito lento. E mesmo com o pragmatismo do governo brasileiro e dos países que fazem parte da região amazônica, a expansão do comércio de commodities, o surgimento de novas potências econômicas (como, por exemplo, a China) faz com que a Amazônia seja também um espectro econômico potencialmente vantajoso. Internacionalmente, o avivar do interesse das potências globais, são compostos por fatores ambientais, geopolíticos e técnico-científicos.

O potencial amazónico vai muito além de ser somente o freio das mudanças climáticas; ela se apresenta como fonte de reservas de recursos para as estratégias da economia internacional. Ao possuir um quinto de toda a água doce do planeta, uma extensão de quase 7 milhões de quilômetros quadrados a ocupar nove países da América Latina (Brasil, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Suriname, Guiana e Guiana Francesa), uma enorme diversidade de fauna e flora e também uma vasta diversidade de riquezas minerais essenciais para a indústria global, nomeadamente petróleo e gás natural, minério de ferro, ouro, diamante, manganês, urânio, alumínio, nióbio, cobre, chumbo, níquel, cromo e muitos outros, é óbvio que, mesmo com as instabilidades políticas nacionais, a região não deixou de receber por completo investimentos estrangeiros.

Principalmente no setor de mineração, os grandes empreendimentos estrangeiros no território brasileiro vieram principalmente do Canadá e da China (sendo este de forma indireta?). Na América Latina, o Canadá vai além da produção de petróleo na Amazônia colombiana. De acordo com os dados fornecidos pelo The Dialogue no estudo de 2020, o Canadá aparece na frente com 23 projetos de investimentos em mineração em terras brasileiras e que estão distribuídos entre 197 empresas que iniciaram suas atividades através da concessão das respectivas áreas pelo governo brasileiro. Para o instituto:

“Junior exploration companies own the largest share of mining projects in the Amazon while major mining companies operate few projects and state-owned companies are essentially absent. Foreign companies, particularly from Canada, Australia, and the UK, own the greatest share of equity in Amazon mining projects.”  
(The Dialogue, 2020)

Já no setor energético, o The Dialogue (2020) constata que a China vem na frente dos países europeus com a sua mais poderosa empresa no ramo, a China Three Gorges. A empresa entrou no Brasil ao comprar a participação do governo português na empresa EDP e por isso, a estatal chinesa tem atualmente o maior protagonismo no cenário macro económico energético do país, investindo não somente na distribuição de energia elétrica, mas também na produção, cooptação e/ou construção de hidrelétricas, parques eólicos e termelétricas. Ao considerar o facto que ainda hoje o Brasil é um dos países com o maior potencial energético do mundo, em 2014, a Three Gorges busca parceria com a estatal brasileira Eletrobras

Furnas para a construção de um conglomerado de usinas ao longo do Rio Tapajós, principal afluente do Rio Amazonas (Locatelli, 2017).

Firmado entre a presidente Dilma Rousseff e o presidente chinês Xi Jinping, o acordo foi cercado de polêmicas no quesito ambiental, e a principal delas foi sobre a criação da Medida Provisória n.º 558/2012. Com a acusação de atender aos interesses das grandes corporações chinesas, a medida tinha como principal objetivo alterar as fronteiras de sete unidades de conservação ambiental da Amazônia ao subtrair dessas unidades a área que seria alagada pelos reservatórios das usinas. Isso implicaria em reduzir uma grande área de florestas protegidas por lei e ainda afetar o desenvolvimento das comunidades indígenas e ribeirinhas pertencentes àquela região.

Mesmo com a polêmica das hidrelétricas do Rio Tapajós, a bancada ruralista do Congresso Nacional, ainda considerava que o governo de Dilma Rousseff apertava o cerco contra a flexibilização das regras ambientais, mas com a chegada de Michel Temer no cargo, o projeto ambiental foi engordado com uma ampla gama de ações, medidas provisórias, projetos de lei e propostas de EC para atender à agenda de interesses históricos dos principais atores rurais e mineradores, tanto nacional, quanto internacional. Ao caminhar nesse sentido, em 2017 Michel Temer decreta o fim da Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (RENCA) e carrega consigo, o fim da atuação da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). Desde 1984, a estatal CPRM era a única empresa permitida a atuar na Reserva para fazer o trabalho de pesquisa e mapeamento das ocorrências minerais e seus respectivos potenciais de exploração. Após estabelecer os limites dos parâmetros de exploração que fossem de acordo com a capacidade ambiental e de acordo com as leis nacionais, as empresas privadas poderiam atuar na área desde que seguissem as regras estabelecidas pela estatal e pelo governo.

No entanto, o fim da reserva e conseqüentemente, a redução de atuação da CPRM, abriram novas portas para que o aproveitamento mineral do país corresse um enorme risco de exploração desenfreada, espoliação, esgotamento precipitado, além do impacto ambiental devido à falta de regulamentação e planejamento estratégico do manejo desses recursos naturais. E isso, claro, encheu os olhos de diversas mineradoras nacionais e principalmente as estrangeiras, que com uma maior capacidade de investimento e logística, levariam enormes lucros com suas fatias de terra. Novamente, o Canadá tornou-se servido. Cinco meses antes da



divulgação oficial do decreto, em março de 2017, ao participar do congresso Prospectors and Developers Association of Canada, o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, já adiantou aos canadianos, os planos da extinção da reserva, declarando a criação de Agência Nacional de Mineração e sinalizando que isso era só o início de um extenso programa de flexibilização das regras de mineração (Senra, 2017).

A declaração passou despercebida pelos olhos do povo brasileiro, que prestava mais atenção na tramitação de um antigo PL n.º 1610/96 que permitia a exploração mineral em terras indígenas, já que a dizimação de grupos nativos aumentava vertiginosamente, e gerava uma onda de indignação social. No entanto, com a divulgação oficial do fim da RENCA, uma nova onda de indignação se espalhava pelo Brasil, políticos brasileiros e empresas canadianas declamavam argumentos muitas vezes incoerentes de quem não conhecia a realidade violenta da mineração nacional. Os argumentos de que a presença dessas empresas inibiria a grilagem e o garimpo ilegal, ajudariam a preservação ambiental e os impactos ambientais seriam mínimos (considerando que uma área equivalente ao tamanho da Dinamarca seria explorada, de início), iam criando na mentalidade da sociedade a ideia de que tudo isso iria ser revertido para o bem do país e do povo brasileiro (Rossi, 2017).

A grandeza da indignação social atravessou as fronteiras do Brasil e do Canadá e o assunto começava a gerar consequências internacionais ao Brasil, principalmente com os países investidores do Fundo Amazônia. A Noruega, por exemplo, principal financiador para a proteção da floresta amazônica, fez questão de anunciar um corte de quase R\$200 milhões de reais no financiamento, após constatar que o avanço do desmatamento era fruto de uma enorme ingerência política (Jornal Nacional, 2017). Já no cenário doméstico, muito dos debates entre apoiadores e opositores navegavam no campo político-nacionalista, na defesa da soberania nacional e das riquezas pertencentes ao país. Muitos operadores do direito apontaram uma série de inconstitucionalidades, fragilidades e lacunas nas normas do decreto que claramente não seriam solucionados. Sob muita pressão, Michel Temer se viu obrigado a revogar por completo o decreto, mas não descartou um novo debate para a aprovação em um futuro próximo.

No quesito inconstitucionalidade, as Constituições brasileiras ao longo da história, sempre tendiam a regular, mesmo que de forma mediana, a entrada,

permanência e atuação de empresas estrangeiras no território nacional; e com a atual Constituição Federal de 1988 a tendência não foi diferente. Com o fim da ditadura e com o início da redemocratização do país, a época foi marcada pela forte ideia de uma internacionalização econômica globalizada. Isso serviu de influência para que as legislações ambientais até o início dos anos 2000 seguissem um caminho um pouco tendencioso. Mas foi em 2002, que durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi enviado para o aval do Congresso Nacional o PL n.º 7492/02 que regulava a concessão de aproximadamente 50 milhões de hectares de terras públicas, fossem elas federais, estaduais ou municipais, para a iniciativa privada, fosse nacional ou estrangeira.

Isso só mostra que a presença estrangeira na Amazônia brasileira é temporalmente histórica e vai muito além da forma de atuação dessas empresas; ela caminha ao encontro de ferramentas que somente o poder econômico que lhes são atribuídos podem usar para gerenciar uma economia fraca que viabiliza o aproveitamento, muitas vezes desenfreado, dos recursos naturais e dos patrimônios públicos.

## **8 O Brasil pós-eleições 2018 e o legado para a Ordem Mundial**

Com o fim do mandato de Michel Temer em 2018, as eleições que ocorreram naquele mesmo ano, para muitos, seriam as eleições da mudança, as eleições que iriam pôr um fim a crise política dos últimos anos. No entanto, uma crise é um processo. O seu início e o seu fim não acontecem da noite para dia, não possui uma delimitação temporal exata que de repente muda a vida dos cidadãos de forma súbita. Nem mesmo possui uma personagem ou representante específico que seja a concretização do início, meio e fim de uma crise. A crise em si, é um processo, muitas vezes moroso e doloroso, que surge e termina de forma gradativa, muitas vezes imperceptível que aos poucos adentra na vida política, social e econômica de um país. Dessa forma, convém afirmar ser errado dizer que a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência da república, nas eleições de 2018, significaria o fim da era de crise.

O resultado das eleições de 2018 ainda fez parte do processo de crise. Ele expôs e concretizou um fenômeno obscuro de raízes muito profundas, que de tão profunda, era invisível, mas não inexistente. Neste momento final do trabalho, será

analisado de forma breve o fenômeno do Bolsonarismo após todo o intenso e profundo abalo político dos últimos anos e como isso ainda não pode ser considerado o fim da crise política, a não ser, mais um fato histórico que pode inspirar novos rumos para a próxima eleição presidencial em 2022.

Desde a redemocratização do país em 1985, a disputa presidencial brasileira polarizou-se basicamente entre esquerda e direita, nomeadamente entre PT e o PSDB. No entanto, com a ascensão do governo de esquerda no país, algo novo, no qual o Brasil nunca havia passado, e com ela uma nova estrutura de base que foi capaz de mudar a diretriz política económico-social do país, começou a haver uma reconfiguração do mapa eleitoral nacional. A crise política que veio a seguir, foi um dos reflexos dessa reconfiguração que acabou por mostrar que, no Brasil, a mudança é algo a ser temido. Isso é grave. Segundo a prática histórica da sociedade brasileira, em tempos de crise, a sociedade em geral tende a se readaptar de forma a proteger o que tem: a elite social e a classe média, os seus privilégios políticos e económicos; e a classe baixa de trabalhadores e os que vivem abaixo da linha da pobreza, suas poucas conquistas sociais. A chegada de Jair Bolsonaro à presidência intensificou ainda mais as lutas dessas duas frentes sociais e por isso, inevitavelmente, distanciou o país para longe do fim da crise política. E isso não só aconteceu pelas significativas mudanças políticas e económicas resultantes do período de transição do poder que desnivelou ainda mais a diferença entre ricos e pobres, mas também pela propagação e normalização de ideias extremistas e pela massiva campanha de superveniência aos interesses norte-americanos, que encabeçada por ele próprio acentuaram as diferenças ideológicas que dominaram e ainda dominam o cenário nacional.

Nessa concepção, as políticas públicas de proteção social agregadas às políticas de valorização do trabalho, mesmo que relativamente eficiente e pacífica, passaram a ser consideradas as causas do declínio da condição de vida social das classes privilegiadas e por isso, dizia ser necessário combater aqueles que eram “sustentados” pelo Estado. A partir daí, milhares de ideias democráticas eram distorcidas, ideias extremistas eram incrementadas e a grande média, juntamente com o domínio das redes sociais e a vitória de Donald Trump nas eleições norte-americanas teve seu peso na formação de uma falsa consciência política que se aproveitou do fraco pensamento pouco estruturado do eleitor brasileiro e conseguiram resultados que ultrapassaram a necessidade de debater temas

importantes da vida política, econômica e social do país. Por causa disso, diversos assuntos ficaram à mercê da manipulação e a sociedade acabou tornando-se uma alavanca de manobra política e que agora constitui uma das peças-chave para entender o que levou Bolsonaro ao poder.

Termos como fakenews e nomes como Cambridge Analytica se tornaram comuns em uma ampla variedade de ambientes de discussão política e além de toda a distorção da estrutura política nacional, infelizmente veio também impor graves consequências sociais através da criminalização dos movimentos de oposição, desvalorização das minorias, degradação da imagem dos movimentos feministas, dos homossexuais, dos índios, dos negros e outras minorias políticas, que nunca, em governo nenhum, deixaram de ser alvo de desprezo pelo elitismo brasileiro. Mesmo com uma campanha contra a divulgação de notícias falsas, a mesma não foi páreo o suficiente para mudar o sentimento antidemocrático que surgia, nem mesmo para deter os neofascistas, os conservadores, os simpatizantes das ditaduras militares, os fanáticos religiosos, os terraplanistas, os ultranacionalistas, negacionistas, empresários nacionais e internacionais, empresários do lobby de armas, etc., que surgiam ao longo da rejeição que estava enrustida por mais de 20 anos e agora via um terreno fértil para conquistar redutos históricos onde nem o lulismo jamais conseguiu alcançar com sucesso e assim, mudar a consciência social. (Amorim, 2021).

O discurso de Bolsonaro refletiu-se horizontalmente na política interna e atingiu candidatos federais, estaduais e municipais, assim como também chamou a atenção dos defensores dos interesses corporativos e dos valores autoritários, além dos atores populistas de extrema-direita de outros países, que enxergavam os EUA do recém eleito Donald Trump e o Brasil de Bolsonaro, como sendo os mais novos casos de sucesso na revanche travada contra os preceitos sociais da democracia e do estado de direito. Ao redor do mundo, é nítido que hoje, muitos apoiadores e simpatizantes viram e veem esse movimento de libertação (travestida de opressão ou radicalidade) como sendo uma representação das conquistas dos agentes de mercado que advogam para conceder uma maior eficiência no funcionamento de entidades políticas e econômicas, com poderes independentes da influência política tradicional democrática e até mesmo de governos instituídos democraticamente. Isso só mostra que a visão integrada de governos como esses, são consistentes com as políticas regidas pelas regras de mercado que ultrapassam até mesmo as

ideias neoliberais mais tradicionais e por isso, tem como principal objetivo reduzir o impacto da influência política no espaço de quaisquer decisões económicas e sociais e assim sufocar a democracia de muitos países.

Para tentar entender o legado que o Brasil pode deixar para a ordem mundial, é necessário analisar dois possíveis cenários completamente distintos: o primeiro seria o cenário da perpetuação do modelo extremista de governança seja nos campos político, social e económico, que torna a rota do governo instável e vacilante independente de Bolsonaro ou Trump. Já o segundo cenário, seria fruto da moderação ideológica entre esquerda e direita para obter um equilíbrio na governança interna e externa enquanto promove um desenvolvimento social doméstico eficiente. No primeiro cenário, o governo de Bolsonaro juntamente com o governo de Donald Trump diante do contexto regional internacional, podem ser considerados o fio único do curto pavio de uma bomba de desordem e fragilidade que está na iminência de cair sobre a América Latina. Essas duas gigantes economias em que uma representa o norte (EUA) e a outra representa o sul (Brasil), podem constituir-se como dois fatores decisivos para as regras de integração do continente sob o comando americano e que podem tornar-se relevantes para a ordem política latino-americano. No contexto internacional global, essa integração hemisférica pode representar uma escolha estratégica, feita para conter os avanços dos países europeus e asiáticos no campo económico.

No segundo cenário, a continuidade do governo Bolsonaro fica comprometida pela eleição de Joe Biden em 2021 e pelas eleições presidenciais brasileiras em 2022, que diante de uma coligação inédita na história do país, os principais partidos opositores entre si: PT e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) também comprometem a continuidade de seu governo. Com Joe Biden, isso não quer dizer que os planos de Washington para a América Latina começaram a mudar sistematicamente; assim como a coligação dos partidos brasileiros também não quer dizer que a direita brasileira abraçou de vez as causas esquerdistas para a plano da política nacional. O que se tem agora é uma nova frente de combate ao extremismo desenfreado que não somente atrapalhou os planos da oposição, mas também os planos da própria direita moderada e que agora, ambas as categorias políticas, têm que lidar com as consequências que acabaram por invadir o campo internacional também. Nesse sentido, nota-se que os interesses de ambos os países podem divergir e, ao mesmo tempo, convergir, dependendo da vontade política dos líderes

envolvidos. O Brasil pode simplesmente integrar as perspectivas dos países vizinhos, buscar melhorar as promoções de desenvolvimento, enfrentar o domínio dos países do norte, ser garantidor da ordem e da harmonia, como também pode ser o repressor, pode reduzir sua capacidade de agir de forma autónoma e efetiva, independente dos fatores internos e externos, e pode não ter êxito na solução de suas pendências políticas internas. Tudo dependerá do quão longe o país quer ir para proteger sua democracia e sua soberania diante da vertiginosa política de intervenção que tenta a todo custo, garantir e manter os poderes hegemônicos das grandes nações.

Com esses cenários em aberto e, conhecendo o histórico norte-americano na luta pelo controlo da hegemonia económica mundial, vale ressaltar o papel das três superpotências do cenário internacional deste século XXI: Estados Unidos, União Europeia e China. Dessa forma, vale questionar se o protagonista continua a ser os Estados Unidos, que ainda tem suas capacidades militares intransponíveis, mas está claramente disposto a intervir unilateralmente quando se sentir ameaçado, mesmo que economicamente já não esteja no seu auge. No entanto, a questão da preeminência norte-americana é um processo que requer manutenção e os resultados não são propriamente imediatos. Para dar continuidade a sua hegemonia perante os demais atores, o país ainda busca manter sua participação direta no controlo da política da Aliança Atlântica, visa assumir a liderança no papel de segurança no Médio Oriente e na Ásia quando este envolve China e Hong Kong, e tem em vista consolidar punições às práticas comerciais chinesas. Mas na América Latina, o país colocou em debate o projeto da Iniciativa das Américas para a criação da ALCA como sendo a representação de uma renegociação do sistema comercial para manter o controlo dos Estados Unidos na região.

Considerando que a Cúpula das Américas, criada em 1994, também tem um objetivo político claro, o qual é o de enfraquecer as relações entre a Comunidade Europeia e a América Latina, ao somar com as diretrizes da ALCA, o peso do domínio norte-americano é ainda mais ampliado. Na Rodada do Uruguai, a discussão sobre o GATT, deu ênfase aos interesses retóricos e políticos que provaram que a proposta da Iniciativa das Américas era um elemento da pressão dos Estados Unidos para enfraquecer o Grupo da Comunidade Europeia e o Japão. O livre comércio dos Estados Unidos com a América Latina, por exemplo, constituiria aos Estados Unidos uma forte oposição económica e armamentista que se

desenvolveria sob o manto do protecionismo de sua agricultura para com os países europeus. O axioma por trás desse raciocínio é que: não importa como o sistema bipolar seja desfeito, a área de influência permanecerá e no atual momento de proliferação extremista pelo mundo, se houver governos subservientes como o de Bolsonaro, será mais fácil limitar o crescimento económico de outros países, dominar mercados e acordos comerciais e ainda reduzir a importância política na tomada de decisões internacionais.

Com a conivência do atual governo brasileiro diante dos interesses norte-americanos, insta analisar que a intenção de evitar o surgimento de novas lideranças sub-regionais independentes, não representa uma pauta de um presidente específico na agenda norte-americana para a integração regional da América Latina. Eliminar o papel do Mercosul como agente de consolidação das expectativas de integração sul-americana diante da implementação estratégica na construção de um grupo mais integracionista e uma meta prioritária que não é nova. O problema é que com a crise política no Brasil a ideia de suprimir novos instrumentos de participação política internacional, infelizmente vem sendo concretizado em consonância com a falta de clareza e definição sobre o que realmente é o atual projeto nacional do Brasil diante da conjuntura internacional no pós Impeachment. Nesse contexto, é difícil definir os contornos exatos da política económica que o governo de Bolsonaro tende a adotar. Isso não ocorre apenas porque a ordem mundial é extremamente dinâmica, mas também porque a rota do governo de facto, é instável. E isso, a longo prazo, pode tornar a participação do Brasil cada vez mais pequenina e insignificante no cenário internacional, podendo transformar o país em um pária da diplomacia internacional que não deixará legado nenhum para o melhoramento das relações internacionais no âmbito da construção de uma nova ordem mundial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações internacionais que ganharam destaque nos últimos tempos dada a boa relação entre países, visando cooperação mútua e acordos que zelavam inclusive pelos direitos humanos, se esvaíram nos últimos anos de história do Brasil. As interferências estrangeiras no sistema político brasileiro, que poderiam ser capazes de gerar um legado de crescimento e avanço, teve o efeito reverso. Estudiosos que aguardavam um levante do país com destaque ao seu crescimento e sua chegada ao G-20, assistem ao dismantelo de um país desgovernado.

Historicamente, o papel pacífico do Brasil no manejo de suas relações internacionais remonta a 1876, quando ao iniciar sua carreira diplomática, José Maria da Silva Paranhos Júnior, mais conhecido também como o Barão do Rio Branco, colocou o país no circuito mundial. Patrono da diplomacia brasileira, o Barão promoveu a reconciliação amigável com os países americanos e europeus, deu o tom para os rumos da política internacional ao longo dos anos ao mesmo tempo em que superava dois períodos de autocracia interna, duas guerras mundiais e muitas tensões pelo mundo. Foi nas sementes lançadas no início do século XX que o Brasil manteve o sucesso nas relações com a comunidade internacional e ganhou posição de destaque em importantes instituições como a ONU e a Organização Mundial da Saúde (OMS). A política comprovou que esse prestígio era razoável. Pelo menos até agora.

Desde 2016, a falta de diplomacia deixou o Itamaraty em destaque. Mas foi em 2019, sob o comando do Ministro Ernesto Araújo e com o apoio de Jair Bolsonaro, as frases que lançavam dúvidas sobre a seriedade de instituições como a OMC e o Mercosul virou panfleto político, e logo tiveram resultado: a decadência da imagem diplomática do país. O Brasil dá lugar a um sinal de alerta que mostra o que está a acontecer na maior economia da América Latina, já que a falta de comprometimento do governo nas relações diplomáticas manchou toda a história de sua construção. Se os problemas internacionais não bastam, o isolamento político e econômico são um risco real, e que, mais do que nunca, aproxima o país ao período anterior de Barão do Rio Branco.

A Ordem Mundial é entendida como o *background* econômico, político e militar entre os países no âmbito internacional. Após a queda do Muro de Berlim e com o fim da Guerra Fria em consequência da extinção da URSS, foi dado início a uma



Nova Ordem Mundial onde o sistema capitalista consolidou-se dominante no mundo. Este período consolidou de forma económica e política novos países com capacidades dominantes, como o Japão, Estados Unidos, União Europeia e China, que possuem características únicas capazes de criar uma nova perspectiva no relacionamento com outros países; é o chamado multipolaridade, É facto que no passado de um mundo bipolar, eram os níveis de desenvolvimento económico, o imperialismo, o desenvolvimento armamentista e espacial que determinavam o ritmo do desenvolvimento dos países, (embora que ainda hoje, organizações militares como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), por exemplo, ainda são importantes) mas hoje, outros fatores passaram a ter mais importância (mesmo não sendo prioridades) no rol de desenvolvimento dos Estados, como o crescimento social e desenvolvimento económico sustentável. Atualmente, o mundo ainda segue está polarizado, não entre duas nações específicas, mas regionalmente entre leste x oeste e norte x sul, porém, são complementados pelas divergências regionais entre suas áreas de influência.

Desde a década de 1970, as democracias liberais em todo o mundo enfrentaram enormes desafios para manter seus fundamentos de legitimidade. O aumento da taxa de abstenção e o declínio da taxa de apoio do sistema democrático são apenas alguns dos fatores que refletem essa crise de legitimidade. Isso fez com que nas democracias mais consolidadas as pessoas percebessem que seus padrões de vidas começaram a ser estagnados e nas democracias mais jovens, a sociedade pôde ver que a consolidação democrática ainda era um tortuoso caminho. Dessa forma, é preciso lembrar que o Brasil teve uma ditadura de longa data na esfera política. A construção de uma cultura política democrática que seja duradoura nunca foi o objetivo principal e também não faz parte do quotidiano nacional, porque em se tratando de democracia, o Brasil é um país relativamente novo. Trinta e dois anos de uma democracia diante da atual dinâmica da ordem mundial, não significa tempo suficiente para solidificar o que foi construído até agora e por isso, ainda é difícil desenraizar a cultura autoritária do cenário político nacional. Diante deste facto, uma mudança no comportamento geopolítico do governo brasileiro foi necessário para inserir-se na nova ordem mundial e com a volta da democracia na década de 1990, o governo brasileiro seguiu as diretrizes do Consenso de Washington, instrumento político que pressionavam os Estados recém democráticos e/ou emergentes na adoção de políticas neoliberais para minimizar a participação do

Estado na economia e garantir uma abertura económica voltada para o desenvolvimento da iniciativa privada nacional e internacional.

O autoritarismo é pretensioso, mesmo quando o sistema democrático está relativamente funcionando. O uso da força sempre girou em torno de nossa história republicana. Por décadas, o termo “golpe” foi um cartão que permaneceu em uso durante um impasse. Ele foi usado inúmeras vezes desde 1889. A maior parte da elite política brasileira nunca compreenderam e ainda não compreendem que em um sistema democrático, ele deve coexistir com diferenças, pluralismo, alternância de poder e respeito pelo sistema democrático, pelo sistema eleitoral e pelo povo soberano. No silêncio, o povo não entende que a democracia é a única possibilidade de enfrentar a desigualdade social - e este é um dos países mais desiguais do mundo. Vivemos o pior momento político desde a promulgação da Constituição em outubro de 1988. Esta é a crise mais longa e profunda, principalmente porque atinge todas as instituições políticas. A pandemia de COVID-19 exacerbou ainda mais a instabilidade política e trouxe terríveis consequências sociais e económicas. A combinação anormal de várias crises relacionadas à falta de liderança política paralisou o país. Como não houve sequer tempo de vácuo de poder, esse espaço foi rapidamente ocupado por um grupo que, por definição, estava completamente cego pela ambição e despreparado para governar.

Diante da nova ordem mundial, uma das maiores economias emergentes do mundo começou a ser controlada por um grupo que vincula o desejo de indulgência ao extremismo político inconstitucional e de antiestado e essa combinação perigosa transformou profundamente o Brasil mais do que qualquer outro governo democrático. No entanto, isso não pode excluir que em uma parte de sua história, o Brasil teve, sim, sua relevância política no cenário internacional. No passado, o Brasil foi capaz de integrar as perspectivas não somente dos países vizinhos como também com países da África e Ásia, buscou melhores condições para promover o desenvolvimento e foi capaz de formar várias frentes internacionais contra o domínio dos países desenvolvidos, sendo que ainda hoje, as mais importantes foram: o fortalecimento do Mercosul na integração do bloco com os outros países da região; o fortalecimento político da união da América Latina para estabelecer medidas contra os Estados Unidos nas questões sobre a ALCA; e a integração ativa no grupo do BRICS, nos quais os principais Estados economicamente emergentes reúnem-se para promover operações estratégicas na política e na economia interna e

internacional.

Mesmo com a mudança brusca da realidade política do Brasil, esse passado histórico conseguiu deixar resquícios de consequências relevantes na ordem mundial que é até possível senti-los ainda hoje. Porém, as transformações ocorridas ao longo dos últimos anos, faz lembrar que para voltar a seguir este caminho de liderança integrativa, uma vez que já foi feito pelo Brasil, o desafio agora vai muito além da mudança de governo e inclui a necessidade de despertar um comportamento geopolítico capaz de configurar uma significativa e mais afirmativa mudança na ordem mundial de forma que seu impacto vá muito além da transformação das políticas regionais e outras eventuais e pontuais mudanças internacionais. É preciso que este despertar tenha seu impacto na estrutura do sistema internacional, mas de forma que não seja realizada com base nos conflitos com as grandes nações económicas, mas sim porque os problemas globais atuais exigem e devem ser solucionados de forma multilateral e equilibrada.

## REFERÊNCIAS

AEPET. Associação dos Engenheiros da Petrobras (2015, Maio 27). **As 14 principais razões por que a Petrobrás deve ser a operadora única no pré-sal.** <http://www.aepet.org.br/noticias/preview/12530/AEPET-apresenta-14-razes-em-defesa-da-Petrobras-como-operadora-unica-do-pr-sal>.

AEPET. Associação dos Engenheiros da Petrobras. (2012). **O Petróleo é nosso.** <https://www.aepet.org.br/w3/index.php/periodicos/publicacoes-eletronicas/revistas/item/8043-o-petroleo-e-nosso>

Almeida, P. R. (2008). **O Brasil e o BRIC: O Questionamento de um Conceito.** Revista Nueva Sociedad. <https://nuso.org/revista/brasil-no-mundo/>

Amorim, F. (2021, Mar. 28). **O estranho bolsonarismo e seus elementos centrais.** Outras Palavras. <https://outraspalavras.net/direita-assanhada/o-estranho-bolsonarismo-e-seus-elementos-centrais/>.

Anderson, P. (2008). **Balanço do Neoliberalismo.** In Gentili, P.; Sader, E. (Orgs.), Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. (pp: 9-23). Editora Paz e Terra.

Angelo, C. (2020, Setembro 1). **O Inpe é o novo Ibama.** Associação Mineira de Defesa do Ambiente. <https://www.amda.org.br/index.php/comunicacao/opiniao/6009-o-inpe-e-o-novo-ibama> Estrada

Ayerbe, L. F. (2002). **Estados Unidos e América Latina – A Construção da Hegemonia.** Fundação Editora Unesp. [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&coobra=17840](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&coobra=17840)

Baltar, P. E, A. & Krein, J. D. (2013). **A Retomada do Desenvolvimento e a Regulação do Mercado do Trabalho no Brasil.** Caderno CRH. Vol: 26(68). pp. 273-292. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792013000200005>

Banco Central do Brasil. (2009). **Taxas de juros básicas – Histórico.**

<https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>

Baptista, E. A. (2018). **Corrupção e Opinião Pública: O Escândalo da Lava Jato no Governo Dilma Rousseff**. [Tese de Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório UFMG. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B6WGBG>

Bastos, P. P. Z. (2017). **Ascensão e Crise do Governo Dilma Rousseff e o Golpe de 2016: Poder Estrutural, Contradição e Ideologia**. Revista de Economia Contemporânea. Nº Esp. pp: 1-63. <https://doi.org/10.1590/198055272129>

Bertholini, F. & Pereira, C. (2017). **Pagando o Preço de Governar: Custos de Gerência de Coalizão no Presidencialismo Brasileiro**. Revista de Administração Pública. Vol: 51(4). pp. 528-550. <https://doi.org/10.1590/0034-7612154969>

Biblioteca da Presidência da República. **Biografia**. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/biografia>

Bobbio, N. (2000). **Liberalismo e Democracia**. (6º ed). Editora Brasiliense, 2000. [https://www.academia.edu/31990637/Bobbio\\_norberto\\_liberalismo\\_e\\_democracia](https://www.academia.edu/31990637/Bobbio_norberto_liberalismo_e_democracia)

Boito J. A. (2018). **Reforma e Crise Política no Brasil: Os Conflitos de Classe nos Governos do PT**. Editora da UNICAMP. Editora UNESP

Bojikian, N. M. P., Mariano, K. L. P., & Thomaz, L. F.. (2022). **O Acordo de Alcântara e o Desenvolvimentismo Oculto dos Estados Unidos**. Caderno CRH, 35 (Cad. CRH, 2022 35), e022006. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v35i0.47382>.

Borges, A. (2012, Maio 25). **Em silêncio, governo começa a tocar usinas do rio Tapajós**. Valor Econômico. <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2012/05/25/em-silencio-governo-comeca-a-tocar-usinas-do-rio-tapajos.ghtml>

Braz, M. (2017). **O Golpe nas Ilusões Democráticas e a Ascensão do Conservadorismo Reacionário**. Serviço Social & Sociedade. Nº 128, pp. 85-103. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.095>.

Castelo B. R. (2009). **O Novo-Desenvolvimentismo e a Decadência Ideológica do Estruturalismo Latino-Americano**. Revista Oikos. Vol: 8(1). pp: 71-91.  
<https://revistas.ufrj.br/index.php/oikos/article/view/51775>

Castro, H. C. O. (2014). **Cultura Política Comparada: Democracia e Mudanças Econômicas: Brasil, Argentina e Chile**. Verbena Editora. Não começou

Castro, J. A. (2015). **Política Social e Desenvolvimento no Brasil. Economia E Sociedade**. Revista Economia e Sociedade. Vol: 21(4). pp: 1011–1042.  
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8642270>

Celestino, M. C. L. (2019). **Fluxos de Investimentos Estrangeiros Diretos e Cooperação Sul-Sul: o desenvolvimento econômico brasileiro e sua influência nos demais países da América latina [1990 - 2018]**. Espaço e Economia - Revista Brasileira de Geografia Econômica. Vol: VIII(16). pp: 1-15.  
<https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.9926>

Cepik, M. (2003). **Sistemas Nacionais de Inteligência: Origens, Lógica de Expansão e Configuração Atual**. Dados - Revista de Ciências Sociais. Vol. 46(1). pp.75-127, (2003) [www.tinyurl.com/zkaklrf](http://www.tinyurl.com/zkaklrf)

Chevalier, J. J. (1980). **As Grandes Obras Políticas – de Maquiavel a Nossos Dias**. (8º Ed.) Editora Agir.

Codato, A., Bianchi, A., Teixeira, A., C., C., Koerner, A., Bolognesi, B., Rocha, C., Martínez-Escobar, F., Schilling, F., Sánchez-Gomes, J., T., Villazón, J., T., Roeder, K., M., Tatagiba, L., Faganello, M., A., Moraes, R., C., Cavalcante, S., Silveira, S., A., Trindade, T. & Lima, V., A. (2015). **Direita, volver! O Retorno da Direita e o Ciclo Político Brasileiro**. Editora Fundação Perseu Abramo.

Costa, P. E. (2010). **Bloco no Poder e Governo Lula: Grupos Econômicos, Política Econômica e o Novo Eixo Sino-Americano**. [Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro]. Dissertações e Teses PPGE IE-UFRJ.  
<https://www.ie.ufrj.br/pos-graduacao-j/pos-graduacao-em-economia/ppge-dissertacoes-e-teses.html#doutorado>

Coutinho, C. N. (1984). **A Democracia como Valor Universal e outros ensaios**.

Editora Salamandra.

Dall'agnol, A. C. & Silveira, J. R. F. (2015 Set. 10). **Democracias em Xequê**. [Teoria Política e Pensamento Social Brasileiro]. I Seminário Internacional de Ciência Política. Anais do I Seminário Internacional de Ciência Política. Porto Alegre <https://www.ufrgs.br/sicp/anais/teoria/>

de Lima, J. (2017). **As Relações do Brasil com o FMI na Gestão do Governo Lula**. Revista Praia Vermelha. Vol. 23(1). pp: 153-175. <https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/9638>

de Seixas, E. P., (2006). **Comércio Bilateral Brasil-China**. [Monografia de Final de Curso. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro]. Departamento de Economia. <http://www.econ.puc-rio.br/publicacao/busca/7/pagina?data=2006&pagina=4>.

Delgado, G. O., Nascimento, G. & da Silva, R. M. (2020). **O Governo Temer e o Avanço Autoritário das Contrarreformas no Campo Educacional**. Revista Marx e o Marxismo - Revista do Niep. Vol. 8(15). pp: 335-358. <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/360>

DIEESE: Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. (2014). **Brics, Acordo de Reservas e o Novo Banco de Desenvolvimento: rumo à institucionalização do bloco**. Nota Técnica. (139)

Dias, M., C., L., C. (2016). **A Proposta Socialista de Marx e Engels e Possíveis Atualizações**. Revista Politética - Revista de Ética e Filosofia Política. 4(2). (pp: 36-46). <https://revistas.pucsp.br/index.php/PoliEtica/article/view/31417>.

Engels F. (1880). **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. (66º ed.) Editora Moraes.

Esquerda. (2016, Fevereiro 17). **Conheça a China Three Gorges**. <https://www.esquerda.net/en/artigo/conheca-china-three-gorges/41300>

Estrada, G. & Bourcier, N. (2021, Abril 9). **Le naufrage de l'opération anticorruption « Lava Jato » au Brésil**. Le Monde Français.

[https://www.lemonde.fr/international/article/2021/04/09/au-bresil-une-operation-antico-ruption-aux-methodes-contestables\\_6076204\\_3210.html](https://www.lemonde.fr/international/article/2021/04/09/au-bresil-une-operation-antico-ruption-aux-methodes-contestables_6076204_3210.html)

Filgueiras, F. (2008). **Corrupção, Democracia e Legitimidade**. Editora UFMG. [https://www.researchgate.net/publication/329029030\\_Corruptao\\_democracia\\_e\\_legitimidade](https://www.researchgate.net/publication/329029030_Corruptao_democracia_e_legitimidade)

FIORI, J., L., (2013). **O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI**. In: SADER, Emir (org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais*. pp: 31-51. Editora Boitempo.

França, S. F. (2005). **Processo de ocupação da Amazônia e suas estratégias de integração, desenvolvimento e segurança**. *Revista Múltipla*. Vol: 12(18). pp: 137–161. <https://upis.br/publicacoes/revista-multipla>

G1. (2013, Setembro 1). **Documentos da NSA apontam Dilma Rousseff como alvo de espionagem**. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/09/documentos-da-nsa-apontam-dilma-rousseff-como-alvo-de-espionagem.html>

G1. (2013, Outubro 10). **Ministério de Minas e Energia foi alvo de espionagem do Canadá**. <https://g1.globo.com/politica/noticia/2013/10/ministerio-de-minas-e-energia-foi-alvo-de-espionagem-do-canada.html>

Galvão, A. (2016). **Political action of the Brazilian labour movement: issues and contradictions facing PT governments**. *Studies in Political Economy*. Studies in Political Economy. Vol. 97(3). pp: 175-190. [https://www.academia.edu/81935523/Political\\_action\\_of\\_the\\_Brazilian\\_labor\\_movement\\_issues\\_and\\_contradictions\\_facing\\_the\\_PT\\_governments](https://www.academia.edu/81935523/Political_action_of_the_Brazilian_labor_movement_issues_and_contradictions_facing_the_PT_governments)

Ghandi, A.; Lin, C.-Y. (2014). **Oil and Gas Service Contracts Around the World: A Review**. *Energy Strategy Reviews*. Vol. 3. pp: 63-71. University of California at Davis. <http://dx.doi.org/10.1016/j.esr.2014.03.001>

Greenwald, G., Kaz, R., Casado, J., (2013, Julho 6). **EUA espionaram milhões de e-mails e ligações de brasileiros**. *O Globo*.



<https://oglobo.globo.com/mundo/eua-espionaram-milhoes-de-mails-ligacoes-de-brasileiros-8940934>

Greenwald, G., Miranda, D., (2015, July 4). **NSA'S Top Brazilian Political and Financial Targets Revealed by New Wikileaks Disclosure**. The Intercept. <https://theintercept.com/2015/07/04/nsa-top-brazilian-political-and-financial-targets-wikileaks/>

Harvey, D. (2008). **O Neoliberalismo: História e Implicações**. Editorial Loyola.

Hearne, D. W. (2009). **Can the oil industry beat back the pré-salt Law?**. US Consulate in Rio de Janeiro para Secretary of State. Canonical ID: 09RIODEJANEIRO369\_a. [https://wikileaks.org/plusd/cables/09RIODEJANEIRO369\\_a.html](https://wikileaks.org/plusd/cables/09RIODEJANEIRO369_a.html)

Heywood, A. (2010). **Ideologias Políticas: Do liberalismo ao Fascismo**. Editora Ática.

Hobsbawm, E. (2001). **A Era das Revoluções, 1789 – 1848**. Editorial Presença.

Hobsbawm, E. J.(1995). **Era dos extremos, o breve século XX, 1941-1991**. Editora: Companhia das Letras.

Hollanders, H. & Soete, L. (2010). **The Growing Role of Knowledge in the Global Economy**. UNESCO Science Report 2010. The Current Status of Science Around the World. pp. 1-27. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000211137> .

Huberman, L (1979). **História da Riqueza do Homem**. Editora Zahar. (OK -APA)

Huntington, S. P.(2006). **Political Order in Changing Societies**. University Press.

Iglesias, F. (1981). **A Revolução Industrial**. Nº. 11. Coleção Tudo é História. Editora Brasiliense.

Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, (2019, Fevereiro 22). **O presente e o futuro da Chevron no Brasil e no mundo**. INEEP. <https://ineep.org.br/o-presente-e-o-futuro-da-chevron-no-brasil-e-no-mundo313311/>

Jornal Nacional. (2017, Jun. 22). **Noruega anuncia que deve cortar pela metade**

**repassa ao Fundo Amazônia.** G1 - Globo.  
<https://g1.globo.com/natureza/noticia/noruega-anuncia-que-deve-cortar-pela-metade-repassa-ao-fundo-da-amazonia.ghtml>.

Júnior, P. N. B. (1999). **Plano Real, Dependência e Dívida Externa.** FGV EESP - Textos para discussão. Vol: 76. pp: 1-41.  
<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/1930>

Kalout, H. & da Costa, H. B. M. 2022. **A Rivalidade China - EUA e os Interesses Estratégicos do Brasil.** CEBRI - Revista. Vol. 1(2). pp: 70-89.  
<https://cebri.org/revista/br/artigo/32/a-rivalidade-china-eua-e-os-interesses-estrategicos-os-do-brasil>

Kanaan, G. L. (2019). **Imperialismo e Guerra Híbrida: Uma Análise da Participação dos EUA no Golpe de 2016 a partir dos Telegramas da Embaixada Norte-Americana no Brasil Vazados pela Wikileaks.** Anais do 30º Simpósio Nacional de História - História e o futuro da educação no Brasil.  
<https://www.snh2019.anpuh.org/site/anais#G>

Karnal, L., Purdy, S., Fernandes, L. E., & de Moraes, M. V. (2007). **História dos Estados Unidos: Das Origens ao Século XXI.** Editora Contexto.  
<https://bds.unb.br/handle/123456789/903?mode=full>

Kerche, F. (2018). **Ministério Público, Lava Jato e Mãos Limpas: Uma Abordagem Institucional.** Lua Nova: Revista de Cultura e Política. Nº 105. pp. 255-286. <https://doi.org/10.1590/0102-255286/105>

Kuhn, B. & Arévalo, R. (2016). **A Doutrina Monroe e suas influências: Impactos nas Américas.** <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/8848>.

Laclau, E. (2013). **A Razão Populista.** (1º ed.). Editora Três Estrelas.

Lafer, C. (2018). **Relações Internacionais, Política Externa e Diplomacia Brasileira: Pensamento e Ação.** (1º ed.). Vol. 1. Editora: Fundação Alexandre Gusmão. Coleção Relações Internacionais.  
[https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/17-455-relacoes\\_internacionais\\_politica\\_externa\\_e\\_diplomacia\\_brasileira\\_pensamento\\_e\\_acao\\_volume\\_i](https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/17-455-relacoes_internacionais_politica_externa_e_diplomacia_brasileira_pensamento_e_acao_volume_i)

Lima, M. F., Wihby, A. & Favaro, N., A., L., G. (2008) **Liberalismo Clássico: Origens Históricas e Fundamentos Básicos**. VIII Jornada do Histedbr. pp. 1-24.

Lima, P. C. R. (2011). **Pré-sal, o Novo Marco Legal e a Capitalização da Petrobras**. (1º Ed). Editora Synergia.

Livre, M. P. - São Paulo. (2013). **"Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo"**. In Vainer, C., Havey, D., Maricato, E., Brito, F., Peschanski, A., Maior, J. L. S., Sakamoto, L., Secco, L., Iasi, M. L., NINJA, M., Davis, M., Livre, M. P. - São Paulo., de Oliveira, P. R., Rolnik, R., Braga, R., Viana, S., Zizek, S. & de Lima, V. A. *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. (pp. 13-23). Editora Boitempo.

Locatelli, P. (2016, Fevereiro 15). **Quem são os chineses de olho na Amazônia?**  
Repórter Brasil.  
<https://reporterbrasil.org.br/2016/02/quem-sao-os-chineses-de-olho-na-amazonia/>

Lopes, E. S. (2009). **Desigualdade e Polarização da Distribuição de Renda no Brasil e no Estado de São Paulo, 1992-2007**. [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas]. Repositório da Produção Científica e Intelectual da Unicamp. <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1610087>.

Lopes, R. & Rosllsing, C. (2017, Maio 19). **Fernando Collor de Mello, o queridinho da América**. GZH Grupo de Investigação.  
<https://gauchazh.clicrbs.com.br/grupo-de-investigacao/noticia/2017/05/fernando-collor-de-mello-o-queridinho-da-america-9796274.html>

Lorencini, B. C. (2013). **A Responsabilidade do Poder Político no Estado Constitucional sob o Paradigma da *Democratic Responsiveness***. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP. [10.11606/T.2.2013.tde%2D28082015%2D081111](https://hdl.handle.net/10.11606/T.2.2013.tde%2D28082015%2D081111)

Luz, C. & Caparelli, E. (2003). **Governo x Microsoft**. *Revisita do TCU*. Vol: 34(98). pp: 76-78. <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCUIssue/view/36>

Machado, V. G. (2019). **Fundo social do pré-sal : a relação entre as rendas da União sobre a produção de óleo e gás e a realização de direitos sociais e**

**difusos no Brasil.** [Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação. Universidade de Caxias do Sul]. O Repositório Institucional da Universidade de Caxias do Sul. <https://repositorio.ucs.br/11338/4934>.

Malheiro, B. C. (2020). **Geografias de Exceção na Amazônia: Grandes Projetos de Mineração e seus processos de territorialização.** Revista de Ciência Geográfica. Vol. XXIV(3). pp: 1600-1621. <https://www.academia.edu/44716821>

Maluf, S. (2018). **Teoria Geral do Estado.** 34º Edição. Editora Saraiva.

Mann, M. (2008). **Fascistas.** 1º Edição. Editora Record.

Marshall, T. H. (1963). **Cidadania, Classe Social e Status.** Editora: Zahar, 1963.

Martins, T. C. (2021). **O Foreign Corrupt Practices Act (FCPA) e uma reflexão sobre o microssistema anticorrupção brasileiro.** Revista Digital De Direito Administrativo. Vol: 8(2). pp: 88-111. <https://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/185311>

Marx, K. & Engels, F. (2010). **Manifesto comunista.** Boitempo Editorial, 2010.

Marx, K. (1978). **Contribuição para a crítica da economia política.** Coleção: Os pensadores II. Editora Nova Cultural.

Melandri, P. (2002). **História dos Estados Unidos desde 1865.** 70 Edições. Coleção História Narrativa.

Mesquita, L., A., C., (2005). **Socialismo em Karl Marx.** Revista da AGU. Vol. IV(7). pp: 1-12. [https://www.academia.edu/34310093/ANO\\_IV\\_No\\_7\\_MAI\\_AGO\\_2005](https://www.academia.edu/34310093/ANO_IV_No_7_MAI_AGO_2005).

Mészáros, I. (2002). **Para Além do Capital. Rumo a uma Teoria da Transição.** (1º Ed.). Editora Boitempo.

Mier, B. (2018, Março 9). **EUA: Assim se constrói o apoio ao golpe no Brasil.** Instituto Humanitas Unisinos. <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/576778-eua-assim-se-constroi-o-apoio-ao-golpe-no-brasil>

Milani, C. R. S. **A Importância das Relações Brasil - Estados Unidos na Política**

**Externa Brasileira.** Boletim de Economia e Política Internacional. nº 6. pp. 69-85.  
<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/4674>

Moniz, B. L. A. (1998). **De Martí a Fidel – a Revolução Cubana e a América Latina.** Editora Civilização Brasileira

Monteiro, G. F. (2019). **Definindo o Fascismo: Comparando Análises e Interpretações.** *Faces De Clio*, 4(8), 60–80.  
<https://doi.org/10.34019/2359-4489.2018.v4.27210>.

Moreno, C. (2015). **O Brasil Made in China - Para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo.** (1º Ed). Fundação Rosa Luxemburgo.  
<https://mediateca.rosalux-ba.org/cgi-bin/koha/opac-detail.pl?biblionumber=508>

Mounk, Y. (2019). **O Povo Contra a Democracia: Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la.** Editora Companhia das Letras

Nadal, S. V. M. (2017, Agosto 27). **Por que é importante que o poder público use software livre?** *El País Brasil*.  
[https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/25/tecnologia/1503682398\\_611930.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/25/tecnologia/1503682398_611930.html)

Nicolau, J. (2020). **O Brasil dobrou à direita: Uma Radiografia da Eleição de Bolsonaro em 2018.** Editora Zahar

Nogueira, M. A.. (2013). **Socialismo e democracia no marxismo de Carlos Nelson Coutinho (1943-2012).** Lua Nova: Revista De Cultura E Política, (Lua Nova, 2013 (88)), 11–21. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452013000100002>.

Nye J. J. S. (2002). **Compreender os conflitos internacionais.** Editora Gradiva.

Padula, A. J. A. & Albuquerque, P. H. M. (2018). **Corrupção Governamental no Mercado de Capitais: Um Estudo Acerca da Operação Lava Jato.** *Revista de Administração de Empresas*. Vol. 58(4). pp. 405-417  
<https://doi.org/10.1590/S0034-759020180406>

Parker, P., R., (1977). **1964: O papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março.** 2º Ed. Vol. 108. Editora Civilização Brasileira.

- PAXTON, R. O. (2007). **A Anatomia do Fascismo**. Vol. 46(3). Editora Paz e Terra.
- Pereira, A. S. A., Peyerl, D. & dos Santos, E. M. (2021). **Os Leilões do pré-sal (2017-2019) e os Objetivos dos Atores Geopolíticos em Disputa no Atlântico Sul**. Revista de Geopolítica, Vol: 12(1). pp: 103-117. <http://www.revistageopolitica.com.br/index.php/revistageopolitica/article/view/327>
- Pereira, B. C. (2011). **As duas fases da história e as fases do capitalismo**. Crítica e Sociedade: revista de cultura política. Vol. 1(1). pp: 168-189. <https://seer.ufu.br/index.php/criticasociedade/issue/view/689>.
- Pereira, P. A. P. (2009). **Estado, Sociedade e Esfera Pública**. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 285-300.
- Pigatto, J., T., (2017). **A atuação brasileira na Governança da Internet**. Cadernos de Relações Internacionais. Vol. 10(1). pp: 109-124. <https://doi.org/10.17771/PUCRio.CadRI.30427>
- Rolleberg, D. (2017). **Revoluções de direita na Europa do entre-guerras: O Fascismo e o Nazismo**. Estudos Históricos. 30(61). pp: 355-378. <https://doi.org/10.1590/S2178-14942017000200004>.
- Rossi, M. (2017, Agosto 25). **Governo Temer convoca mineradoras à nova caça ao ouro na Amazônia**. El País Brasil. [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/24/politica/1503605287\\_481662.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/08/24/politica/1503605287_481662.html)
- Rousseff, D. (2013). **Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na Abertura do Debate Geral da 68ª Assembleia-Geral das Nações Unidas**. Resenha de Política Exterior do Brasil. Nº 113. pp: 49-53. <https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/resenhas-de-politica-externior-do-brasil/resenha-n113-2sem-2013.pdf/view>
- Sanson, A. (2013). **Dos Grupos de Pressão na Democracia Representativa: Os Limites Jurídicos**. [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP. <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-28072014-133210/pt-br.php>

Sant'Ana, J. (2018, Agosto 1). **Quem está comprando as estatais brasileiras? Estatais de outros países.** Gazeta do Povo. <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/quem-esta-comprando-as-estatais-brasileiras-estatais-de-outros-paises-216gn4fkjzyka1rhnt1qpnhdl/>

SANTOS, M. (2007). **O Poder norte-americano e a América Latina no Pós-Guerra Fria.** Annablume Editora.

Sellers, C., May, H., & Mcmillan, N. R. (1990). **Uma reavaliação da História dos Estados Unidos: De Colônia a Potência Imperial.** Editora Jorge Zahar.

Senado Federal. (2014). **CPI da Espionagem. Relatório Final.** Requerimento nº 811, de 2013. <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/113677>

Senado Notícias (2011, Janeiro 1). **Íntegra do discurso da presidente Dilma Rousseff na cerimônia de posse.** Senado Federal. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2011/01/01/integra-do-discurso-da-presidente-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-posse>

Senra, R. (2017, Agosto 26). **Mineradoras canadenses souberam de extinção de reserva na Amazônia 5 meses antes do anúncio oficial.** BBC News Brasil. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41033211>

SILVA, A. L. R. (2011). **Acomodação Estratégica? As Relações entre o Brasil e os Estados Unidos Durante o Governo Lula (2003-2010).** 3º Encontro Nacional da ABRI. Nº 3. pp. 1-15. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/114749>.

Simões, B. B. O. (2019). **Política Externa no Governo Michel Temer: Análise da Publicação “Resenha de Política Exterior do Brasil”, 2016 - 2017.** Anais do II Seminário Discente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais PUCRS. pp: 37-50. <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/1422/assets/edicoes/2019/comp-list-docs.html>

SINGER, A. (2002). **Esquerda e Direita no Eleitorado Brasileiro.** Editora USP.

SINGER, A. (2012). **Os Sentidos do Lulismo.** Editora Companhia das Letras.

Singer, A. (2014). **Brasil, Junho de 2013, Classes e Ideologias Cruzadas**. Novos estudos CEBRAP. Vol. 32(97). pp. 23-40. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000300003>.

SINGER, A. (2013, Junho 22). **"Esquerda ou Direita?"**. Folha de S.Paulo. <http://feeds.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/115142-esquerda-ou-direita.shtml>

Sousa, A. C. A. & Barrocas, P. R. G. (2017). **Privatizar ou não Privatizar: Eis a Questão. A Única Questão? A Reedição da Agenda Liberal para o Saneamento Básico no Brasil**. Cadernos de Saúde Pública. Vol. 33(8). p. 1-4. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00048917>.

Soutar, R. (2021, Junho 1). **Canadá domina produção de energia e mineração na Amazônia**. Diálogo Chino. <https://dialogochino.net/pt-br/industrias-extrativistas-pt-br/43560-canada-domina-a-energia-e-a-mineracao-amazonicas/>

Souza, J. (2020). **A Guerra Contra o Brasil**. Editora Estação Brasil.

SPINELLI, J. A. **Francisco Correa Weffort: Populismo, Sindicalismo, Liberalismo (Artigos Críticos no Jornal Opinião, 1972-1977)**. (2019). In: Miglievich-Ribeiro, A., Filho, M., M. (Org.). O Espaço do Sociólogo: Um Balanço de Trinta Anos. (pp. 185-216). EDUFES (Editora da Universidade Federal do Espírito Santo). <http://repositorio.ufes.br/handle/10/11767>

Teixeira, R., A., & Pinto, E., C. (2012). **A Economia Política dos Governos FHC, Lula e Dilma: Dominância Financeira, Bloco no Poder e Desenvolvimento Econômico**. Revista Economia e Sociedade. Vol. 21. Número Especial. p. 909-941. <https://www.eco.unicamp.br/economia-e-sociedade/vol-21-numero-especial-dez-2012>

Terminal de Contêineres de Paranaguá. **Quem somos?**. <https://www.tcp.com.br/quem-somos/>

The Dialogue. **Amazon Energy and Mining Database**. <https://www.thedialogue.org/amazon-energy-and-mining-database/>



The Intercept Brasil. (2019). **As mensagens secretas da Lava Jato.** <https://theintercept.com/series/mensagens-Lava Jato/>

The United States Department of Justice. (2020, Agosto 16). **Plea Agreement.** <https://www.justice.gov/criminal-fraud/fcpa/cases/odebrecht-sa>

Tota, A. P. (2000). **O Imperialismo Sedutor. A Americanização do Brasil na Época da Segunda Guerra.** Editora Companhia Das Letras.

Vicentino, C. (2007) **História Geral.** (10º ed.). Editora Scipione.

Villela, E. V. M. (2004). **As Relações Comerciais entre Brasil e China e as Possibilidades de Crescimento e Diversificação das Exportações de Produtos Brasileiros ao Mercado Consumidor Chinês.** [Iniciação Científica em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP.] <https://www.pucsp.br/geap/artigos/artigos.htm>

Wikileaks. (2015). **Bugging Brazil.** <https://wikileaks.org/nsa-brazil/>